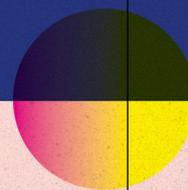
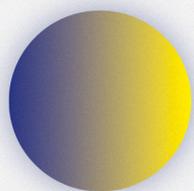


RELATÓRIO SOBRE O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR



RELATÓRIO SOBRE O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

MAIO 2021

GRUPO DE TRABALHO

António Fontainhas Fernandes | Coordenação
Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Ana Cláudia Valente
Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional

Ângela Gonçalves
Direção-Geral do Ensino Superior

Conceição Bento
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra

Joaquim Mourato
Conselho Nacional de Educação

Pedro Teixeira
Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior | FEP - U.PORTO

INDICE

0.	AGRADECIMENTOS	5
1.	SUMÁRIO EXECUTIVO	7
2.	PREÂMBULO	11
3.	METODOLOGIA	15
4.	ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	18
4.1.	Considerações Iniciais	18
4.2.	Concurso Nacional de Acesso	18
4.2.1.	Enquadramento	18
4.2.2.	Análise Regional	19
4.2.3.	Análise Regional por Subsetor	20
4.2.4.	Análise Regional por Instituição	22
4.3.	Transição Digital e Climática	25
5.	ACESSO AO ENSINO SUPERIOR DOS DIPLOMADOS DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE	30
5.1.	Enquadramento	30
5.2.	O Ensino de Dupla Certificação no Secundário em Portugal	30
5.3.	Fluxo de Diplomados de Dupla Certificação	32
5.4.	A Transição para o Ensino Superior	33
5.5.	O Concurso Especial para Titulares de Cursos Secundários de Dupla Certificação	35
5.5.1.	Resultados do Concurso Especial	36
5.5.2.	O Perfil dos Candidatos	41
5.5.3.	Os Diplomados de Cursos Secundário de Dupla Certificação no CNA	45
5.5.4.	Organização do Concurso Especial: Governação, Provas e Percursos	47

5.5.4.1	Consórcios e Modelo de Governação	48
5.5.4.2.	Organização das Provas de Avaliação	49
5.5.5.	Propostas das instituições	50
5.5.6.	Relação entre Ensino Profissionalizante e Ensino Superior no quadro do Concurso Especial	50
6.	APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA	53
6.1.	Enquadramento	53
6.2.	Estudantes Adultos (maiores de 23 anos) Matriculados pela Primeira Vez no Ensino Superior: Alguns Dados	54
6.2.1	Percurso dos Estudantes Admitidos com mais de 23 Anos	60
6.2.1.1.	Abandono Escolar	60
6.2.1.2.	Diplomados	61
6.2.2.	Concurso Especial de Acesso para Maiores de 23 anos	63
6.2.2.1.	Percurso no Ensino Superior dos Estudantes Admitidos pelo Concurso M23	69
6.3.	Caraterização da Oferta Educativa Não Conferente de Grau Académico no Ensino Superior	73
6.4.	O Desafio da Oferta de Formações Curtas, Não Conferentes de Grau Académico e as Microcredenciais	83
7.	CURSOS TÉCNICOS SUPERIORES PROFISSIONAIS	86
7.1.	Evolução da Oferta e da Procura de Cursos TeSP	87
7.2.	Diplomados dos Cursos TeSP	93
7.3.	Prosseguimento de Estudos dos Diplomados dos Cursos TeSP	95
8.	ESTUDANTES INTERNACIONAIS	100
9.	BIBLIOGRAFIA	106

0.

AGRADECIMENTOS

À Direção Geral de Ensino Superior (DGES) pela disponibilização da informação e do tratamento dos dados sobre o acesso ao ensino superior, bem como pelo apoio na preparação do inquérito sobre aprendizagem ao longo da vida, sua divulgação junto das Instituições de Ensino Superior (IES) e ainda no seu tratamento estatístico.

À Direção Geral Estudos e Estatísticas (DGEEC) por todo o apoio, em particular no fornecimento de informação e seu tratamento estatístico.

Ao Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES) pelo apoio no tratamento de informação e disponibilização de diversos indicadores.

Aos representantes do consórcio do Norte (Instituto Politécnico de Bragança), do consórcio do Centro (Instituto Politécnico de Castelo Branco) e do consórcio do Sul e Ilhas (Universidade do Algarve e Instituto Politécnico de Setúbal) pela partilha de experiência em reuniões de trabalho, sobre o processo de organização do acesso de diplomados com cursos profissionalizantes ao ensino superior, bem como pela disponibilização de informação.

Aos responsáveis de algumas Escolas Profissionais que participaram num *focus* grupo destinado a avaliar novos formatos de cooperação como o ensino superior, bem como a partilha de experiências, designadamente a Escola de Formação Profissional em Turismo de Aveiro (EFTA), a Escola Básica e Secundária de Castelo de Paiva, o Colégio de Lamas de Santa Maria da Feira, a Escola Secundária de Albergaria-a-Velha, a Escola Profissional de Viticultura e Enologia da Bairrada de Anadia, a Escola Profissional Vasconcellos Lebre da Mealhada, a Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve de Faro, a Escola Profissional de Imagem de Lisboa (ETIC), o Centro de Emprego e Formação Profissional do Seixal e o Centro de Emprego e Formação Profissional de Sintra.

Ao Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) pelos contributos transmitidos em sede de audição pública.

1.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A qualificação e formação superior, em articulação com o estímulo ao desenvolvimento da capacidade científica e de inovação, são um fator essencial no desenvolvimento social e económico do país e das suas regiões, assim como no bem-estar da sociedade. Um dos principais desafios do país para a próxima década continua a ser a superação do défice de qualificação dos portugueses, jovens e adultos, não obstante o crescimento recente do número de estudantes do ensino superior. Portugal tem vindo a alcançar progressos assinaláveis, mas há ainda muito a evoluir se o País pretender continuar a convergir com os países mais desenvolvidos da Europa.

Nos últimos quinze anos foram criadas novas e diversificadas vias de acesso ao ensino superior, para além do Concurso Nacional de Acesso (CNA), entre as quais se destacam os concursos especiais e concursos locais a que se adicionam alguns regimes especiais. Pela primeira vez, no ano letivo 2020/2021 os diplomados com cursos profissionalizantes ingressaram no ensino superior público e privado com vias de ingresso adequadas à sua formação do ensino secundário.

Os resultados do último ano letivo reforçam a evolução relevante em todos os indicadores de acesso ao ensino superior, sobretudo para a população jovem, em linha com as medidas de políticas públicas adotadas nos últimos anos para promover um maior e mais inclusivo acesso ao ensino superior, com maior coesão territorial e a capacitação generalizada da sociedade.

Assim, e tendo por base o diagnóstico prospetivo apresentado ao longo de todo o presente trabalho e, indiretamente, também inferências lógicas extraídas pelos autores do estudo, é possível identificar um conjunto de recomendações:

- (i) Face ao aumento de candidatos registado no último ano e à necessidade de garantir maior previsibilidade e estabilidade no CNA em 2021, propõe-se a fixação do número inicial de vagas do ano anterior na generalidade dos cursos, mas garantindo que é mantido o trajeto de reforço de vagas nos cursos com maior concentração de melhores alunos. Nos cursos com índice de excelência dos candidatos (correspondente ao número de candidatos com nota de candidatura igual ou superior a 17 valores que colocaram em primeira opção aquele par instituição/ciclo de estudos face ao número total de vagas desse par) não deve existir redução de vagas, face ao

número final de vagas disponibilizadas no concurso de 2020, podendo aumentar até 15%;

- (ii) Caso se concretize, mais uma vez, a tendência de aumento de candidatos observada em 2020/2021, poderá ser permitido um acréscimo do número inicial de vagas do CNA do número de vagas não ocupadas nos concursos especiais regulados pelo Decreto-Lei n.º 113/2014, de 16 de julho. Essa possibilidade deverá ser clarificada, desejavelmente, antes do início da primeira fase de candidaturas;
- (iii) No que diz respeito ao aumento de novos ciclos de estudos, as propostas devem ser fundamentadas em critérios de valorização e de diferenciação da oferta formativa no ensino superior. Na aprovação de novos ciclos de estudo de formação inicial, devem privilegiar-se as situações em que as novas formações correspondam a áreas emergentes com projetos pedagógicos inovadores ou em casos de áreas de formação atualmente inexistentes. Por outro lado, devem-se favorecer, também, as novas propostas de cursos assentes em projetos de associação entre diferentes áreas e/ou instituições
- (iv) Atendendo à debilidade estrutural na qualificação de adultos e à diminuição progressiva do número de candidatos com mais de 23 anos, recomenda-se a realização de estudos alargados sobre os percursos dos estudantes adultos no ensino superior;
- (v) O incremento do acesso ao ensino superior de estudantes que concluem o ensino secundário por via profissionalizante, exige um maior envolvimento e mobilização das instituições de ensino superior na preparação de uma campanha de comunicação e de informação em determinadas áreas regionais, privilegiando as redes sociais na divulgação do calendário do acesso e da oferta e requisitos de provas de ingresso. O processo deve ser articulado com as escolas de ensino secundário profissionalizante e os seus docentes e, recomenda-se ainda, a simplificação do procedimento de seriação, recorrendo a uma plataforma de dados de gestão centralizada e partilhada, envolvendo as escolas secundárias profissionais;
- (vi) Recomenda-se o ajustamento da oferta a disponibilizar no concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação, procurando fixar mais vagas em cursos com maior potencial de procura e evitando a dispersão da oferta por cursos com taxas de ocupação residuais. As instituições devem considerar o envolvimento do poder descentralizado em estratégias de especialização inteligente, com o objetivo de aumentar a oferta de recursos humanos qualificados em áreas fundamentais para o desenvolvimento das regiões, potenciando a criação de fileiras formativas e a oferta de cursos que incentive o prosseguimento de estudos destes diplomados em áreas próximas das suas vocações e formação profissional;

- (vii) Conhecidas as carências do País na formação de professores, é fundamental perspetivar soluções que vão além do acesso ao ensino superior;

- (viii) Face à estratégia da Europa e a necessidade de reforço de recursos humanos qualificados no domínio das transições digital e climática, sublinha-se a devida atenção a algumas disciplinas nucleares no ensino secundário, nomeadamente da física e da biologia, que nos últimos anos mostram uma tendência de redução do número de estudantes inscritos, um assunto que deverá merecer melhor atenção em estudos futuros, até pelo potencial impacto no largo espectro das ciências e das tecnologias.

- (ix) Face aos objetivos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência e no Portugal 2030, recomenda-se que as instituições reforcem significativamente a oferta formativa de curta duração, inicial e de pós-graduação, privilegiando percursos flexíveis e modulares, ajustados às necessidades do mercado de trabalho, devendo também conferir créditos ECTS. Estas ofertas deverão ter em atenção as tendências europeias de microcredenciais, assentando num diálogo estreito com os agentes externos, nomeadamente a administração pública, as empresas e o setor social.

2.

PREÂMBULO

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) nomeou por despacho, a exemplo de anos anteriores, um grupo de trabalho técnico¹ destinado a efetuar uma análise sobre o acesso ao ensino superior e o impacto da diversificação das vias de acesso.

Nos últimos quinze anos foram criadas novas e diversificadas vias de acesso ao ensino superior, para além do CNA, entre as quais se destacam os concursos especiais e concursos locais a que se adicionam alguns regimes especiais. Pela primeira vez, no ano letivo 2020/2021 foi permitido o acesso de diplomados com cursos profissionalizantes ao ensino superior público e privado por via de um concurso especial destinado aos estudantes desta via de ensino. A política de abertura do sistema de ensino superior dos últimos anos abrange também os estudantes internacionais.

A agenda da União Europeia para a modernização do ensino superior e a meta traçada na estratégia «Europa 2020» para a educação superior trouxe novos desafios às políticas públicas e às instituições. Em Portugal, assistiu-se a uma evolução positiva no sentido de se ultrapassar o défice de qualificações que, durante muito tempo, foi identificado como uma barreira ao desenvolvimento económico e social. O País percorreu em muito pouco tempo um caminho assinalável na qualificação superior das gerações mais jovens, atingido a taxa de escolaridade do ensino superior da população residente entre os 30 e os 34 anos cerca de 43% no último trimestre de 2020, superando, pela primeira vez, a meta europeia de 40% no âmbito da Estratégia Europa 2020.

Por sua vez, segundo informação difundida pelo MCTES² o número total de estudantes no ensino superior tem vindo a aumentar desde 2015, atingindo cerca de 400 mil estudantes em 2020/21, enquanto em 2015 eram 358 mil estudantes nos sectores público e privado, representando um aumento superior a 10%. Este aumento do número total de estudantes do ensino superior inclui mais de 9 mil estudantes (2,25% no total) em formações curtas de âmbito superior, que é o caso dos cursos técnico superiores profissionais (CTeSP), os quais conferem um diploma de técnico superior profissional.

Estes resultados difundidos pelo MCTES confirmam o esforço que tem vindo a ser desenvolvido

¹ Despacho n.º 1352/2021, de 2 de fevereiro de 2021, publicado em Diário da República a 29 de janeiro de 2021. O grupo de trabalho é constituído por Fontainhas Fernandes (CNAES), Ana Cláudia Valente (ANQEP), Ângela Gonçalves (DGES), Conceição Bento (E.S Enfermagem Coimbra), Joaquim Mourato (CNE) e Pedro Teixeira (CIPES & FEP-U.Porto).

² Nota do gabinete do MCTES, de 11 de fevereiro de 2020.

ao nível da qualificação da população residente em Portugal nos últimos anos, resultante, entre outros fatores, da prioridade política conferida ao alargamento efetivo da base social de recrutamento e ao reforço dos apoios sociais. Contudo, Portugal ainda regista um défice de qualificações na sua população adulta, em particular, nos grupos etários com mais de 30 anos, o que se deve em parte aos percursos de formação restritivos que caracterizaram o país ao longo de décadas.

A natureza do trabalho está a mudar, trazendo consigo a necessidade de novas competências, quer específicas, quer transversais, essenciais para que as pessoas se adaptem às novas realidades e encontrem soluções para os desafios que pressionam a sociedade, como são o da transição climática e da sustentabilidade, da demografia e saúde, da inovação e agenda digital, bem como da coesão social e territorial.

Mesmo antes da pandemia da COVID-19, a necessidade de novas competências era já notória. Os desafios da automatização, da digitalização, das novas tecnologias, em particular, da inteligência artificial, está a mudar o mundo do trabalho, tendo a pandemia acelerado estas transformações e reforçado a necessidade de resolver o problema do crescente desajustamento entre as atuais competências das pessoas e aquelas que são efetivamente necessárias. Por um lado, para assegurar o desenvolvimento sustentável e, por outro lado, os postos de trabalho que estão no centro da quarta revolução industrial (World Economic Forum, 2021).

Criar economias e sociedades mais inclusivas e sustentáveis, onde ninguém é deixado para trás, obriga a dar a todas as pessoas oportunidades de adquirir as competências de que necessitam para participar plenamente no futuro do trabalho e na sociedade em que vivemos. O ensino superior continua a ser um importante elevador social e motor da mobilidade socioeconómica, cabendo-lhe a tarefa fundamental de proporcionar as competências e os conhecimentos necessários ao desenvolvimento de práticas sustentáveis e à expansão do conhecimento para todos.

Por isso, as instituições de ensino superior não podem deixar de cumprir, hoje mais do que nunca, o seu mandato social, criando condições para a aprendizagem ao longo da vida, o acesso, a equidade e a inclusão, tanto de cada coorte de jovens diplomados do ensino secundário, como de todos aqueles que pretendem ingressar no ensino superior mais tarde, ou que estão disponíveis para regressar à academia para se continuar a formar realizando estudos pós-graduados (European University Association, 2021). Os adultos de hoje e do futuro não podem parar de aprender. Precisamos que estejam de volta ao ensino superior, uma e outra vez, durante toda a sua vida.

Uma população estudantil mais diversificada traz novos desafios às instituições de ensino superior para assegurar uma educação inclusiva e de qualidade para todos e para promover a aprendizagem ao longo da vida. Implica pensar e reinventar modelos pedagógicos criativos, que permitam responder à complexidade e mudança, que advém, quer das novas populações de estudantes que aprendem de forma diferente, quer das novas necessidades de aprendizagem, ligadas às transformações do mundo do trabalho e sociais, exigidas para os diplomados serem bem-sucedidos.

Neste contexto, foi criado pelo MCTES um grupo de trabalho técnico para apoiar o processo de fixação de vagas do CNA, com vista a manter a regularidade da análise sobre o impacto do

regime de acesso ao ensino superior e a regulamentação usada nos últimos anos. Adicionalmente, o grupo mencionado tem como missão continuar a atualizar a análise prospetiva da evolução das vagas no ensino superior público, propor medidas a concretizar no âmbito do despacho orientador de fixação de vagas, que permitam contribuir para aprofundar e promover a política em curso de diversificação da oferta de ensino superior.

3.

METODOLOGIA

No que se refere à análise dos dados do CNA 2020, o grupo de trabalho seguiu, no essencial, a metodologia adoptada nos relatórios dos grupos de trabalho dos dois últimos anos, por forma a permitir uma maior comparabilidade entre as respectivas análises. Deste modo, foram realizadas análises por distrito, por subsetor, por instituição e por áreas CNAEF (a 1, 2 e 3 dígitos). As análises utilizaram os indicadores já aplicados em anos anteriores, nomeadamente:

- **Índice de Força** – correspondente ao número de candidatos que colocaram em primeira opção aquele par de curso/instituição face ao número total de vagas desse par curso/instituição. Este indicador visa medir a procura de candidatos que privilegiaram essa opção face à disponibilidade de vagas, tendo sido indicador foi calculado por distrito, por subsetor, por instituição e por áreas CNAEF (a 1, 2 e 3 dígitos);
- **Índice de Excelência** – correspondente ao número de candidatos com nota de candidatura igual ou superior a 170 pontos (ou 17 valores) que colocaram em primeira opção aquele par de curso/instituição face ao número total de vagas desse par curso/instituição. Este indicador visa medir a procura de candidatos com elevadas classificações que privilegiaram essa opção face à disponibilidade de vagas. Este indicador foi calculado por distrito, por subsetor, por instituição e por áreas CNAEF (a 1, 2 e 3 dígitos);
- **Índice de Dispersão** – procura aferir o grau de dispersão/concentração regional das áreas CNAEF medido pela sua distribuição pelos distritos onde existe oferta formativa nessas áreas. Este indicador foi calculado por área CNAEF (a 1, 2 e 3 dígitos).

Uma das particularidades relevantes registada no acesso ao ensino superior em 2020 foi a possibilidade, através de um concurso especial, de acesso ao ensino superior de diplomados com cursos profissionalizantes, o qual exigiu a realização de exames de admissão pelas instituições. Neste contexto, foram criados dois grupos de discussão, um envolvendo algumas instituições de ensino superior e outro as escolas profissionais, para avaliar a organização e funcionamento do processo de atração de jovens, bem como as potencialidades desta via no futuro.

Neste contexto, foram auscultados representantes dos três consórcios criados em 2020, designadamente do consórcio do Norte (Instituto Politécnico de Bragança), do consórcio do Centro (Instituto Politécnico de Castelo Branco) e do consórcio do Sul e Ilhas (Universidade do Algarve e Instituto Politécnico de Setúbal). Do lado das Escolas Profissionais foi efetuada uma reunião com as Escolas de Formação Profissional em Turismo de Aveiro, Básica e Secundária de Castelo de Paiva, Lamas de Santa Maria da Feira, Secundária de Albergaria-a-Velha, Profissional de Viticultura e Enologia da Bairrada, Profissional Vasconcellos Lebre da Mealhada, Hotelaria e Turismo do Algarve, Profissional de Imagem de Lisboa e os Centros de Emprego e Formação Profissional do Seixal e de Sintra.

Foi ainda efetuado um inquérito a todas instituições de ensino superior visando obter informação sobre a oferta educativa não conferente de grau, a forma como está organizada e as suas potencialidades no quadro das oportunidades que se afiguram no Plano de Resiliência e Recuperação e do Portugal 2030.

4.

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

4.1 Considerações Iniciais

A Lei de Bases do Sistema Educativo³ obedece a um conjunto de princípios que determinam o acesso ao ensino superior. De entre estes, destacam-se a objetividade dos critérios utilizados para a seleção e seriação dos candidatos, a universalidade de regras, a valorização do percurso educativo dos candidatos no ensino secundário, nas suas componentes de avaliação contínua e provas nacionais. Esta última questão traduz a relevância para o acesso ao ensino superior do sistema de certificação nacional do ensino secundário, pelo que é obrigatória a utilização da classificação final do ensino secundário no processo de seriação.

O ano de 2020 ficou marcado por um cenário de grande complexidade devido à pandemia, o que exigiu mudanças no sistema de ensino. No entanto, foi mantido o carácter nacional do processo de candidatura à matrícula e inscrição nos estabelecimentos de ensino superior público. Num primeiro momento, foi necessário adaptar a metodologia de ensino para um regime não presencial. Por outro lado, num quadro de justiça e equidade, foi necessário proceder à aprovação de um conjunto de medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da COVID-19 no âmbito dos ensinos básico e secundário.

O Governo decretou que os alunos terminassem o ensino secundário com a classificação interna, isto é, que não efetuassem exames para conclusão e certificação. Deste modo, os alunos efetuaram apenas os exames das disciplinas que contavam como específicas. No caso do ensino profissional e artístico, foi admitida a realização de provas de aptidão profissional e artística à distância, em caso de necessidade, e a prática simulada.

4.2. Concurso Nacional de Acesso

4.2.1. Enquadramento

Em 2020 registou-se o maior número de candidatos ao ensino superior das últimas décadas, tendo o Governo permitido o reforço de vagas do regime geral de acesso, através da transferência de vagas fixadas e não ocupadas nos concursos especiais.

³ Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86, Diário da República n.º 237, Série I, de 14 de outubro.

Os dados divulgados pelo MCTES² referem que na primeira fase do CNA se registou um aumento do número de colocados de 15% face a 2019 e de 21% quando comparado com 2015, sendo 51% dos estudantes colocados na sua primeira opção. De igual modo, o número de colocados em ciclos de estudo com maior concentração de melhores alunos, índice de excelência dos candidatos, aumentou cerca de 29% face ao ano anterior. De igual modo, o número de estudantes colocados nas instituições localizadas em regiões com menor pressão demográfica aumentou 20% e, em comparação com 2015, o aumento foi de 34%.

O ano de 2020 foi pautado por algumas particularidades importantes, além do significativo aumento no número de candidatos, verifica-se um maior número de candidatos com nota de candidatura igual ou superior a 170 pontos. Conforme se poderá verificar pela Tabela 1, o número de cursos com procura claramente superior ao número de vagas aumentou visivelmente, o mesmo acontecendo no que concerne ao número de cursos com procura superior ao número de vagas por estudantes com notas de candidatura superiores a 17.

Tabela 1 - Principais resultados do CNA 2020.

Ano	Vagas	Candidatos	Diferença	Maior de 17 (%)	IF+ > 1	IF+ = 0	IF = 0	IF>1	IF>1,5
2019	50860	51046	186	15,22	24	622	48	315	152
2020	56121	62567	6446	23,05	40	493	47	348	179

Por outro lado, diminuiu ligeiramente o número de cursos que não tinham tido qualquer candidato em primeira opção e, de modo mais pronunciado, o número de cursos que não tinham conseguido atrair candidatos com classificações elevadas. Estas diferenças deverão ser tidas em conta, quer na análise dos resultados e sua comparação face a anos anteriores, quer nas orientações para o CNA 2021.

4.2.2. Análise Regional

O aumento da procura em primeira opção e para candidatos com notas de candidatura mais elevadas (Tabela 2), verificou-se em praticamente em todos os distritos do continente e nas regiões autónomas, embora tenha sido mais pronunciado nalguns distritos, sendo a única exceção o distrito da Guarda.

Relativamente à procura em primeira opção, o aumento mais pronunciado verificou-se na Região Autónoma dos Açores e nos distritos de Évora, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém e Vila Real, sendo que todos mostram um aumento superior a 10%, de acordo com esta métrica. Em contraste e, além da já referida ligeira quebra no distrito da Guarda, importa sublinhar o aumento reduzido registado nos distritos de Bragança e de Leiria.

Relativamente à procura em primeira opção de estudantes com notas de candidatura elevada, regista-se um aumento em quase em todos os distritos, com a exceção do distrito de Beja (que não apresentou variação neste indicador) e das Regiões Autónomas.

O aumento mais pronunciado verificou-se nos distritos de Aveiro, Braga, Lisboa e Porto, enquanto o menos pronunciado registou-se em Bragança, Évora, Faro, Guarda, Leiria,

Santarém, Viana do Castelo e Viseu, além da mencionada variação nula de Beja.

Em síntese, o aumento da procura em primeira opção, nomeadamente de estudantes com notas de classificação elevadas, beneficiou sobretudo as grandes áreas metropolitanas (AMs) e os distritos mais populosos do litoral.

Tabela 2 - Índices distritais (CNA 2020).

Índices Distritais				2019		Diferença	
Distrito	Vagas	Índice de Força (%)	Índice de Excelência (%)	Índice de Força (%)	Índice de Excelência (%)	Índice de Força (%)	Índice de Excelência (%)
Açores	636	92,14	6,45	60,66	3,16	31,47	3,29
Aveiro	2328	113,02	19,72	107,33	6,73	5,68	12,98
Beja	568	34,86	0,00	27,91	0,00	6,95	0,00
Braga	3822	126,50	32,37	120,43	20,01	6,08	12,36
Bragança	2160	19,63	0,42	19,14	0,10	0,49	0,32
Castelo Branco	2322	68,17	11,07	60,12	5,24	8,06	5,83
Coimbra	6041	109,32	19,83	99,54	10,80	9,78	9,03
Évora	1253	88,59	2,47	72,42	1,17	16,17	1,31
Faro	1720	84,71	3,31	72,48	1,06	12,23	2,26
Guarda	1013	17,57	0,20	18,26	0,00	-0,68	0,20
Leiria	2146	76,89	2,56	75,2	1,51	1,69	1,05
Lisboa	14422	144,56	39,99	127,57	23,07	17,00	16,92
Madeira	767	125,03	16,43	116,85	11,34	8,18	5,09
Portalegre	590	29,66	0,34	18,73	0,18	10,93	0,16
Porto	8326	164,33	57,19	152,42	39,61	11,91	17,59
Santarém	1480	44,46	0,27	32,46	0,15	12,00	0,12
Setúbal	2440	96,43	12,62	89,76	6,21	6,67	6,42
Viana do Castelo	1174	45,83	0,51	40,34	0,00	5,49	0,51
Vila Real	1563	94,82	6,14	82,35	1,85	12,47	4,29
Viseu	1324	46,07	0,45	40,64	0,38	5,43	0,07

Este resultado é tanto mais saliente quanto alguns desses distritos já apresentavam valores muito elevados nesses indicadores, nomeadamente nos casos de Aveiro, Braga, Coimbra, Lisboa e Porto. No caso dos distritos do interior, os melhores resultados foram observados nos distritos onde existe oferta de formação universitária, aspecto que será explorado em mais detalhe na próxima secção.

4.2.3. Análise Regional por Subsetor

Quando se desagregam os dados por subsetor emergem alguns elementos relevantes para a análise da procura por distrito. No caso do subsetor universitário (Tabela 3), os melhores resultados registam-se nas principais áreas urbanas, designadamente nos distritos de Coimbra, Lisboa e Porto.

Tabela 3 - Índices distritais no subsistema universitário.

Índices Distritais – Universitário				2019		Diferença	
Distrito	Vagas	Índice de Força (%)	Índice de Excelência (%)	Índice de Força (%)	Índice de Excelência (%)	Índice de Força (%)	Índice de Excelência (%)
Açores	556	84,89	7,37	53,71	3,16	31,18	4,21
Aveiro	1685	116,02	25,82	80,86	6,46	35,17	19,36
Braga	3025	127,40	38,78	97,91	19,33	29,49	19,45
Castelo Branco	1337	87,21	18,77	43,51	5,10	43,70	13,67
Coimbra	3354	125,70	33,39	65,65	10,43	60,05	22,96
Évora	1187	84,92	2,44	68,33	1,17	16,59	1,28
Faro	910	74,18	3,85	62,01	1,10	12,17	2,74
Lisboa	10833	150,35	51,66	101,49	22,65	48,86	29,01
Porto	4691	182,78	91,92	98,07	37,93	84,71	53,99
Setúbal	1160	102,76	25,09	53,28	5,94	49,48	19,15
Vila Real	1470	90,27	6,19	77,20	1,85	13,07	4,34

Tabela 4- Índices distritais no subsistema politécnico.

Índices Distritais - Politécnico				2019		Diferença	
Distrito	Vagas	Índice de Força (%)	Índice de Excelência (%)	Índice de Força (%)	Índice de Excelência (%)	Índice de Força (%)	Índice de Excelência (%)
Açores	80	142,50	0,00	6,95	0,00	135,55	0,00
Aveiro	643	105,13	3,73	26,48	0,28	78,66	3,46
Beja	568	34,86	0,00	27,91	0,00	6,95	0,00
Braga	797	123,09	8,03	22,51	0,68	100,57	7,35
Bragança	2160	19,63	0,42	19,14	0,10	0,49	0,32
Castelo Branco	985	42,34	0,61	16,61	0,13	25,73	0,47
Coimbra	2687	88,87	2,90	33,89	0,37	54,98	2,53
Évora	66	154,55	3,03	4,08	0,00	150,46	3,03
Faro	810	96,54	2,72	67,85	0,87	28,70	1,85
Guarda	1013	17,57	0,20	18,26	0,00	-0,68	0,20
Leiria	2146	76,89	2,56	75,20	1,51	1,69	1,05
Lisboa	3589	127,11	4,79	26,08	0,43	101,0	4,37
Portalegre	590	29,66	0,34	18,73	0,18	10,93	0,16
Porto	3635	140,52	12,38	54,36	1,68	86,17	10,70
Santarém	1480	44,46	0,27	32,4	0,15	12,00	0,12
Setúbal	1280	90,70	1,33	36,48	0,27	54,22	1,06
Viana do Castelo	1174	45,83	0,51	40,34	0,00	5,49	0,51
Vila Real	93	166,67	5,38	5,15	0,00	161,52	5,38
Viseu	1324	46,07	0,45	40,64	0,38	5,43	0,07

Quanto ao subsetor politécnico (Tabela 4), os melhores resultados registaram-se nos Açores e nos distritos de Aveiro, Braga, Évora, Lisboa, Porto e Vila Real. Contudo, nalguns destes casos, trata-se de um número de vagas pequeno e que corresponde a cursos de natureza politécnica ministrados em universidades, caso dos cursos de enfermagem lecionados em Escolas Superiores de Saúde integradas nas Universidades dos Açores, Évora e UTAD.

4.2.4. Análise Regional por Instituição

Prosseguindo a desagregação dos dados do CNA de 2020, procedeu-se a uma análise dos referidos indicadores por instituição. Tal como aconteceu em anos anteriores, os valores mais elevados nestes indicadores registaram-se em instituições universitárias, nomeadamente nas localizadas nos principais distritos do litoral: Universidades de Aveiro (UA), Coimbra (UC), Minho (UM), Lisboa (UL), Nova de Lisboa (UNL), Porto (UP), Madeira (U Mad) e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE).

Tabela 5 - Índices institucionais no subsistema politécnico.

Índices Institucionais				2019		Diferença	
Instituição	Vagas	Índice de Força (%)	Índice de Excelência (%)	Índice de Força (%)	Índice de Excelência (%)	Índice de Força (%)	Índice de Excelência (%)
IP Beja	594	34,18	0,00	27,91	0,00	6,27	0,00
IP Cávado e Ave	715	100,98	5,59	97,3	2,50	3,63	3,09
IP Bragança	2160	19,63	0,42	19,15	0,10	0,48	0,32
IP Castelo Branco	985	42,34	0,6	37,01	0,32	5,33	0,29
IP Coimbra	2367	84,71	2,96	77,21	0,90	7,50	2,06
IP Guarda	1013	17,57	0,20	18,26	0,00	-0,68	0,2
IP Leiria	2146	76,89	2,56	75,20	1,51	1,69	1,05%
IP Lisboa	2702	117,58	3,89	109,92	1,93	7,6	1,96
IP Portalegre	590	29,66	0,34	18,73	0,18	10,93	0,16
IP Porto	3378	128,24	10,92	122,65	3,86	5,59	7,07
IP Santarém	918	60,46	0,22	39,47	0,11	20,98	0,10
IP Setúbal	1280	90,70	1,33	68,02	0,50	22,69	0,83
IP Viana Castelo	1104	41,8	0,45	41,68	0,00	0,16	0,45
IP Viseu	1324	46,07	0,45	40,64	0,38	5,43	0,07
IP Tomar	562	18,33	0,36	20,20	0,20	-1,87	0,16
E.S.Enf. Coimbra	320	119,69	2,50	93,75	0,63	25,94	1,88
E.S. Enf.Lisboa	288	247,22	11,46	134,04	0,70	113,19	10,76
E.S.Enf. Porto	257	301,95	31,52	149,03	3,89	152,92	27,63
E.S. Náutica D. Henrique	175	76,00	4,00	66,47	2,31	9,53	1,69
ESHTE	424	127,36	6,37	106,30	1,76	21,06	4,60

No caso do ensino politécnico (Tabela 5), os valores mais elevados observam-se nas instituições localizadas nos mesmos distritos, nomeadamente os Institutos Politécnicos do Cávado e Ave (IPCA), de Lisboa (IPL), do Porto (IPP), as três Escolas Superiores de Enfermagem e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE).

À semelhança do observado ao nível regional e setorial, a grande maioria das instituições beneficiaram das tendências de aumento da procura, quer nos candidatos em primeira opção, quer na proporção destes com notas de candidatura mais elevada. No caso do ensino politécnico, as únicas exceções foram os Institutos Politécnicos da Guarda (IPG) e de Tomar (IPT), no que diz respeito ao índice de força. As principais beneficiárias do aumento foram os Institutos Politécnicos de Santarém (IP Santarém) e de Setúbal (IPS), as Escolas de Enfermagem de Coimbra, Lisboa e Porto e a ESHTE.

No caso do ensino universitário (Tabela 6), as principais instituições beneficiárias do aumento da procura foram diferentes no que concerne aos dois indicadores. No que se refere ao IF, os principais aumentos observaram-se nas Universidades dos Açores e de Lisboa. No que se refere à procura de estudantes com classificações mais elevadas, os principais aumentos verificaram-se nas instituições universitárias de Coimbra, Lisboa e Porto.

Tabela 6 - Índices institucionais no subsistema universitário.

Índices Institucionais				2019			Diferença
Instituição	Vagas	Índice de Força (%)	Índice de Excelência (%)	Índice de Força (%)	Índice de Excelência (%)	Índice de Força (%)	Índice de Excelência (%)
U. Açores	636	92,14	6,45	60,66	3,16	31,4	3,29
U. Algarve	1720	84,71	3,31	71,59	1,02	13,12	2,30
U. Aveiro	2328	113,02	19,72	107,33	6,73	5,68	12,98
U. Beira Interior	1337	87,21	18,77	74,37	8,72	12,84	10,05
U. Coimbra	3354	125,70	33,39	114,55	18,21	11,15	15,19
U. Évora	1253	88,59	2,47	72,42	1,17	16,17	1,31
U. Nova Lisboa	2914	155,73	71,41	155,80	43,18	-0,07	28,23
U. Minho	3107	132,38	38,53	125,90	24,15	6,48	14,37
U. Porto	4691	182,78	91,92	173,70	67,18	9,07	24,74
UTAD	1563	94,82	6,14	82,35	1,85	12,47	4,29
U. Madeira	767	125,03	16,43	116,85	11,34	8,18	5,09
U. Lisboa	7741	138,86	45,20	118,80	26,38	20,05	18,82
ISCTE	1338	163,83	22,94	174,30	8,21	-10,47	14,74

No que diz respeito às áreas de formação (CNAEF), foi realizada uma análise por vários níveis de desagregação (Tabela 7), porque permite identificar grandes tendências e especificidades. O nível de maior desagregação (a 3 dígitos) foi adoptado nos casos em que o número de vagas justificaria essa análise (superior a 1000 vagas).

Tabela 7 - Distribuição por área de formação.

Área CNAEF	CNAEF				2019			Diferença		
	Vagas	Índice Força (%)	Índice Excelência (%)	Herfindahl 4 Distrit	Índice Força (%)	Índice Excelência (%)	Herfindahl 4 Distrito	Índice Força (%)	Índice Excelência (%)	Herfindahl 4 Distrito
1	1345	72,1	1,64	0,073	62,5	0,59	0,072	9,54	1,04	0,000
2	6526	109,5	21,97	0,122	100,48	11,7	0,124	9,06	10,18	-0,002
3	15694	134,8	25,16	0,150	131,48	14,24	0,144	3,40	10,9	0,006
4	5991	85,9	22,88	0,126	85,57	14,67	0,129	0,36	8,21	-0,004
5	12980	85,3	29,81	0,116	79,8	17,85	0,114	5,49	11,95	0,002
6	1384	83,0	13,6	0,092	56,82	4,34	0,093	26,27	9,31	0,001
7	8158	143,3	42,50	0,127	102,22	27,27	0,126	41,14	15,23	0,001
8	3975	103,6	2,67	0,091	90,67	1,00	0,087	12,95	1,67	0,003
9	68	133,8	25,00	1,000	120,00	6,67	1,000	13,82	18,33	-
14	1345	72,1	1,64	0,073	62,57	0,59	0,072	9,54	1,04	0,000
21	3754	110,1	21,60	0,101	105,54	13,25	0,101	4,58	8,35	-0,000
22	2772	108,7	22,47	0,176	93,28	9,71	0,182	15,48	12,76	-0,006
31	4183	146,1	28,35	0,215	138,90	15,14	0,211	7,27	13,21	0,004
32	959	153,4	27,32	0,112	152,79	16,85	0,114	0,70	10,47	0,002
34	8570	116,6	18,62	0,122	114,17	10,86	0,114	2,44	7,7	0,008
38	1982	181,1	45,66	0,242	176,36	24,89	0,238	4,7	20,77	0,004
42	2522	91,8	18,40	0,092	85,48	8,61	0,110	6,35	9,78	-0,017
44	1482	84,1	33,81	0,191	90,91	26,43	0,213	-6,77	7,37	-0,022
46	707	89,9	48,8	0,228	107,63	37,80	0,193	-17,67	11,00	0,035
48	1280	74,1	4,77	0,156	68,48	1,55	0,146	5,66	3,21	0,010
52	10501	90,3	33,41	0,111	86,14	19,87	0,109	4,25	13,54	0,002
54	574	29,79	2,44	0,092	37,94	0,99	0,092	-8,15	1,45	0,000
58	1905	74,1	18,22	0,185	58,05	11,90	0,187	16,13	6,32	-0,002
62	797	38,3	0,63	0,097	25,26	0,39	0,094	13,13	0,23	0,003
64	587	143,7	31,35	0,113	102,08	10,00	0,124	41,71	21,35	-0,011
72	6961	153,5	49,59	0,142	106,57	31,54	0,138	46,94	18,05	0,003
72	6961	153,5	49,59	0,142	106,57	31,54	0,138	46,94	18,05	0,003
76	1197	84,2	1,25	0,082	74,69	0,29	0,085	9,60	0,97	-0,002
81	3151	118,6	2,79	0,085	100,17	0,93	0,084	18,46	1,87	0,001
84	89	142,7	6,74	1,000	127,59	4,60	1,000	15,11	2,14	-
85	683	36,1	1,76	0,129	41,75	0,88	0,131	-5,59	0,88	-0,002
86	52	13,4	0,00	0,501	15,00	0,00	0,500	-1,54	0,00	0,001
213	1558	122,4	21,63	0,101	120,62	14,57	0,101	1,85	7,06	0,000

Área CNAEF	CNAEF				2019			Diferença		
	Vagas	Índice Força (%)	Índice Excelência (%)	Herfindahl 4 Distrito	Índice Força (%)	Índice Excelência (%)	Herfindahl 4 Distrito	Índice Força (%)	Índice Excelência (%)	Herfindahl 4 Distrito
214	1020	110,0	21,86	0,117	95,72	11,89	0,122	14,28	9,98	-0,005
222	1548	125,1	29,33	0,159	105,15	12,94	0,166	20,05	16,39	-0,007
312	1318	95,7	6,37	0,287	97,22	1,85	0,290	-1,47	4,52	-0,003
314	1388	99,5	36,96	0,195	105,4	24,08	0,187	-5,93	12,88	0,008
342	1248	143,5	6,25	0,093	136,29	1,89	0,095	7,30	4,36	0,002
344	1489	69,7	1,41	0,134	65,70	0,82	0,120	4,02	0,59	0,014
345	4915	127,8	29,52	0,128	122,18	16,02	0,121	5,68	13,50	0,007
380	1982	181,1	45,66	0,242	176,36	24,89	0,238	4,77	20,77	0,004
421	2332	96,2	19,64	0,094	88,16	9,33	0,112	8,07	10,31	-0,017
481	1250	72,9	4,88	0,150	65,36	1,53	0,134	7,60	3,35	0,016
521	1552	86,1	33,70	0,131	84,03	19,78	0,129	2,12	13,92	0,003
523	5481	96,3	26,14	0,106	86,86	13,34	0,109	9,43	12,80	0,002
524	1677	81,6	41,86	0,123	86,58	26,38	0,116	-4,89	15,48	0,007
721	1523	200,0	186,34	0,232	146,54	126,9	0,234	53,46	59,45	-0,002
723	2109	170,1	8,01	0,080	96,08	1,10	0,080	74,0	6,91	-0,000
726	1007	179,2	12,51	0,135	116,37	4,09	0,128	62,88	8,42	0,007
727	1074	87,2	8,01	0,205	86,03	2,45	0,207	1,21	5,56	-0,002
762	1197	84,2	1,25	0,082	74,69	0,29	0,085	9,60	0,97	-0,002
812	1219	87,8	2,21	0,084	89,89	1,17	0,085	-2,03	1,04	-0,002
813	1454	157,7	3,23	0,091	118,03	0,82	0,091	39,74	2,42	-0,000

Ao nível das CNAEF a um dígito, as grandes áreas que têm uma procura em primeira opção mais pronunciada são as áreas 3 (ciências sociais) e 7 (saúde), embora esta última sobressaia ao nível dos candidatos com notas de candidatura mais elevadas. Quando se compara os dois últimos anos em análise, observa-se que os maiores aumentos se verificaram nas áreas 6 e 7, sendo que a última já apresentava os valores mais elevados.

Por sua vez, a desagregação por CNAEF a dois dígitos permite efetuar uma análise mais fina da procura das várias áreas de formação.

4.3. Transição Digital e Climática

Um dos aspetos indicados no despacho de nomeação do grupo de trabalho foi a atenção às áreas de formação relevantes para as transições digital e climática, que emergem como eixos de

política pública nacional e europeia fundamentais.

Deste modo, a atenção à formação nas áreas mais relevantes para essas duas transições afigura-se de crucial importância. No entanto, a delimitação das áreas de formação relevantes para cada uma dessas mudanças estruturais não é óbvia.

No caso da transição digital, num certo sentido, diz respeito a todas as áreas de formação, pois a digitalização manifestar-se-á em todas as áreas e sectores produtivos e o domínio de algumas competências digitais será uma condição necessária e fundamental em todas as áreas de formação, exigindo-se que seja crescentemente incorporada nos respetivos conteúdos curriculares, nos métodos de ensino-aprendizagem e nos mecanismos de avaliação.

A transição digital não é algo que diga respeito apenas a especialistas das áreas da informática, eletrónica ou tecnológica, mas deverá ser encarada de um modo transversal em termos de oferta formativa. Todavia, vale a pena olhar para algumas das áreas de formação onde será expectável um maior contributo na formação de especialistas em áreas relevantes (Tabela 8).

Tabela 8 - Áreas de formação digital.

Área CNAEF		2020						2019		
		Vagas	Candidatos	Candidatos >170	Índice Força (%)	Índice Excelência (%)	Herfindahl 4 Distrit	Índice Força (%)	Índice Excelência (%)	Herfindahl 4 Distrit
146	Formação Profs e Formadores Áreas Tecnológicas	22	14	0	63,64	0,00	1,000	60,00	0,00	1,000
213	Audiovisuais e Produção dos Media	1558	1908	337	122,5	21,63	0,101	120,6	14,57	0,101
480	Informática	30	37	0	123,3	0,00	1,000	98,18	1,82	1,000
481	Ciências Informáticas	1250	912	61	72,96	4,88	0,150	65,36	1,53	0,134
522	Eletricidade e Energia	550	110	2	20,0	0,36	0,145	19,05	0,00	0,121
523	Eletrónica e Automação	5481	5278	1433	96,3	26,14	0,106	86,86	13,34	0,109
TOTAL		8891	8259	1833	92,89	20,62				

Quando se analisa as áreas CNAEF (a 3 dígitos) mais relevantes para a formação de especialistas nestas áreas (Tabela 8), observa-se que a oferta é dominada pela CNAEF de eletrónica e automação, que tem cerca de 60% do total de vagas neste grupo e atrai um número significativo de candidatos em primeira opção e com classificações elevadas. De um modo geral, observa-se que a oferta se encontra bastante dispersa pelo território nas CNAEF mais relevantes deste grupo.

No seu conjunto, a procura de candidatos em primeira opção nestas áreas de formação é ligeiramente inferior ao total de vagas, sendo particularmente inferior nos casos da eletricidade e da energia e das ciências informáticas. Por outro lado, a área dos audiovisuais e produção dos media é a única que apresenta um significativo potencial de crescimento. No que diz respeito à

atração de candidatos com classificações elevadas em primeira opção, as áreas CNAEF consideradas para esta transição não se caracterizam por um resultado particularmente positivo, com as exceções das áreas de audiovisuais e produção dos media e da eletrónica e automação.

No que diz respeito à transição climática, a delimitação por áreas de formação é também muito discutível. Por exemplo, áreas como as ciências da vida ou como a biologia e a bioquímica têm tido um reconhecido papel na formação de profissionais que desempenham funções relevantes em áreas como a biodiversidade ou a economia do mar.

Tabela 9 - Área de formação ambiental.

Área CNAEF		2020						2019		
		Vaga	Candidatos	Candidatos >170	Índice Força (%)	Índice Excelência (%)	Herfindahl 4 Distrit	Índice Força (%)	Índice Excelência (%)	Herfindahl 4 Distrito
422	Ciências do Ambiente	108	38	2	35,19	1,85	0,273	30,39	0,00	0,271
443	Ciências da Terra	688	467	30	67,88	4,36	0,198	60,06	0,47	0,206
522	Eletricidade e Energia	550	110	2	20,00	0,36	0,145	19,05	0,00	0,121
524	Tecnologia dos Processos Químicos	1677	1370	702	81,69	41,86	0,123	86,58	26,38	0,116
621	Produção Agrícola e Animal	741	290	4	39,14	0,54	0,095	25,67	0,43	0,093
623	Silvicultura e Caça	56	16	1	28,57	1,79	0,370	20,00	0,00	0,372
851	Tecnologia de Proteção do Ambiente	540	200	12	37,04	2,22	0,117	41,43	1,11	0,122
852	Ambientes Naturais e Vida Selvagem	25	11	0	44,00	0,00	1,000	24,00	0,00	1,000
TOTAL		4385	2502	753	57,06	17,17				

Todavia, é excessivo considerar que estas áreas, no seu conjunto, estão totalmente alinhadas com essas necessidades. Assim, entendeu-se não as considerar e adotar um critério mais restritivo, embora seja passível de crítica. Importa afirmar de modo inequívoco que haverá muitas outras áreas cujos diplomados irão, pelo menos em parte, ter um papel nessa transformação, tais como muitas áreas das ciências naturais, das engenharias ou da economia e gestão (Tabela 9).

Se adotar um critério mais restritivo, observa-se que as áreas CNAEF a 3 dígitos mais relevantes apresentam uma oferta em que se destaca a tecnologia dos processos químicos, pela dimensão da oferta e da procura, tal como pela capacidade de atração de candidatos com classificações mais elevadas. Aliás, com exceção dessa área, estas CNAEF apresentam razoáveis ou até mesmo elevadas debilidades em atrair estudantes em primeira opção, com classificações mais elevadas. Finalmente, regista-se que a oferta se encontra dispersa de um ponto de vista geográfico.

A preocupação com a qualificação superior nas áreas relevantes para ambas as transições digital e climática, reforça também a atenção devida a algumas disciplinas nucleares no ensino secundário, nomeadamente da física e da biologia.

Assim, o aumento de atratividade das formações nas CNAEF mencionadas requerem um reforço a montante do caudal de estudantes com formação nestas duas disciplinas. Os dados mais recentes disponíveis suscitam alguma preocupação, atendendo a que se tem registado, entre 2015/16 e 2018/19, uma tendência de redução do número de estudantes inscritos no ensino secundário nessas duas disciplinas, um assunto que deverá merecer melhor atenção em estudos futuros.

Esta redução é preocupante pelo impacto que isso pode ter não apenas nas áreas CNAEF ligadas às transições digital e climática, mas também no largo espectro das ciências e das tecnologias (CTEM). Assim, recomenda-se uma atenção especial à promoção das áreas da física e da biologia no ensino secundário.

Atendendo aos novos desafios sociais com impacto na empregabilidade, diversos estudos sublinham os efeitos potenciais da automação sobre a criação de emprego e outras tendências relevantes, incluindo globalização, envelhecimento da população, urbanização e as oportunidades da economia verde (Bakhshi et al., 2017). A título de exemplo, este estudo explica por que determinados empregos em áreas como a construção e agricultura, são menos propensos a sofrer efeitos negativos do mercado de trabalho do que se supunha no passado. No entanto, exigem especial atenção.

Contudo, e no que concerne ao aumento de novos ciclos de estudos deve ser fundamentado em critérios de valorização e diferenciação da oferta formativa no ensino superior. Assim, recomenda-se que, na aprovação de novos ciclos de estudo de formação inicial, se privilegiem as situações em que as novas formações correspondam a áreas emergentes com projetos pedagógicos inovadores ou áreas de formação atualmente inexistentes. Por outro lado, deverão favorecer, também, as novas propostas de cursos assentes em projetos de cooperação entre diferentes áreas científicas e/ou diferentes IES.

Dito isto, em situações excecionais, poderão ser aprovadas novas formações em áreas existentes, mas com uma oferta claramente escassa face à procura existente nos últimos anos (medida pelos indicadores de atratividade das áreas CNAEF a 3 dígitos). Contudo, essa possibilidade deve ser secundária face à possibilidade de alargamento do *numerus clausus* da oferta formativa existente nessas mesmas áreas.

Finalmente, no caso da fixação de vagas nas licenciaturas que sucedem aos mestrados integrados, o valor deve estar alinhado com os níveis definidos previamente para os mestrados integrados que desaparecem. No caso de haver uma alteração da oferta formativa nessas áreas, recomenda-se que o valor global por instituição/unidade orgânica seja semelhante.

5.

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR DOS DIPLOMADOS DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE

5.1. Enquadramento

O acesso ao ensino superior dos diplomados dos cursos profissionais, artísticos especializados, de aprendizagem, das escolas de turismo do Ministério da Economia e outros equivalentes conheceu, em 2020, o primeiro concurso especial de acesso, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2020, de 2 de abril. Apesar de ser prematuro retirar conclusões de uma experiência de apenas um ano inicial, pode-se, no entanto, analisar o processo e extrair informações úteis para os anos seguintes.

Este tema reveste-se de particular importância no contrato para a legislatura celebrado entre o Governo e as instituições de ensino superior públicas, o qual prevê entre outros indicadores o compromisso de aumentar o número de jovens a frequentar o ensino superior que completaram o ensino secundário pelas vias profissionalizantes.

5.2. O Ensino de Dupla Certificação no Secundário em Portugal

As ofertas de dupla certificação assumem, em Portugal, uma expressão cada vez mais significativa na formação de jovens no ensino secundário. Embora o número de alunos matriculados nos cursos científico-humanísticos, cuja orientação do currículo é de formação geral destinada a prosseguimento de estudos prevaleça (com 207.684 alunos matriculados em 2018/19), a participação em cursos de dupla certificação atinge já 40,8%⁴. Este valor em

⁴ Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas ofertas do ensino secundário orientadas para jovens, no Continente (2000/01 a 2018/19); Fonte: DGEEC - Dados atualizados em setembro de 2020.

2000/01 era de 28,7%, sendo que, na última década, se tem registado uma progressiva expansão desta oferta⁵.

Em 2018/19 estavam 135.759 alunos inscritos em ofertas de dupla certificação (Tabela 10), sendo a participação em cursos profissionais amplamente maioritária. Pode-se comprovar também que os cursos profissionais representavam, nesse ano, cerca 81% do total de matriculados em modalidades de dupla certificação, mais concretamente, estavam 110.184 alunos matriculados.

Tabela 10 - Ensino Secundário: Alunos matriculados em cursos de dupla certificação em educação e formação orientadas para jovens, por orientação do currículo, no Continente (2018/19).

Orientação do currículo	2018/19
Tecnológico	3 570
Artístico especializado (regime integrado)	2 449
Profissional	110 184
Aprendizagem	19 542
CEF	14
Total Matriculados Dupla Certificação	135 759

Esta oferta formativa traduz-se em modalidades de educação e formação que partilham a dupla certificação como característica comum, ou seja, os alunos concluem estes cursos com uma qualificação escolar ao nível do ensino secundário e, simultaneamente, com uma qualificação profissional numa determinada área de trabalho, possibilitando a inserção no mercado de trabalho e o prosseguimento de estudos para o ensino superior.

A diversidade de oferta que existe na dupla certificação é uma das suas características, mas são formações diferentes entre si nas suas matrizes curriculares. O ensino artístico especializado e os cursos científico-tecnológicos, ou com planos próprios, são, deste ponto de vista, muito mais próximos dos cursos científico-humanísticos. Os cursos profissionais e, particularmente, os cursos de aprendizagem, com matrizes curriculares distintas, refletem bem a lógica da dupla certificação e da valorização da componente profissional e de ligação ao mercado de trabalho.

Esta diversidade de ofertas formativas releva de modo particular face ao facto de Portugal ainda apresentar um défice de qualificações. Este verifica-se sobretudo ao nível das qualificações intermédias (ISCED 3-4), correspondentes ao ensino secundário e profissional (25,9% da população dos 25 aos 64 anos, face a 46,8% na União Europeia, em 2019), mas também ao nível das qualificações superiores (26,3% face à média europeia de 31,6%). Apesar do progresso realizado, continua a ser o principal desafio do sistema educativo e formativo no nosso país incrementar as taxas de qualificação de várias gerações, nomeadamente através da melhoria da diversidade e da qualidade da oferta formativa.

⁵ Fonte: DGEEC - Dados atualizados em setembro de 2020.

As reformas previstas neste âmbito estão alinhadas com os objetivos da Estratégia Portugal 2030, sendo esperado que contribuem para *i)* reduzir a percentagem de jovens e adultos em idade ativa sem o nível de ensino secundário; *ii)* alcançar um nível de 60% dos jovens com 20 anos que frequentem o ensino superior e 50% de diplomados com ensino superior na faixa etária dos 30-34 anos até 2030; *iii)* reforçar a participação de adultos em formação ao longo da vida.

O investimento continuado no sistema de ensino e formação profissional é, por isso, decisivo para a generalização da conclusão do ensino secundário pelas atuais e futuras gerações de alunos e, por essa via, promover também o acesso ao ensino superior, a melhoria dos níveis de qualificação da população adulta e a melhoria contínua das suas competências profissionais.

5.3. Fluxo de Diplomados de Dupla Certificação

O sistema educativo português em 2018/19 apresentava 102.784 diplomados com o ensino secundário, incluindo todas as modalidades de ensino e formação dirigidas a jovens e a adultos. O maior contributo advém do fluxo de diplomados dos cursos científico-humanísticos, com valores próximos do 50.000 por ano, maior contingente no acesso ao ensino superior por via do CNA. Os diplomados dos cursos da dupla certificação foram 30.558, sendo cerca de 27.000 oriundos de cursos profissionais, como se pode comprovar na Tabela 11.

Tabela 11 - Ensino Secundário: Alunos que concluíram, por oferta de educação e formação (2018/19).

TIPOLOGIA DE CURSO	Alunos (nº)
Cursos científico-humanísticos	49 781
Cursos tecnológicos	1164
Cursos artísticos especializados ⁶	730
Artes visuais e audiovisuais (12º ano)	625
Dança (12º ano)	5
Música (12º ano)	100
Cursos profissionais	27 030
Cursos de aprendizagem	1 345
Cursos de educação e formação - Tipos 5 e 6	289
TOTAL DIPLOMADOS DA DUPLA CERTIFICAÇÃO	30 558
TOTAL GERAL	80 339

O ensino profissionalizante tem dado um enorme contributo para a melhoria do nível educativo dos jovens, concorrendo para a generalização do ensino secundário. Enquanto percurso de qualificação inicial de jovens, com características que se distinguem do ensino geral, tem vindo a atrair um conjunto de jovens cuja vocação, mais orientada para o desenvolvimento de competências profissionais, parece encontrar aí uma resposta adequada para dar continuidade aos seus estudos de nível secundário.

⁶ Regime integrado; Fonte: DGEEC, 2021.

O ensino profissional tem tido, assim, um papel fundamental no aumento da taxa real de escolarização no secundário (81,5% em 2019, sendo que em 2005, ano a partir do qual se dá a expansão do ensino profissional na rede de escolas públicas, era de 59,8%), mantendo mais jovens em idade própria no sistema educativo e dando um contributo inegável para o sucesso educativo na conclusão da escolaridade obrigatória.

A escolha de um curso de dupla certificação que, frequentemente, se revelava o último recurso para alunos com percursos de insucesso escolar, assume-se cada vez mais, como primeira escolha para um maior número de alunos.

Tabela 12 - Idade média dos alunos inscritos no ensino secundário, por modalidade de ensino e por ano curricular.

Modalidade de ensino	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
	Idade	Idade	Idade	Idade	Idade
Científico-humanísticos	16,3	16,3	16,4	16,3	16,3
Científico-tecnológicos	16,3	16,3	16,3	16,3	16,3
Artísticos especializados	16,6	16,6	16,6	16,6	16,6
Profissionais	17,4	17,3	17,2	17,2	17,2
Aprendizagem	20,2	19,8	19,6	19,3	19,1
CEF	21,8	20,1	19,4	18,7	19,9

Fonte: DGEEC, 2021; dados relativos ao continente, tratamento da DGES.

Apesar desta evolução, a idade média dos alunos inscritos nalgumas destas ofertas é mais elevada do que nos cursos científico-humanísticos (Tabela 12).

No entanto, a idade média é muito próxima nos cursos científico-tecnológicos e nos cursos artísticos especializados e, cada vez, mais baixa nos cursos profissionais (17,2 anos em 2018/19). As idades mais elevadas encontram-se nos cursos de aprendizagem e nos cursos de educação e formação (CEF), os quais ainda mostram um forte pendor de segunda oportunidade para os jovens.

5.4. A Transição para o Ensino Superior

A transição dos diplomados dos cursos de dupla certificação para o ensino superior tem sido globalmente muito baixa, mas registam-se diferenças significativas entre ofertas. Ou seja, a transição para o ensino superior dos diplomados dos cursos tecnológicos e dos cursos artísticos especializados (regime integrado) é na ordem dos 60%, com uma clara predominância do acesso a cursos de grau superior. Esta situação situa-se muito mais próxima da transição que os diplomados dos cursos científico-humanísticos fazem para o ensino superior do que de aquela verificada noutras oferta de dupla certificação.

Nos cursos profissionais, onde essa transição tem alguma expressão, é globalmente na ordem dos 18%, embora varie consoante a área de educação e formação. Os cursos na área das artes do espetáculo registam maiores taxas de prosseguimento de estudos e, na sua larga maioria, para cursos de grau superior.

De uma forma geral, a transição para o ensino superior faz-se mais pelo ingresso em CTeSP do que em cursos de grau superior, à exceção de algumas áreas. Por outro lado, há diferenças geográficas assinaláveis.

As taxas de transição mais elevadas registam-se em distritos onde a presença de Institutos Politécnicos e a oferta de CTeSP assumem um papel fundamental nesta dinâmica de diversificação das ofertas formativas no ensino superior. Por outro lado, nos distritos onde se diplomam mais jovens/ano em cursos profissionais, como sejam os casos do Porto, Lisboa, Braga e Aveiro, são precisamente aqueles em que é menor a proporção de jovens a prosseguir para o ensino superior⁷.

Este é o retrato do acesso ao ensino superior em 2017/18, mas que se mantinha atual no ano seguinte, como se pode verificar na Tabela 13. Enquanto 80% dos diplomados dos cursos científico-humanísticos ingressaram numa instituição do ensino superior no ano letivo 2018/2019, na sua maioria em cursos conducentes a grau (licenciaturas e mestrados integrados), apenas 18,4% dos que fizeram o secundário através de cursos profissionais ingressaram no ensino superior.

Tabela 13- Jovens que frequentaram o 12.º ano do ensino secundário, que terminaram o ensino secundário e que ingressaram numa IES - 2018/2019.

	CURSOS DO ENSINO SECUNDÁRIO									
	Cursos Científico-Humanísticos			Cursos artísticos especializados			Cursos profissionais			
	Nº	%	%	Nº	%	%	Nº	%	%	
Frequência ensino secundário	62 571	100		901	100		32 938	100		
Terminaram ensino secundário	48 334	77,2	100	730	81	100	25 624	77,8	100	
Ingresso no ES	Total	38 469		79,6	451		61,8	4 719		18,4
	Grau*	37 808		78,2	436		59,7	1 422		5,5
	CTeSP	661		1,4	15		2,1	3 297		12,9

* Licenciaturas ou Mestrados Integrados; Fonte: DGEEC, 2021; Tratamento da DGES.

Ainda que esta diferença significativa resulte do perfil destas vias e de quem as frequenta, de salientar que continua a ser reduzida a proporção de jovens do ensino secundário profissionalizante que acede ao ensino superior. Embora a dupla certificação possibilite o prosseguimento de estudos para níveis pós-secundários e superiores, verifica-se que o acesso ao ensino superior tem sido limitado pelo modelo de avaliação vigente no CNA e que, por sua vez, se baseia no percurso e no desempenho educativo dos alunos nos cursos científico-humanísticos.

O Ministério da Educação tem apostado no aumento de alunos em cursos de dupla certificação, acompanhado do reforço da orientação vocacional. Preconiza-se que estes cursos devam ser ofertas de primeira escolha para um número crescente de estudantes concluírem o ensino

⁷ DGEEC (2019). Transição entre o ensino secundário e o ensino superior: 2016/17-2017/18. Direção-geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), maio 2019.

secundário, assentes numa forte proximidade aos empregadores e ambicionando níveis de empregabilidade elevados, ao mesmo tempo que se considera que aquelas formações propiciem perspectivas de desenvolvimento profissional e de qualificação superior aos seus diplomados.

Nesta perspetiva, é evidente a necessidade de estimular a diversificação do acesso ao ensino superior, tendo em conta os diferentes perfis dos candidatos e aprofundando, em particular, num quadro de autonomia das diferentes instituições, o acesso dos estudantes oriundos de trajetórias profissionais de nível secundário, de ofertas profissionais de pós-secundário, incluindo os CTeSP e os Cursos de Especialização Tecnológica (CET), e de adultos, para reforçar a equidade social no acesso e a aposta na recuperação de gerações cujas oportunidades de acesso eram menores.

5.5. O Concurso Especial para Titulares de Cursos Secundários de Dupla Certificação⁸

O ingresso no ensino superior para titulares de cursos de dupla certificação do ensino secundário e cursos artísticos especializados levou à criação dum novo concurso especial. Através da criação deste concurso especial pretendeu-se criar um mecanismo capaz de avaliar as competências destes estudantes, tendo em conta o currículo e as aprendizagens realizadas, um percurso formativo que combina, em graus diferenciados, a formação sociocultural, científica e tecnológica, valorizando as aprendizagens teórico-práticas, a demonstração de competências profissionais e a lógica de projeto e de experiência, que integra a formação em contexto de trabalho e que encara a provas de aptidão profissional, ou equivalente, como um dos principais momentos de avaliação do aluno.

À semelhança dos restantes concursos especiais⁹, o principal objetivo da criação deste concurso foi o de regular a candidatura ao ensino superior público e privado de alunos com condições habilitacionais específicas. Os principais destinatários deste concurso são os titulares das seguintes ofertas educativas e formativas de dupla certificação de nível secundário, conferentes do nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações:

- a) Cursos profissionais e cursos científicos-tecnológicos /cursos com planos próprios;
- b) Cursos de aprendizagem;
- c) Cursos de educação e formação para jovens;
- d) Cursos de âmbito setorial da rede de escolas do Turismo de Portugal, I. P.;
- e) Cursos artísticos especializados;
- f) Cursos de formação profissional no âmbito do Programa Formativo de Inserção de Jovens da Região Autónoma dos Açores.

⁸ Esta seção beneficiou da análise realizada pela DGES (2021). Análise e reflexão - Concurso especial para titulares de cursos de dupla certificação de nível secundário e cursos artísticos especializados. DGES/ DSAES, janeiro de 2021.

⁹ Titulares das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 Anos, titulares de diploma de especialização tecnológica, titulares de diploma de técnico superior profissional, titulares de outros cursos superiores, titulares do grau de licenciado para acesso ao curso de medicina, estudante internacional (DGEEC, 2021).

São ainda abrangidos pelo concurso especial os estudantes titulares de:

- a) Cursos artísticos especializados de nível secundário da área da música;
- b) Cursos de Estado Membro da UE, legalmente equivalentes ao ensino secundário português, conferentes de dupla certificação, escolar e profissional, e conferentes do nível 4 de qualificação do Quadro Europeu de Qualificações;
- c) Outros cursos não portugueses, legalmente equivalentes ao ensino secundário português, conferentes de dupla certificação, escolar e profissional, nas situações em que os candidatos em causa tenham nacionalidade portuguesa.

O concurso tem carácter voluntário, estando aberto às IES, universitárias e politécnicas, que passaram a poder disponibilizar uma nova via de ingresso nas licenciaturas e mestrados integrados, adequada às situações habilitacionais específicas dos diplomados das ofertas educativas e formativas abrangidas pelo decreto-lei.

Foi mantida a possibilidade dos alunos das vias profissionalizantes do nível secundário se candidatarem através do CNA a todos os cursos. Neste caso, é-lhes facultada a possibilidade de realizarem os exames finais nacionais que elegerem como provas de ingresso para acesso ao ensino superior. Esta será sempre a via necessária quando estes estudantes pretendam ingressar em IES e ciclos de estudos que apenas facultem o ingresso através das vias adequadas aos alunos com formação científico-humanística, tal como tem sido feito ao longo dos últimos anos.

Atendendo a que a primeira edição deste concurso ocorreu em 2020, efetua-se uma primeira análise dos resultados, quer do ponto de vista da adesão dos candidatos e das próprias IES, quer ainda do perfil de candidatos que beneficiou deste concurso, por comparação ao que ingressou no ensino superior através do CNA. As ilações a retirar para futuras edições do concurso especial, ainda que de uma forma exploratória, dada a novidade do concurso e o ano atípico em que decorre pela primeira vez, podem ser úteis para melhorar o contributo que este concurso pode vir a ter no aumento efetivo do número de diplomados do ensino profissionalizante a prosseguirem estudos para o ensino superior.

5.5.1. Resultados do Concurso Especial

O novo concurso especial para titulares de dupla certificação, em 2020, proporcionou 2.615 vagas de acesso ao ensino superior conforme os dados expressos na Tabela 14, com uma forte presença de instituições de politécnicas. Estas fixaram 2.068 vagas para este concurso enquanto no ensino universitário foram fixadas 547 vagas.

Tabela 14 - Concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação: Vagas e matriculados, 2020/21.

Vagas iniciais	2615
Matriculados na 1ª fase	641
Vagas sobrantes	1974
Vagas a concurso na 2ª fase	1193
Matriculados na 2ª fase	35
Total de vagas sobrantes	1944

Fonte: DGES, 2021.

O número de matriculados foi globalmente muito inferior ao número de vagas criadas, sobretudo na 2ª fase, pelo que as vagas sobrantes deste concurso em 2020 foram significativas: 74% das vagas criadas não foram ocupadas. Este concurso registou, em 2020, um total de 906 candidatos. Considerando o número total de vagas fixadas (2.615), o número de colocados e matriculados (671) representou uma ocupação de apenas 26% (Tabela 15).

Tabela 15 - Concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação: candidatos e colocados, 2020/21.

Total de candidatos	906
Excluídos	17
Candidatos válidos	889
Não colocados	106
Colocados	783
Colocados e matriculados	671

Fonte: DGES, 2021.

Do total de candidatos à 1ª e 2ª fases deste curso, 86% foram colocados, e destes também cerca de 86% matricularam-se no ensino superior, grande parte dos quais em cursos que constituíam a sua primeira opção de candidatura, como se pode comprovar na Tabela 16.

Tabela 16 - Concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação: Matriculados por opção de candidatura, 2020/21.

1ª Opção de candidatura	511	76%
2ª Opção de candidatura	122	18%
3ª Opção de candidatura	38	6%
Total	671	100%

Fonte: DGES, 2021.

A Tabela 17 mostra o universo de IES que aderiu ao concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação no seu primeiro ano de implementação. No total, 24 instituições ofereceram vagas neste concurso, sendo as três instituições com maior número de vagas fixadas o IPP (340), o IPB (316) e o IPC (190).

Tabela 17 - Concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação: Vagas e matriculados por instituição de ensino superior, 2020/21.

Instituição de ensino superior	Vagas (Nº)	Matriculados (Nº)	Vagas ocupadas (%)
U Açores	67	13	19
U Algarve	121	30	25
U Évora	72	7	10
U Porto	7	0	0
UTAD	75	17	23
U Madeira	42	0	0
ISCTE	163	6	4
IP Beja	74	17	23
IP Cávado e do Ave	58	20	34
IP Bragança	316	51	16
IP Castelo Branco	119	28	24
IP Coimbra	190	47	25
IP Guarda	110	20	18
IP Leiria	108	52	48
IP Lisboa	35	23	66
IP Portalegre	83	6	7
IP Porto	340	138	41
IP Santarém	115	40	35
IP Setúbal	117	47	40
IP Viana do Castelo	109	29	27
IP Viseu	160	39	24
IP Tomar	84	17	20
E. S. Náutica Infante D. Henrique	14	0	0
ESHTE	36	24	67
Total	2615	671	26

Fonte: DGES, 2021.

As três instituições com maior número de candidatos matriculados foram os Institutos Politécnicos do Porto (138), Leiria (52) e Bragança (51). As instituições com taxas de ocupação das vagas mais elevadas foram a ESHTE e o IPL, que ocuparam cerca de 67% das suas vagas, embora sejam números muito baixos, que rondavam as 35 vagas. O IPLeiria registou uma ocupação de 48% das vagas, tendo o IPP e o IPS mostrado também uma ocupação na ordem dos 40% das vagas criadas para este concurso.

A análise da distribuição de vagas e matriculados por área de educação e formação (Tabela 18), mostra que as áreas com maior oferta de vagas foram as de gestão e administração e de

eletrónica e automação. Para além destas, destacam-se com cerca de 100 vagas cada, as áreas de audiovisuais e produção dos media, marketing e publicidade, contabilidade e fiscalidade, trabalho social e orientação, ciências informáticas, produção agrícola e animal e de turismo e lazer, áreas com uma forte expressão na oferta de diplomados do ensino secundário de dupla certificação.

De uma forma geral, pode constatar-se que a dispersão de vagas pelas diferentes áreas de educação e formação é maior do que a diversidade que existe na oferta de dupla certificação, havendo vários cursos superiores em áreas de educação e formação que não conseguiram ocupar nenhuma das vagas.

A área com maior procura foi a eletrónica e automação com 144 matriculados, revelando uma ocupação das vagas fixadas na ordem dos 56%. Outras áreas com taxas de ocupação e volume de matriculados relativamente significativos, revelam uma procura potencial de novos candidatos que pode justificar algum reajustamento da oferta de vagas em novas edições deste concurso associado a uma melhor promoção da oferta.

Neste domínio merecem destaque as áreas do desporto, do turismo e lazer e da hotelaria e restauração, da produção agrícola e animal, da eletricidade e energia, metalurgia e metalomecânica e ciências informáticas, dos audiovisuais e produção dos media, da formação de professores do ensino básico e da enfermagem.

Tabela 18 - Concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação: Vagas e matriculados por área de educação e formação - CNAEF a 3 dígitos, 2020/21.

Áreas de Educação e formação do Curso Superior de matrícula	Vagas (Nº)	Matriculados (Nº)	Vagas ocupadas (%)
142-Ciências da educação	17	0	0
144-Formação de professores do ensino básico (1.º e 2.º ciclos)	86	50	58
146-Formação de professores e formadores de áreas tecnológicas	4	0	0
210-Artes	5	3	60
211-Belas artes	26	0	0
212-Artes do espetáculo	31	4	13
213-Audiovisuais e produção dos media	110	28	25
214-Design	31	3	10
215-Artesanato	5	0	0
225-História e arqueologia	21	0	0
229-Humanidades - programas não classificados noutra área de formação	4	0	0
311-Psicologia	16	2	13
312-Sociologia e outros estudos	35	1	3
313-Ciência política e cidadania	6	0	0
314-Economia	15	1	7
321-Jornalismo e reportagem	36	7	19
322-Biblioteconomia, arquivo e documentação	4	0	0
340-Ciências empresariais	10	1	10
342-Marketing e publicidade	103	15	15

Áreas de Educação e formação do Curso Superior de matrícula	Vagas (Nº)	Matriculados (Nº)	Vagas ocupadas (%)
343-Finanças, banca e seguros	19	0	0
344-Contabilidade e fiscalidade	115	15	13
345-Gestão e administração	298	28	9
346-Secretariado e trabalho administrativo	30	1	3
347-Enquadramento na organização/empresa	9	0	0
349-Ciências empresariais - programas não classificados noutra área de formação	15	0	0
380-Direito	53	2	4
420-Ciências da vida	8	2	25
421-Biologia e bioquímica	71	6	8
422-Ciências do ambiente	12	0	0
481-Ciências informáticas	98	31	32
520-Engenharia e técnicas afins	12	0	0
521-Metalurgia e metalomecânica	83	40	48
522-Electricidade e energia	60	25	42
523-Electrónica e automação	259	144	56
524-Tecnologia dos processos químicos	76	5	7
525-Construção e reparação de veículos a motor	19	10	53
529-Engenharia e técnicas afins - programas não classificados noutra área de formação	43	11	26
541-Indústrias alimentares	45	6	13
544-Indústrias extrativas	4	0	0
581-Arquitectura e urbanismo	16	0	0
582-Construção civil e engenharia civil	65	0	0
621-Produção agrícola e animal	97	37	38
623-Silvicultura e caça	8	0	0
640-Ciências veterinárias	26	1	4
723-Enfermagem	30	20	67
724-Ciências dentárias	4	0	0
725-Tecnologias de diagnóstico e terapêutica	36	12	33
726-Terapia e reabilitação	36	19	53
727-Ciências farmacêuticas	26	10	38
729-Saúde - programas não classificados noutra área de formação	5	4	80
762-Trabalho social e orientação	104	22	21
811-Hotelaria e restauração	43	23	53
812-Turismo e lazer	96	35	36
813-Desporto	76	46	61
851-Tecnologia de protecção do ambiente	32	1	3
852-Ambientes naturais e vida selvagem	4	0	0
853-Serviços de saúde pública	9	0	0
861-Protecção de pessoas e bens	4	0	0
862-Segurança e higiene no trabalho	4	0	0
Total	2615	671	

Fonte: DGES, 2021.

Neste ajustamento, importa garantir a existência de fileiras formativas que permitam captar o maior número possível de diplomados de dupla certificação para continuarem os seus estudos no ensino superior, na mesma área ou em áreas afins. Nesta situação, inclui-se a estruturação de fileiras formativas nas áreas do turismo e lazer, da saúde, das competências digitais e da transição climática e economia verde (desde a produção agrícola, animal e silvicultura ao sector industrial), as quais poderão trazer um novo impulso à preparação de técnicos especialistas e de quadros superiores.

Estas são áreas que, sendo estratégicas para o desenvolvimento futuro da economia portuguesa e estando no centro das transições digital e climática, requerem já hoje uma significativa aposta na formação.

5.5.2. O Perfil dos Candidatos

Importa analisar o perfil dos titulares de cursos de dupla certificação que se candidataram ao concurso especial, comparando-o com o dos candidatos que concorreram ao CNA, no mesmo ano. Em 2020, 223 candidatos concorreram ao concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação e também ao CNA.

Dos jovens matriculados no concurso especial 58% são do género masculino. A maioria provém dos cursos profissionais que representa mais de 80% da oferta de educação e formação profissional de jovens, em termos de diplomados (Tabela 19).

Tabela 19 - Concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação: Candidatos, colocados e matriculados por tipo de curso secundário, 2020/21.

	Candidatos	Colocados	Matriculados
Cursos científico-tecnológicos	22	16	15
Cursos artístico especializados (CAE)	6	6	4
CEF	2	2	1
Cursos profissionais	825	713	612
Curso estrangeiro de dupla certificação: Equivalências	1	1	1
Instituto de Formação Bancária	1	1	1
Instituto de Turismo de Portugal, I.P.	11	10	7
Programa Formativo de Inserção de Jovens (Açores)	1	1	1
Sistema de aprendizagem (I.E.F.P)	37	33	29
Total	906	783	671

Fonte: DGES, 2021.

A Tabela 20 mostra as áreas de educação e formação de proveniência dos candidatos, colocados e matriculados no ensino superior através do concurso especial.

Tabela 20 - Concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação: Candidatos, colocados e matriculados por área CNAEF do curso secundário - CNAEF a 3 dígitos, 2020/21.

CNAEF do curso secundário		Candidatos	Colocados	Matriculados
212	Artes do espetáculo	7	7	5
213	Audiovisuais e produção dos media	49	43	37
214	Design	5	3	3
341	Comércio	23	21	17
342	Marketing e publicidade	11	10	9
343	Finanças, banca e seguros	3	3	2
344	Contabilidade e fiscalidade	13	12	9
345	Gestão e administração	24	21	17
346	Secretariado e trabalho administrativo	8	7	7
380	Direito	3	3	2
481	Ciências informáticas	183	148	125
521	Metalurgia e metalomecânica	23	21	20
522	Eletricidade e energia	13	10	10
523	Eletrónica e automação	94	88	83
524	Tecnologia dos processos químicos	18	14	12
525	Construção e reparação de veículos a motor	25	25	23
541	Indústrias alimentares	8	8	7
621	Produção agrícola e animal	38	35	35
623	Silvicultura e caça	3	2	1
724	Ciências dentárias	3	2	2
725	Tecnologias de diagnóstico e terapêutica	1	0	0
729	Saúde - programas não classificados noutra área	93	74	63
761	Serviços de apoio a crianças e Jovens	71	62	54
762	Trabalho social e orientação	27	24	21
811	Hotelaria e restauração	44	41	31
812	Turismo e lazer	43	40	29
813	Desporto	72	58	46
850	Proteção do Ambiente	1	1	1
Total		906	783	671

Fonte: DGES, 2021.

Os diplomados das ciências informáticas lideram na candidatura, na colocação e matrícula, seguidos da eletrónica e automação, saúde e serviços de apoio a crianças e jovens (Tabela 21).

Tabela 21 - Concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação: Cursos com maior número de candidatos, colocados e matriculados, 2020/21.

CNAEF	Curso secundário de dupla certificação	Candidatos	Colocados	Matriculados
481	Técnico de gestão e programação de sistemas informáticos	121	94	78
729	Técnico auxiliar de saúde	85	67	58
761	Técnico de apoio à infância	61	52	44
813	Técnico de desporto	44	33	27

Fonte: DGES, 2021.

De seguida, surgem as áreas de desporto, turismo e lazer, hotelaria e restauração, audiovisuais e produção dos media e da produção agrícola e animal. Neste último caso, trata-se de uma área em que nos últimos anos se tem registado um decréscimo da procura no CNA, pelo que deverá merecer melhor atenção por parte das instituições, numa ótica de especialização inteligente e de forma articulada com estratégias de desenvolvimento regional. Assim, e tendo como objetivo analisar e compreender a transição destes diplomados para o ensino superior, é fundamental analisar as áreas de educação e formação dos cursos superiores em que se matricularam.

A Tabela 22 mostra essa distribuição com a CNAEF a dois dígitos, que reflete, de uma forma global, a distribuição das áreas de educação e formação de origem, ou seja, do curso secundário.

Tabela 22 - Concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação: Matriculados por área do curso superior de matrícula - CNAEF a 2 dígitos, 2020/21.

Área CNAEF (2 dígitos) do curso superior de colocação e matrícula	Matriculados
14_ Formação prof/ formadores e ciências da educação	50
21_Artes	38
31_Ciências sociais e do comportamento	4
32_ Informação e jornalismo	7
34_Ciências empresariais	60
38_Direito	2
42_Ciências da vida	8
48_ Informática	31
52_Engenharia e técnicas afins	235
54_Indústrias transformadoras	6
62_Agricultura, silvicultura e pescas	37
64_Ciências veterinárias	1
72_Saúde	65
76_Serviços sociais	22

Área CNAEF (2 dígitos) do curso superior de colocação e matrícula	Matriculados
81_Serviços pessoais	104
85_Protecção do ambiente	1
Total	671

Fonte: DGES, 2021.

A maior procura registou-se nos cursos superiores da área das engenharias, com 235 matriculados e 35% do total de matriculados no ensino superior por este concurso.

Importa ainda perceber o grau de correspondência entre o curso dos diplomados no ensino secundário e o curso superior em que estes se matricularam.

Da análise da Tabela 23, conclui-se que a proximidade entre a área de educação e formação, a dois dígitos, de ambos os cursos, é predominante na generalidade dos casos, à exceção das ciências informáticas e dos serviços sociais.

Tabela 23 - Concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação: Matriculados por área do curso secundário e área do curso superior de matrícula - CNAEF a 2 dígitos, 2020/21.

CNAEF Curso Secundário	CNAEF do Curso Superior	Matriculados	%
21	Total	45	
	21_Artes	38	84%
	32_Informação e jornalismo	7	16%
34	Total	61	
	31_Ciências sociais e do comportamento	1	2%
	34_Ciências empresariais	60	98%
38	Total	2	
	38_Direito	2	100%
48	Total	125	
	48_Informática	31	25%
	52_Engenharia e técnicas afins	94	75%
52	Total	148	
	42_Ciências da vida	7	5%
	52_Engenharia e técnicas afins	141	95%
54	Total	7	
	42_Ciências da vida	1	14%
	54_Indústrias transformadoras	4	57%
	62_Agricultura, silvicultura e pescas	2	29%
62	Total	36	
	62_Agricultura, silvicultura e pescas	35	97%
	64_Ciências veterinárias	1	3%
72	Total	65	
	72_Saúde	65	100%

CNAEF Curso Secundário	CNAEF do Curso Superior	Matriculados	%
76	Total	75	
	14_ Formação de professores/ formadores e ciências da educação	50	67%
	31_ Ciências sociais e do comportamento	3	4%
	76_ Serviços sociais	22	29%
81	Total	106	
	54_ Indústrias transformadoras	2	2%
	81_ Serviços pessoais	104	98%
85	Total	1	
	85_ Protecção do ambiente	1	100%

Fonte: DGES, 2021.

No caso dos alunos que terminaram o ensino secundário na área das ciências Informáticas, 75% dos diplomados que concorrem a este concurso matricularam-se em cursos superiores de engenharia, muito provavelmente também na especialidade de informática. Esta variação de área pode dever-se apenas a diferentes classificações dos cursos.

No segundo caso, dos 75 diplomados provenientes de cursos do secundário em serviços de apoio a crianças e jovens e trabalho social e orientação, 50 (67%) prosseguiram os seus estudos para cursos superiores na área da Formação de Professores/ Formadores e Ciências da Educação.

5.5.3. Os Diplomados de Cursos Secundário de Dupla

Certificação no CNA

O concurso especial para titulares de dupla certificação registou, no seu primeiro ano, um total de 906 candidatos, não tendo ainda trazido um impacto significativo nas possibilidades de escolha dos estudantes para ingresso no ensino superior. Em simultâneo, decorreu o CNA que registou cerca de 60 mil candidatos, tendo concorrido 7.066 diplomados de cursos de dupla certificação, sendo colocados 5.879, o que resultou em 5.181 matriculados em cursos superiores (Tabela 24).

Com efeito, o concurso nacional de acesso registou em 2020 um número superior de candidatos provenientes dos cursos de dupla certificação do que o concurso especial criado para estes diplomados. A maioria destes candidatos no CNA provém dos cursos profissionais.

Tabela 24 - Concurso nacional de acesso 2020 - 1ª, 2ª e 3ª Fases: Titulares de cursos secundários de dupla certificação candidatos, colocados e matriculados por tipo de curso secundário.

Tipo Curso	Candidatos	Colocados	Matriculados
Cursos científico-tecnológicos	963	842	720
Cursos artísticos especializados	708	593	489
Cursos de Educação e Formação (CEF)	212	188	159

Tipo Curso	Candidatos	Colocados	Matriculados
Cursos Profissionais	5045	4129	3697
Instituto de Formação Bancária	3	3	3
Instituto de Turismo de Portugal, I.P.	35	34	31
Programa Formativo de Inserção de Jovens (Açores)	9	9	9
Sistema de Aprendizagem (I.E.F.P)	91	81	73
Total	7066	5879	5181

Na Tabela 25 pode-se avaliar as áreas de educação e formação de que estes jovens são originários. No caso do CNA, a diversidade de áreas é muito maior do que aquela que o concurso especial viria a abarcar; 28 das áreas CNAEF a 3 dígitos são comuns a ambos os concursos.

Tabela 25 - CNA 2020 - 1ª, 2ª e 3ª fases: Titulares de cursos secundários de dupla certificação candidatos, colocados e matriculados por área CNAEF do curso secundário - CNAEF a 3 dígitos.

CNAEF do curso secundário	Candidatos	Colocados	Matriculados
211 Belas artes	183	155	132
212 Artes do espetáculo	415	353	269
213 Audiovisuais e produção media	990	814	713
214 Design	168	142	122
225 História e arqueologia	8	5	4
321 Jornalismo e reportagem	5	3	1
322 Biblioteconomia, arquivo e documentação	2	2	2
341 Comércio	167	132	120
342 Marketing e publicidade	181	133	112
343 Finanças, banca e seguros	19	16	16
344 Contabilidade e fiscalidade	143	133	120
345 Gestão e administração	216	182	166
346 Secretariado e trabalho administrativo	50	42	37
347 Enquadramento na organização/empresa	27	25	20
380 Direito	66	50	43
481 Ciências informáticas	846	733	667
521 Metalurgia e metalomecânica	64	51	45
522 Eletricidade e energia	30	27	24
523 Eletrónica e automação	184	154	133
524 Tecnologia dos processos químicos	233	207	183
525 Construção e reparação de veículos a motor	13	12	9
541 Indústrias alimentares	45	39	31
542 Indústria do têxtil, vestuário, calçado e couro	65	52	48
543 Materiais	1	0	0
581 Arquitetura e urbanismo	7	6	4
582 Construção civil e engenharia civil	13	11	9
621 Produção agrícola e animal	54	48	43
623 Silvicultura e caça	4	4	4

CNAEF do curso secundário		Candidatos	Colocados	Matriculados
724	Ciências dentárias	12	9	7
725	Tecnologias de diagnóstico e terapêutica	10	6	4
729	Saúde - programas não classificados noutra área	480	368	314
761	Serviços de apoio a crianças e jovens	105	85	77
762	Trabalho social e orientação	186	143	135
811	Hotelaria e restauração	195	171	156
812	Turismo e lazer	650	556	512
813	Desporto	932	745	666
815	Cuidados de beleza	16	15	13
840	Serviços de transporte	11	9	9
850	Proteção do ambiente	46	42	41
862	Segurança e higiene no trabalho	3	2	2
999	Desconhecido ou não especificado	221	197	168
Total		7066	5879	5181

O acesso ao ensino superior pelo CNA parece assumir-se como a via predominante em cursos cuja estrutura curricular, nomeadamente nas componentes científica e sociocultural, é semelhante aos cursos científico-humanísticos, como é o caso dos cursos artísticos especializados e científico-tecnológicos com planos próprios. Como tinha sido referido, sempre registaram níveis de prosseguimento de estudos para o ensino superior mais elevados e próximos dos cursos científico-humanísticos do que das restantes ofertas da dupla certificação.

Outra razão que pode justificar o acesso ao ensino superior pelo CNA é a amplitude da escolha, ou seja, a possibilidade de qualquer estudante, independentemente do curso de ensino secundário de que é titular, poder candidatar-se a qualquer par instituição/curso desde que realize as correspondentes provas de ingresso. Tal não se verificou no âmbito do concurso especial.

É, contudo, importante ter em conta que o lançamento deste concurso especial decorreu num ano particular, fortemente marcado pela pandemia COVID-19 e pelas restrições associadas à emergência de saúde pública que se vive e, por alterações significativas na organização das escolas, nos modelos de aprendizagem e organização dos próprios exames nacionais de acesso. Será fundamental refletir e analisar como decorreu este primeiro concurso especial para titulares de cursos de dupla certificação e avaliar o seu potencial impacto no acesso ao ensino superior em Portugal, sobretudo, depois de estabilizadas e melhoradas a suas condições de implementação.

5.5.4. Organização do Concurso Especial: Governação, Provas e Percursos

Com o propósito de se conhecer melhor o primeiro concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla titulação e para que se prossiga o princípio da melhoria contínua, foi realizado um grupo de trabalho específico, com dirigentes máximos de quatro IES, representando os três consórcios constituídos para o efeito. A apreciação centrou-se na

organização do concurso e respetivo modelo de governação dos consórcios, nas provas de avaliação e nos percursos dos estudantes que ingressaram no ensino superior através deste concurso.

5.5.4.1 Consórcios e Modelo de Governação

Algumas IES decidiram constituírem-se em consórcios, tendo sido constituídos consórcios do Norte, do Centro e do Sul e Ilhas, para a realização das provas e organização dos concursos especiais de ingresso ao ensino superior, para titulares dos cursos de dupla certificação do ensino secundário e cursos artísticos especializados. Apenas três (IPL ISCTE e a UP) promoveram o concurso especial de forma individual.

O consórcio do Norte integrou os Institutos Politécnicos de Bragança, Porto, Cávado e Ave, Viana do Castelo e a UTAD criou um regulamento para as provas de avaliação a realizar no âmbito deste concurso. O modelo de governação, no Norte, consistiu: *i)* Comissão diretiva com um elemento indicado pela instituição; *ii)* Comissão organizadora da prova de avaliação, incluindo doze elementos nomeados por todas as instituições; *iii)* comissão de elaboração das provas de avaliação; *iv)* Comissão de correção das provas de avaliação.

Na essência, o modelo de governação seguido nos restantes consórcios foi idêntico, ainda que a formalização das comissões nem sempre foi idêntica.

O consórcio do Centro integrou os Politécnicos de Leiria, Castelo Branco, Coimbra, Tomar e Guarda e o consórcio “Rede Sul e Ilhas” integrou os Institutos Politécnicos de Setúbal, Santarém, Portalegre, Beja e as Universidades de Évora, Algarve, Madeira e dos Açores. As atividades realizadas foram devidamente articuladas entre as diferentes IES, designadamente a elaboração do regulamento, a definição de emolumentos, a calendarização das provas, a tabela de associação (que permitiu aos candidatos, a partir da formação de origem, conhecer os cursos e respetivas instituições a que se podiam candidatar) e a definição da estrutura das provas, dos enunciados e dos critérios de correção.

Na auscultação efetuada, com o propósito da simplificação do procedimento administrativo inerente ao número de candidaturas ao concurso, foi sugerida a possibilidade de se trabalhar numa ficha tipo ENES para o ensino profissional. É consensual que os alunos tiveram dificuldade em perceber qual é a sua área CNAEF.

A experiência também evidenciou a necessidade de existir melhor coordenação e articulação, em especial, ao nível da comunicação e da calendarização do concurso especial ser articulado com o ensino secundário profissional e artístico. Foi possível perceber que, no ano anterior, existiu alguma articulação entre as IES e as escolas profissionais sobre os conteúdos para as provas de avaliação, tendo todos os dirigentes auscultados sublinhado a importância de garantir a credibilidade do processo. De um modo geral, foi consensual a continuidade dos consórcios e que, nas próximas edições, o número de candidatos poderá ser superior, tendo sido feita a sugestão de simplificação/automatização do procedimento de seriação. Foi ainda sugerida a criação de uma base de dados centralizada, na qual as escolas profissionais lancem as notas dos seus alunos, e à qual as IES pudessem depois recorrer. Foi efetuada outra sugestão sobre a

possibilidade de as provas realizadas por um consórcio serem reconhecidas pelos restantes consórcios.

As evidências relatadas, decorrentes da experiência deste primeiro concurso especial, remetem para a necessidade de a articulação começar entre os Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. A normalização de procedimentos, a sua simplificação e digitalização, bem como a calendarização e a comunicação, entre outros aspetos, ganhariam muito com um grupo de trabalho que integrasse todas as partes envolvidas no concurso.

5.5.4.2. Organização das Provas de Avaliação

A organização das provas também decorreu de forma próxima entre os consórcios, embora com algumas diferenças que importa assinalar. No consórcio do Norte, na elaboração das provas contou com a colaboração de um elemento das escolas profissionais e baseou-se nos referenciais de formação, garantindo, desta forma, a adequação dos conteúdos. A prova de avaliação e conhecimentos e competências foi composta por uma parte geral comum e uma parte específica, com cinco variantes, de acordo com a área do curso do ensino secundário que faculta a candidatura a cada um dos cursos de licenciatura. Consistiu, assim, numa prova única, presencial, em todas as instituições do consórcio e à mesma hora. Os candidatos podiam realizar a prova de avaliação em qualquer das instituições pertencentes ao consórcio de forma presencial.

No consórcio do Centro, as provas foram realizadas em formato digital, o que facilitou o acesso rápido às mesmas pelos docentes, para efeitos de correção. As provas foram realizadas em momentos diferentes, o que permitiu que os candidatos pudessem realizar mais do que uma prova. O conteúdo da componente geral da prova foi diferente de prova para prova. Este consórcio desenvolveu um sítio *web*, disponibilizando informação aos candidatos sobre a rede, a calendarização das provas, candidaturas e os contactos. Desta forma, os candidatos, a partir da formação de origem, podiam conhecer quais os cursos, e respetivas IES, a que se podiam candidatar e quais as provas requeridas.

No consórcio “Rede Sul e Ilhas” também se realizou uma única prova, com duas partes, à semelhança do que aconteceu no consórcio Norte. As provas foram realizadas, presencialmente, em todas as IES, no mesmo dia e no mesmo horário.

Em síntese, foi adotado um modelo de gestão das provas muito aproximado entre os consórcios, com tendência para a centralização do processo. A taxa de aprovação dos estudantes nas provas de avaliação, em todos os consórcios, variou entre os 50 e os 60%, não diferindo dos resultados obtidos no CNA. Em termos gerais, todos os dirigentes ouvidos consideraram ser prudente garantir a estabilidade do processo introduzindo, naturalmente, algumas melhorias, decorrentes da experiência adquirida, que se elencam na secção seguinte.

5.5.5. Propostas das Instituições

Da audição dos dirigentes máximos das quatro instituições que foram auscultadas, representando os três consórcios constituídos para a organização do concurso especial para os titulares de cursos secundários e dupla certificação, resultou um conjunto de recomendações que importa aqui destacar:

- a) Realização de uma campanha de comunicação de dimensão nacional, abrangendo as IES, as escolas de ensino profissional e demais operadores de formação com oferta de ensino profissional e artístico;
- b) Preparação de uma ficha tipo ENES para o ensino profissional e simplificação do procedimento de seriação, recorrendo, eventualmente, a uma base de dados centralizada, na qual as escolas profissionais lançam as notas dos seus alunos;
- c) Reconhecimento das provas realizadas entre consórcios;
- d) Revisão da correspondência de algumas das áreas CNAEF, sendo que existem cursos do ensino profissional e artístico não contemplados;
- e) Implementação de um quadro de monitorização que permita acompanhar o concurso e o percurso dos estudantes;

Finalmente, algumas instituições propuseram que a DGES deve fazer a seriação e colocação dos candidatos, já que as candidaturas também estão centralizadas na DGES.

5.5.6. Relação entre Ensino Profissionalizante e Ensino Superior no quadro do Concurso Especial

No âmbito de um outro *focus group*, em que participaram escolas e entidades formadoras que oferecem cursos de dupla certificação, distribuídas por todo o país e com diversidade de cursos, em conformidade com as áreas de educação e formação (CNAEF), conclui-se a necessidade de promover uma maior articulação entre estas e o ensino superior. De forma resumida, as principais questões abordadas nas intervenções efetuadas foram:

- a) Desconhecimento e/ou dificuldades no acompanhamento das diferentes situações dos alunos, após a sua candidatura e ingresso no ensino superior;
- b) Melhoria ao nível da comunicação, nomeadamente da divulgação do calendário do acesso ao ensino superior, recomendando que deve ser evitado o atraso registado em 2020, coincidir a divulgação na mesma data para todos os cursos e dos requisitos para o ingresso, independentemente da sua tipologia. Foi sugerida que a informação sobre este concurso deve ser divulgada nas escolas em fevereiro, período em os serviços de psicologia e orientação reúnem com os alunos;
- c) Criação de um sítio web específico, onde os candidatos possam obter toda a informação sobre as diferentes ofertas de cursos e os respetivos requisitos de provas de ingresso no acesso ao ensino superior;
- d) Nova organização das provas de acesso, nomeadamente no que se refere a conteúdos, local de realização e data de realização, tendo sido sublinhada a

disponibilidade de diversas escolas/entidades formadoras para apoiar a realização dos exames/ provas nas suas instalações;

- e) Possibilidade de acautelar uma maior articulação do período de conclusão da formação em contexto de trabalho (FCT) com o período previsto para candidatura ao ensino superior, bem como entre as datas das provas de ingresso ao ensino superior e das provas de aptidão profissional (PAP);
- f) Os conteúdos das provas deste concurso devem atender às competências técnicas e específicas destes diplomados, em função das áreas/ cursos. Por exemplo, para cursos como fotografia ou música não se justifica a existência apenas de uma prova escrita, mas seria mais adequado uma metodologia com entrevista, carta de motivação e análise do portefólio;
- g) A data sugerida para a realização das provas foi o final de julho, após o período de formação em contexto de trabalho e da entrega e defesa das PAP;
- h) Disponibilidade para os docentes das escolas/ entidades formadoras fazerem parte do júri das provas.

Por último, foram sublinhadas as dificuldades acrescidas que a pandemia veio trazer na conclusão dos cursos e respetiva articulação com a candidatura ao ensino superior requerem maior acompanhamento por parte das escolas/ entidades formadoras e das instituições.

6.

APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

6.1 Enquadramento

Portugal tem mostrado uma evolução positiva na trajetória seguida para ultrapassar o défice de qualificações, graças a um conjunto de mudanças legislativas e de adaptação do sistema de ensino superior a novos públicos, mas a qualificação dos adultos ativos continua a ser um desafio para enfrentar com sucesso o futuro e se concretizar a Estratégia Portugal 2030.

Neste domínio, persistem níveis de qualificação baixos na população ativa, tendo o sistema privilegiado o acesso de estudantes mais jovens na conclusão do ensino secundário e, não obstante as políticas implementadas com os diferentes concursos especiais, persiste uma baixa capacidade de atração de estudantes mais velhos, já a trabalhar ou mesmo desempregados, a tempo parcial e de estudantes oriundos de grupos socioeconómicos sub-representados no ensino superior.

Em 2019, a população com ensino superior (ISCED 5-8) em percentagem da população entre os 25 e os 64 anos era de 26,1% (PORDATA, 2020), enquanto na UE-27 se situava em 31,4%. O peso relativo dos diplomados com ensino superior decresce com a idade, sendo no grupo etário dos 25-34 anos de 36,6%, no grupo dos 35-44 anos de 33,6%, no dos 45-54 anos de 21,5% e no dos 55-64 de 14,8% (PORDATA, 2020).

A estes números associa-se uma tradicional baixa participação da população em processos de formação ao longo da vida que, em idades entre os 25 e os 64 anos, se situava em 2019 em 10,5%, que contrasta com a média da UE-27 de 10,8%, ou dos 15% estabelecidos como meta no contexto da Estratégia Europa 2020.

Portugal, para atingir a meta de 50% de diplomados no ensino superior na faixa etária dos 30-34 anos e de 60% dos jovens de 20 anos a estudar no ensino superior até 2030, é necessário continuar a afirmar o valor e a importância do ensino superior junto dos jovens, dos adultos, das famílias e dos empregadores, quer ao nível da empregabilidade, quer ao nível salarial (Figueiredo et al., 2017; OCDE, 2020b). Adicionalmente, tem um impacto positivo na qualidade de vida, designadamente melhores níveis de saúde e de bem-estar, de autoconfiança, de autonomia profissional e responsabilidade, de participação cívica e política, maior capacidade de interpretação dos fenómenos sociais e tolerância, maior confiança nas instituições (Figueiredo et al., 2017; Teixeira e Sarrico, 2019).

Para apoiar e incentivar as instituições a desenvolver oferta formativa de curta duração, de nível inicial e/ou de pós-graduação, assim como a formação ao longo da vida, em articulação com empregadores públicos e privados, com vista à conversão e atualização de competências de adultos ativos, o PRR prevê a implementação de um programa de financiamento competitivo - Impulso Adultos.

As instituições são desafiadas a dar continuidade, reforçar ou reformular a oferta formativa dirigida a públicos adultos, explorando novas formas de aprender, envolvendo ativamente ou reforçando a cooperação com empresas, administração pública, autarquias, organizações não governamentais e outras, que seja concebida de forma holística para acomodar as diferentes necessidades de uma comunidade estudantil diversificada, que aconteça em ambientes físicos e digitais de aprendizagem, estreitamente ligada a atividades de investigação e aos contextos de trabalho e que permita caminhos flexíveis, combinados, multi e interdisciplinares, assegurando que aprendizagem dos estudantes está no centro do processo. No sentido de poder contribuir para o conhecimento e reflexão sobre a situação atual, de partida, reuniu-se um conjunto de informação relativa ao acesso e percurso dos estudantes adultos no ensino superior e a oferta formativa não conferente de grau académico.

6.2. Estudantes Adultos (maiores de 23 anos)

Matriculados pela Primeira Vez no Ensino Superior:

Alguns Dados

Na atualidade, um conjunto de estudantes não tradicionais¹⁰, em particular de estudantes mais velhos¹¹, adultos maiores de 23 anos (M23), acedem ao ensino superior pelas diferentes vias de acesso. Os estudantes mais velhos que ingressam no ensino superior, por vezes, designados estudantes maduros, são um grupo mal conhecido, diversificado e heterogéneo, constituído por adultos de diferentes géneros, culturas, grupos socio económicos e origens educacionais, todos com diferentes razões para estudar.

Não obstante alguns estudos pontuais, a situação dos estudantes adultos M23 em Portugal, continua por caracterizar nos seus diversos contornos, sendo necessário realizar um estudo que permita um conhecimento profundo sobre os percursos académico e profissional dos estudantes adultos que ingressaram no ensino superior.

¹⁰ Entende-se por estudantes não tradicionais, grupos de estudantes que pertencem a grupos minoritários no ensino superior, incluindo entre outros, os estudantes mais velhos ou maduros, que ingressam no ensino superior não imediatamente após ciclo de estudos secundário, estudantes trabalhadores, de minorias culturais, de populações migrantes, entre outros (Bember, 2008, citado por Almeida et al., 2016).

¹¹ Estudantes mais velhos, maduros são designações utilizadas como sinónimos para definir aqueles estudantes que ingressam no ensino superior ultrapassada a faixa etária em que se consideram jovens adultos, cujos conhecimentos anteriores incluem um elemento significativo derivado do trabalho ou experiência de vida, em adição ou em vez de quaisquer estudos prévios formais. (Toynton, 2005).

Neste relatório apresentam-se alguns dados sobre estudantes M23 que se inscreveram no 1º ano pela primeira vez, ao longo dos últimos quatro anos, bem como das vias de acesso ao ensino superior através das quais foram admitidos. Procura-se, ainda, caracterizá-los relativamente ao grupo etário, género, ciclos de estudos em que se inscreveram e áreas CNAEF. Por último, seguiu-se as coortes que ingressaram entre 2014/2015 e 2017/2018, para perceber como têm sido a taxa de conclusão dos cursos e o abandono escolar.

O número de estudantes adultos M23 que se matriculou no 1.º ano 1.ª vez (1A1V) num CTeSP, licenciatura ou mestrado integrado variou de 2016/2017 a 2019/2020, entre 15,4 e 16,4%, do total de inscritos no superior¹² (Tabela 26). Estes estudantes acederam ao ensino superior, quer pelo CNA, quer por concursos especiais ou regimes especiais de acesso. Todavia, a maioria acedeu através de concursos especiais, em particular, através do concurso M23.

Tabela 26- Inscritos no 1A1V, com 23 ou mais anos de idade, em CTeSP, licenciaturas e mestrados integrados, independentemente da via de acesso, entre 2016/2017 e 2019/2020.

Ano letivo	Total Inscritos Ensino Superior	Inscritos no 1A1V com 23 ou mais anos em CTeSP, Licenciaturas, Mestrados Integrados	%
2016/2017	73744	11378	15,4
2017/2018	79511	11982	15,1
2018/2019	80757	12452	15,4
2019/2020	85058	13965	16,4

Fonte: DGEEC (RAIDES 2017-2020)

Tabela 27 - Inscritos no 1A1V, com 23 ou mais anos de idade, em CTeSP, licenciaturas e mestrados integrados, por via de acesso - 2016/2017 a 2019/2020.

Concursos de acesso	2016 /17	2017 /18	2018 /19	2019 /20	Total	%
Regime geral de acesso	1206	1083	937	916	4142	8,32
Concurso M23	4907	4963	4941	4694	19505	39,1
Mudança de instituição/curso	1880	1835	1758	1860	7333	14,7
Mudança de instituição/curso*	4	2	9	4	19	0,04
Titulares curso ensino secundário (acesso CTeSP)**	997	1156	1422	1788	5363	10,7
Titulares de diploma de especialização tecnológica	270	172	140	109	691	1,39
Titulares de CTeSP	43	403	353	514	1313	2,64
Titulares de outros cursos superiores	1535	1452	1508	1646	6141	12,3
Concurso para estudantes internacionais	349	685	998	1754	3786	7,6
Estudante em situação de emergência humanitária	0	0	0	1	1	0,00
Alunos com o estatuto de refugiado***	0	2	0	0	2	0,00
Regime especial: Funcionários em missão diplomática	0	2	0	0	2	0,00

¹² A idade média do total de inscritos no 1A1V em 2018/2019 foi de 20 anos, inferior à média da OCDE que é de 22 anos (OCDE, 2020)

Concursos de acesso	2016 /17	2017 /18	2018 /19	2019 /20	Total	%
Regime especial: cidadãos bolseiros estrangeiro****	1	2	0	2	5	0,01
Regime especial: Forças Armadas Portuguesas*****	5	1	6	12	24	0,05
Regime especial: bolseiros de expressão portuguesa	82	159	326	608	1175	2,36
Funcionários estrangeiros de missão diplomática	0	4	1	0	5	0,01
Regime especial: desportistas de alto rendimento	2	1	1	0	4	0,01
Regime especial: Naturais de naturais de Timor Leste	10	16	3	8	37	0,07
Regime especial: acesso especial ao curso de Medicina	23	37	45	42	147	0,30
Regime especial: Prova de avaliação de capacidade destinadas ao CTeSP (para acesso ao CTeSP)	60	0	0	0	60	0,12
Regime especial: Curso em associação entre estabelecimentos	4	7	4	7	22	0,04
Total	11378	11982	12452	13965	49777	100

Nota: * inscritos ao abrigo do CNA e ingresso para estudantes internacionais; ** Titulares de curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente (acesso CTeSP), sendo que 93,3% dos estudantes admitidos por esta via de acesso foram-no para CTeSP; *** com direito de proteção internacional ou alunos acolhidos em Portugal em programas de natureza humanitária; **** cidadãos portugueses bolseiros no estrangeiro ou funcionários públicos em missão oficial no estrangeiro; ***** oficiais do quadro permanente das Forças Armadas Portuguesas. Fonte: DGEEC (RAIDES 2017-2020)

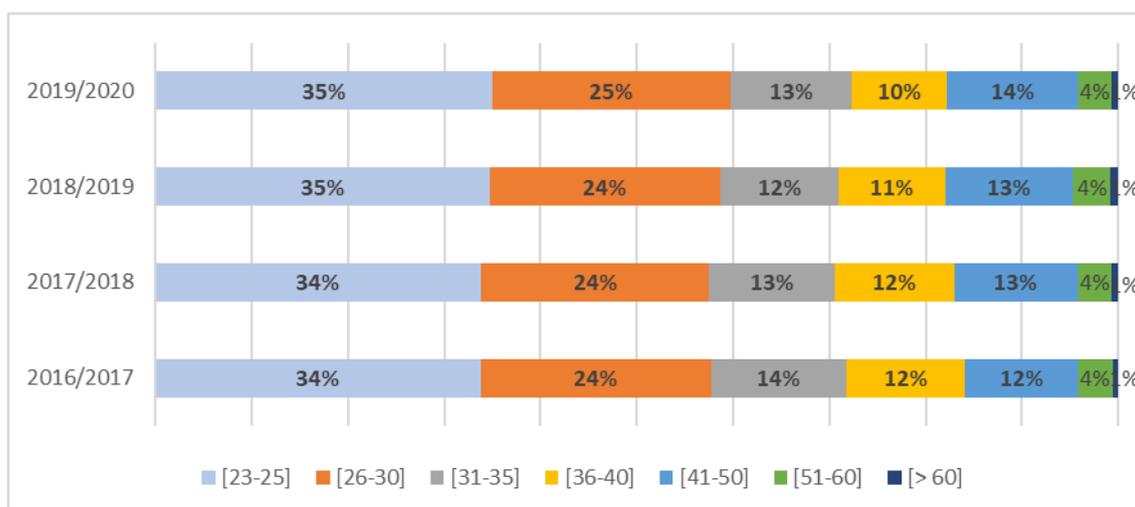
A Tabela 27 mostra as formas de acesso ao ensino superior utilizadas pelos estudantes adultos, no período de 2016/2017 a 2019/2020.

Relativamente aos diferentes concursos especiais de acesso, verifica-se que 39% dos matriculados ingressara através do concurso M23, 14,7% ingressaram por mudança de instituição/curso, 12,3% através do concurso para titulares de outros cursos superiores e 10,8% acederam pelo concurso para titulares de curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente, sendo que neste último caso a maioria dos estudantes ingressou em CTeSP (93,3%).

Contudo, apenas 8,3% dos estudantes adultos ingressaram pelo CNA, o que reforça a importância dos concursos especiais, em particular do concurso M23 na captação destes estudantes. A diversidade de formas de ingresso mostra a heterogeneidade de estudantes que integram o grupo dos estudantes adultos (>23 anos) inscritos no ensino superior, o que, à partida, faz com que tragam consigo padrões individuais de aprendizagem, interesses e responsabilidades muito diversificados.

Quanto à idade dos estudantes adultos que se inscreveram no ensino superior pela primeira vez (2016/2017 a 2019/2020), o maior número tinha uma idade compreendida entre os 23 e os 30 anos. Apenas cerca de 40% dos inscritos tinha idade superior a 30 anos, sendo diminuta a percentagem de estudantes com idade superior a 50 anos (Figura 1).

Figura 1 - Inscritos no 1A1V, com 23 ou mais anos de idade, em CTeSP, licenciaturas e mestrados integrados por grupo etário - 2016/2017 a 2019/2020.



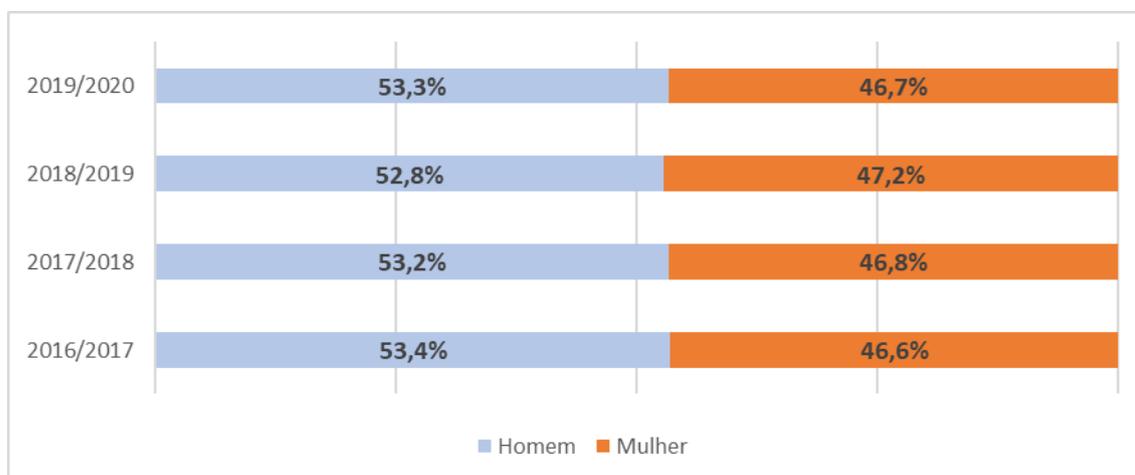
Fonte: DGEEC (RAIDES 2017-2020)

De um modo geral, quanto mais velhos são os adultos, menor é o seu número a frequentar o ensino superior, parecendo haver uma ligeira inflexão, no grupo etário do 41 aos 50 anos, eventualmente explicável por mudanças na vida familiar, como uma menor dependência dos filhos em relação aos seus progenitores, que tradicionalmente tende a acontecer por volta desta idade.

No que respeita à idade, o ensino superior está muito longe de refletir a diversidade da população portuguesa.

Em todos os anos analisados, verifica-se que os estudantes com 23 ou mais anos de idade, que se inscreveram, pela primeira vez, em cursos do ensino superior, eram maioritariamente do género masculino (Figura 2). Este dado contrasta com o total de inscrições no ensino superior a nível nacional, em que o número o género feminino predomina.

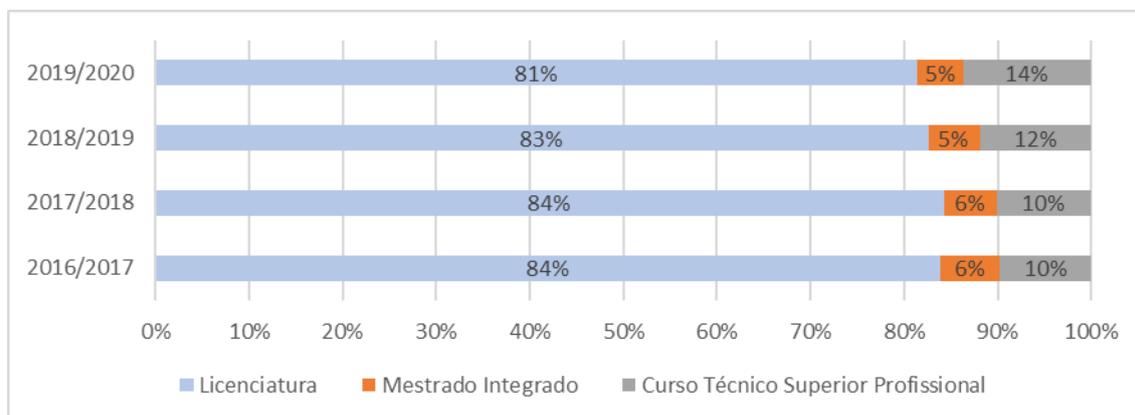
Figura 2 - Inscritos no 1A1V, com 23 ou mais anos de idade, em CTeSP, licenciaturas e mestrados integrados por género (2016/2017 a 2019/2020).



Fonte: DGEEC (RAIDES 2017-2020)

Relativamente aos cursos em que os adultos ingressaram no ensino superior, no mesmo período, verifica-se que a maioria se inscreveu num curso de licenciatura (cerca de 83%), 11,5% num CTeSP e 5,5% num curso de mestrado integrado (Figura 3).

Figura 3 - Inscritos no 1A1V, com 23 ou mais anos de idade, em CTeSP, licenciaturas e mestrados integrados, por curso (2016/2017 a 2019/2020).



Fonte: DGEEC (RAIDES 2017-2020)

Relativamente à área CNAEF¹³ do curso em que os estudantes com 23 e mais anos se inscreveram (Tabela 28), verifica-se que, ao longo dos anos, a área com mais estudantes inscritos foi a das ciências empresariais e administração, com 23,2%, seguida da engenharia e tecnologias afins (10,9%), das ciências sociais e comportamentais (20,6%) e da saúde (9,7%).

¹³ As áreas de educação e formação são as áreas que constam na Classificação internacional tipo da educação - ISCED/CITE 2011, aprovada na 36.ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, Paris, setembro de 2011, cuja tradução foi adotada em termos nacionais (de acordo com a 51.ª Deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística, de 27 de março de 2017).

Tabela 28 - Inscritos no 1A1V com 23 ou mais anos de idade, em CTESP, licenciaturas e mestrados integrados por área CNAEF do curso (2016/2017 a 2019/2020).

Área CNAEF do curso	Total				
	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	Total
011 - Educação	294	343	371	502	1510
021 - Artes	701	701	726	772	2900
022 - Humanidades (exceto línguas)	242	335	354	369	1300
023 - Línguas	275	331	355	413	1374
028 - Programas e qualificações interdisciplinares que envolvem as Artes e humanidades	8	8	7	8	31
031 - Ciências sociais e comportamentais	1197	1238	1333	1489	5257
032 - Jornalismo e informação	124	125	155	156	560
041 - Ciências empresariais e administração	2670	2815	2925	3136	11546
042 - Direito	618	664	725	685	2692
051 - Ciências biológicas e ciências afins	92	91	105	157	445
052 - Ambiente	65	84	86	102	337
053 - Ciências físicas	71	75	92	94	332
054 - Matemática e estatística	38	57	47	76	218
061 - Tecnologias da informação e comunicação	520	534	462	544	2060
071 - Engenharia e tecnologias afins	1243	1284	1248	1673	5448
072 - Indústrias transformadoras	57	68	57	85	267
073 - Arquitetura e construção	358	286	332	348	1324
078 - Programas e qualificações interdisciplinares que envolvem a Engenharia, indústrias transformadoras e construção	72	95	96	97	360
081 - Agricultura	192	201	227	255	875
082 - Silvicultura	7	13	31	18	69
084 - Ciências veterinárias	102	113	111	99	425
091 - Saúde	1156	1175	1223	1259	4813
092 - Proteção social	355	384	361	500	1600
101 - Serviços pessoais	697	735	797	921	3150
102 - Serviços de higiene e de saúde ocupacional	48	34	46	34	162
103 - Serviços de segurança	150	173	148	145	616
104 - Serviços de transporte	18	11	21	16	66
999 - Área desconhecida	8	9	11	12	40

Fonte: DGEEC (RAIDES 2017-2020)

6.2.1 Percurso dos Estudantes Admitidos com mais de 23 Anos

6.2.1.1. Abandono Escolar

Relativamente ao abandono escolar dos estudantes admitidos no ensino superior com 23 ou mais anos de idade, procurou-se conhecer a situação em que se encontravam os inscritos no 1A1V, com 23 anos ou mais anos, no ano letivo seguinte à sua primeira inscrição.

Como tal, foi solicitado à DGEEC o percurso de cada estudante, procurando perceber se ainda se encontrava inscrito num curso de ensino superior no ano seguinte ao do ingresso, tendo-se considerado que tinham abandonado o ensino superior os estudantes que não estavam diplomados no curso em que se inscreveram inicialmente, nem se encontravam inscritos em qualquer outro curso ou estabelecimento no ensino superior português.

A metodologia seguida pela DGEEC baseou-se na ligação da informação RAIDES¹⁴ relativa aos inscritos de um ano letivo com os inscritos e diplomados do ano letivo seguinte, desde 2015/16 a 2018/19.

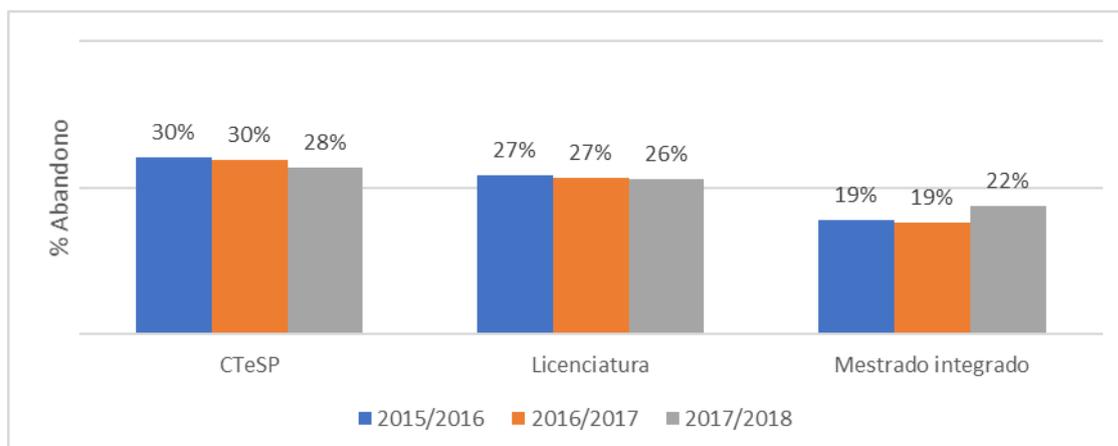
Os dados recolhidos permitiram determinar a situação de cada aluno um ano após a sua primeira inscrição no par estabelecimento/curso, a qual foi classificada numa das seguintes categorias: i) estavam diplomados no curso em que se haviam inscrito inicialmente; ii) não estavam diplomados, mas continuavam inscritos no mesmo curso; iii) não estavam diplomados nem inscritos no curso inicial, mas estavam inscritos noutra curso superior do mesmo estabelecimento; iv) não estavam diplomados nem inscritos no curso inicial, mas estavam inscritos noutra curso superior do mesmo estabelecimento; v) não estavam diplomados no curso inicial nem se encontravam inscritos no ensino superior português. Foram estes últimos que considerámos terem abandonado o ensino superior.

A análise dos dados permite perceber que, em média, cerca de 25% dos estudantes que ingressa no ensino superior com 23 anos ou mais anos, já não está inscrito no ensino superior logo no ano seguinte à primeira inscrição (Figura 4).). Esta percentagem significa mais do dobro da verificada relativamente ao total de inscritos que, de acordo com os dados do relatório intitulado “Education at a Glance 2020” relativos a Portugal, representava cerca de 12%.

É fundamental compreender as razões pelas quais estes estudantes, aparentemente motivados para estudar quando ingressam no ensino superior, abandonam precocemente o ensino e, como tal, importa introduzir algumas medidas específicas de integração e apoio, com vista à sua retenção.

¹⁴ Os inquéritos RAIDES 15, RAIDES 16, RAIDES 17 e RAIDES 18 recolheram informação sobre os inscritos no ensino superior nos anos letivos de 2015/16 a 2018/19, respetivamente, e sobre os alunos diplomados nos anos letivos de 2014/15 a 2017/18.

Figura 4- Estudantes inscritos no ensino superior no 1A1V, com 23 anos ou mais anos, em CTeSP, licenciaturas e mestrados integrados, mas que não se encontram inscritos um ano depois.



Fonte: DGEEC (RAIDES 2016-2018)

Notas: * Licenciatura: alunos inscritos em mobilidade internacional não foram considerados, assim como os alunos inscritos em cursos de licenciatura - 1.º ciclo em enfermagem (9501) com início apenas no 2.º semestre; ** Os alunos inscritos em CTeSP no Instituto Superior de Tecnologias Avançadas de Lisboa não foram considerados.

6.2.1.2. Diplomados

Para a taxa de conclusão do ensino superior dos estudantes com 23 ou mais anos, foram analisados os percursos dos alunos inscritos no 1A1V, com 23 ou mais anos, entre os anos 2014/2015 e 2017/2018, foi considerado que um aluno se encontrava “diplomado” se tivesse obtido um diploma no mesmo ciclo de estudos e na mesma área CNAEF (a 3 dígitos) que a sua inscrição no 1A1V, podendo ser diplomado noutra curso da mesma área, noutra estabelecimento de ensino ou ter ocorrido mudança de natureza institucional.

As taxas de conclusão calculadas referem-se às seguintes percentagens: de alunos inscritos no 1A1V diplomados até 2018/2019, no mesmo ciclo de estudo e na mesma área CNAEF; de alunos inscritos no 1A1V diplomados dentro da duração normal do curso, no mesmo ciclo de estudo e na mesma área CNAEF.

Da análise da Tabela 29 conclui-se que a taxa de conclusão relativa a estudantes inscritos em licenciaturas após a duração normal dos cursos é baixa, variando entre 20 e 24%, abaixo da taxa de conclusão homóloga, relativa ao total de inscritos que se situa em cerca de 30% (OECD, 2020).

A taxa de conclusão nos CTeSP situa-se acima dos 40%, registando-se as melhores taxas de conclusão no mestrado integrado.

Tabela 29 - Taxa de conclusão¹⁵ (diplomados) dos alunos inscritos no 1A1V, com 23 ou mais anos em CTeSP, licenciaturas e mestrados integrados entre 2014/2015 e 2016/2017.

Ano letivo	Ciclo de estudos	1A1V, com 23 ou mais anos	Total de diplomados (desde a 1.ª inscrição até 2018/2019) (Nº)	Taxa de conclusão (ano letivo 2018/2019) (%)	Total de diplomados (após a duração normal dos cursos)	Taxa de conclusão (após duração normal cursos) (%)
2014/15	CTeSP	230	108	47	98	43
2015/16	CTeSP	1313	613	47	539	41
2016/17	CTeSP	1111	533	48	463	42
2017/18	CTeSP	1209	535	44	535	44
2013/14	Licenciatura	11441	4133	36	2270	20
2014/15	Licenciatura	11131	4093	37	2519	23
2015/16	Licenciatura	10277	3512	34	2420	24
2016/17	Licenciatura	9526	2316	24	2316	24
2013/14	Mestrado Integrado	653	361	55	128	20
2014/15	Mestrado Integrado	629	360	57	360	57

Fonte: DGEEC (RAIDES 2015-2018)

A análise do abandono escolar e da taxa de conclusão dos cursos entre os estudantes adultos, reforça a necessidade de analisar, de forma aprofundada, os percursos destes estudantes, para que se possa dispor de informação para apoiar futuras políticas e estratégias promotoras da retenção e sucesso académico desta população diversificada.

Os estudantes adultos, não tradicionais, quando chegam ao ensino superior, são confrontados com várias barreiras institucionais, estruturais, financeiras, e culturais¹⁶ (Almeida et al., 2016; Remenick, 2019), podendo a sua permanência e sucesso ser facilitados por políticas e práticas institucionais que acolham uma maior diversidade de estudantes, indo ao encontro dos padrões individuais de aprendizagem, interesses e responsabilidades múltiplas, que trazem consigo. O aumento de estudantes não tradicionais, no futuro, dependerá do caminho feito nesse sentido.

Para que o ensino superior permita aos estudantes maduros adquirir os conhecimentos e as competências necessárias, não só para a conclusão bem sucedida de um programa de estudos, mas também para a aprendizagem ao longo da vida, a aprendizagem deve poder ser integrada na experiência, expectativas e estilos de aprendizagem do adulto (Toynton, 2005).

¹⁵ Nota metodológica: num determinado ano letivo, em cada ciclo de estudos (CTeSP, licenciatura ou mestrado integrado) foram analisados os percursos dos alunos inscritos no 1A1V com 23 ou mais anos. Considerou-se que um aluno se encontra 'diplomado' num certo ano letivo se tiver obtido um diploma no mesmo ciclo de estudos e na mesma área CNAEF (a 3 dígitos) que a sua inscrição no 1A1V, podendo ser diplomado noutro curso da mesma área, noutro estabelecimento de ensino ou ter mudado de natureza institucional. As taxas de conclusão calculadas referem-se às seguintes percentagens: i) de alunos inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, que se diplomaram até 2018/2019, no mesmo ciclo de estudo e na mesma área de educação e formação; ii) percentagem de alunos inscritos no 1A1V, que se diplomaram dentro da duração normal do curso, no mesmo ciclo de estudo e na mesma área de educação e formação.

¹⁶ Entre as barreiras mais frequentemente apontadas, encontram-se as dificuldades em conciliar as exigências dos vários papéis sociais, em particular a gestão do tempo do trabalho-estudo, adaptação à cultura e organização do ensino superior, pressão financeira (Almeida et al., 2016; O'Carroll et al., 2017).

Entre as estratégias que têm sido apontadas em estudos nacionais e internacionais como eficazes no aumento da retenção dos estudantes e das taxas de conclusão, em particular quando se trata de estudantes mais velhos, não tradicionais, encontram-se medidas de natureza psicopedagógica, organizacional e de flexibilização e adequação curricular, designadamente: i) programas de integração e acompanhamento, em particular nos primeiros anos, com dimensão psicopedagógica, social e cultural, especialmente orientados para os estudantes adultos, com horários e forma de funcionamento específicos e adequados às necessidades destes públicos, que os envolvam e criem comunidades de aprendizagem (Maor, 2003; Remenick, 2019); ii) gabinete de apoio integrado ao estudante vocacionado para estes estudantes, visando implementar programas de acompanhamento da progressão destes estudantes identificando estudantes em risco, processos de orientação, aconselhamento e apoio social e académico complementar, incluindo o apoio ao estudo e a uma melhor compreensão dos conteúdos académicos (Almeida et al., 2016; EURYDICE, 2014; Remenick, 2019); iii) recurso à figura de tutor, mentorado de pares (Almeida et al., 2016; Toynton, 2005); iv) cursos de verão/preparatórios e ou complementares; v) organização que permita a frequência a tempo parcial, apenas de algumas unidades curriculares e módulos, horários flexíveis, pós-laborais, atividades letivas desenvolvidas em ambientes mistos e complementares (presenciais e a distância), facilitadores da conciliação do tempo de trabalho com o tempo do estudo; vi) possibilidade de construção de percursos curriculares que liguem os objetivos de aprendizagem às exigências, relevância e competências do mercado de trabalho e interesses dos formandos; vii) reconhecimento e validação da experiência e conhecimentos anteriores; viii) abordagens ativas à aprendizagem, interdisciplinares, que tenham em conta formas de aprender não tradicionais e que valorizem as oportunidades de integrar a aprendizagem académica com as experiências de vida e de trabalho dos estudantes (Toynton, 2005; O'Carroll, et al., 2017; Amorim, 2018); ix) política de comunicação, tanto dentro como fora do campus, orientada para estudantes não tradicionais, ligando-os aos recursos disponíveis; programas de acompanhamento e (re)orientação vocacional precoce que permitam aos estudantes mudar de curso, encontrando programas de estudos que correspondam às suas expectativas (EURYDICE, 2014; Almeida et al., 2016; Marques et al., 2016; Remenick, 2019); financiamentos específicos às instituições de ensino superior para criar condições ao alargamento da participação de grupos de estudantes adultos, não tradicionais, sub-representados (Amorim, 2018).

Em síntese, os estudantes não tradicionais exigem que as instituições desenvolvam estratégias educativas eficazes que incluam a criatividade, a flexibilidade e a vontade de adotar um novo paradigma que se adapte a esta diversificada população estudantil.

6.2.2. Concurso Especial de Acesso para Maiores de 23 anos

O concurso M23 tem permitido, desde 2006, que milhares de estudantes mais velhos cheguem ao ensino superior, contribuindo para diversificar os públicos que o frequentam e também para a sua democratização. Como foi mencionado anteriormente, a maior percentagem de

estudantes com 23 ou mais anos de idade, que ingressa pela primeira vez no ensino superior, fá-lo por esta via. No entanto, os indicadores disponíveis apontam para uma diminuição progressiva da atração deste público.

Acederam ao ensino superior, nos últimos dez anos letivos, através do concurso M23, 51.815 estudantes. O fluxo de candidatos que acedeu ao ensino superior por subsistema de ensino superior, entre os anos de 2011/12 e 2020/2021 consta na Tabela 30.

Tabela 30 - Inscritos no 1A1V em licenciaturas e mestrados integrados, através do concurso M23 (2011/2012 a 2020/2021).

Ano Letivo	Total			Distribuição dos inscritos Concurso M23 (% por subsistema)	
	Inscritos no Ensino Superior	Inscritos Concurso M23 (Nº)	%	Público (%)	Privado (%)
2011/2012	73525	7863	10,7	60,9	39,1
2012/2013	68067	5634	8,3	60,7	39,3
2013/2014	64191	5033	7,8	62,6	37,4
2014/2015	65572	4820	7,3	60,9	39,1
2015/2016	68385	4637	6,2	62,7	37,3
2016/2017	67283	4881	6,6	62,9	37,1
2017/2018	72548	4911	6,2	62,0	38,0
2018/2019	72249	4893	6,1	61,7	38,3
2019/2020	75709	4652	5,5	66,9	33,1
2020/2021	88136	4143	4,7	61,1	37,4

Fonte: DGEEC (RAIDES 2012 a 2020); DGES (2021)

O número de inscritos por esta via tem vindo a decrescer, representando em 2011/2012, 10,7% do total de inscritos no ensino superior, no 1A1V e em 2020-2021, 4,7%. Isto significa que representa cerca de menos 3% do que a média observada nos países da OCDE com programas similares (OCDE, 2020a).

Este decréscimo tem sido observado tanto no ensino público que variou entre um máximo de 8,3%, no ano letivo de 2011/2012 e um mínimo de 3,3% em 2020/2021, como no ensino privado que variou entre um máximo de 15,3% no ano letivo de 2011/2012 para apenas 8,1% em 2020/2021.

Como pode concluir-se dos números dos últimos dez anos, tendencialmente, o maior número de inscritos (em números absolutos) através do concurso M23 matricula-se no ensino politécnico público, seguindo-se o ensino universitário público e depois o ensino privado (politécnico e universitário).

A distribuição de inscritos pelas diferentes tipologias de instituições de ensino superior tem tido pouca variação ao longo dos anos. Em 2011/2012 era a seguinte: politécnico público (31,6%), universitário público (28,1%), politécnico privado (22,7%) e universitário privado (17,5%). Em 2021, a ordem mantém-se, a percentagem de inscritos no politécnico público sobe ligeiramente, relativamente às restantes tipologias (35,5%), descendo todas as outras:

universitário público (26,1%), politécnico privado (21,1%) e universitário privado (17,3%).

Os dados da Tabela 31 permitem perceber que o número de estudantes que se inscreveu no 1A1V através no concurso M23 numa determinada tipologia de ensino, quando comparado com o total de inscritos nessa mesma tipologia, tem vindo a diminuir em todas as tipologias de instituição, sendo mais acentuado no politécnico e universitário privados, em que a diminuição foi de 11,6 e 10,8%, respetivamente, entre 2011/12 e 2020/21.

Não obstante a diminuição verificada, a proporção de inscritos por esta via sobre o total de inscritos continua a ser maior no ensino privado do que no ensino público, sendo no universitário público onde a proporção destes estudantes é menor.

Importa conhecer as razões que permitam compreender da diminuição de inscritos, bem como as diferenças observadas nos diferentes subsistemas e instituições e mesmo ao nível dos programas de estudos. Exige, igualmente, delinear medidas políticas dirigidas para a abertura das instituições para acolherem públicos diversificados e formatos de encorajamento dos estudantes mais velhos a iniciar um percurso no ensino superior.

O PRR pode ser uma oportunidade para inverter esta tendência, podendo, igualmente, ser articulado com estratégias de especialização inteligente envolvendo as regiões e sistema autárquico.

Tabela 31 - Evolução dos inscritos no 1A1V, em licenciaturas, mestrados integrados, através do concurso M23 de 2011/2012 a 2020/2021, por tipologia de instituição e subsistema.

Ano letivo	Concurso M23 Univ. público	Univ. público (%)	Concurso M23 Polit. público	Polit. público (%)	Concurso M23 Univ. privado	Inscritos, Univ. Privado	Concurso M23 Polit. privado	Inscritos Polit. privado (%)
2011/12	2 066	6,1	2 744	11,0	2 004	19,3	1 092	25,3
2012/13	1 481	4,5	1 961	8,4	1 422	16,2	799	24,2
2013/14	1 415	4,5	1 737	8,1	1 133	13,6	748	25,5
2014/15	1 253	4,1	1 682	7,4	1 134	12,6	752	23,2
2015/16	1 168	3,7	1 742	7,3	992	10,5	736	21,0
2016/17	1 321	4,1	1 747	7,7	924	10,5	889	24,9
2017/18	1 468	4,4	1 575	6,4	1 027	9,8	841	20,3
2018/19	1 448	4,3	1 569	6,5	1 058	10,1	818	19,9
2019/20	1 672	4,8	1 442	5,6	764	7,0	774	18,2
2020/21	1 999	2,5	1 492	4,2	728	6,5	886	10,1

Fonte: DGEEC (RAIDES 2012-2020); DGES (2021)

Ao longo dos anos, a maioria dos estudantes admitidos pelo concurso M23 inscreveu-se num curso de licenciatura (96,4%), tanto no público como no privado, conforme informação da Tabela 32.

Tabela 32 - Inscritos no 1A1V, em licenciaturas e mestrados integrados, através do concurso M23, entre 2011/2012 a 2019/2020, por tipo de ensino.

Ano letivo	Total Inscritos tipo curso				Ensino Público				Ensino Privado			
	Lic.	%	MI	%	Lic.	%	MI	%	Lic.	%	MI	%
2011/12	7677	97,1	229	2,9	4669	97,1	141	2,9	3008	97,2	88	2,8
2012/13	5473	96,6	190	3,4	3328	96,7	114	3,3	2145	96,6	76	3,4
2013/14	4888	97,1	145	2,9	3055	96,9	97	3,1	1833	97,4	48	2,6
2014/15	4665	96,8	156	3,2	2832	96,5	103	3,5	1833	97,2	53	2,8
2015/16	4502	97,1	136	2,9	2827	97,1	83	2,9	1675	96,9	53	3,1
2016/17	4667	95,8	204	4,2	2939	95,8	129	4,2	1738	95,9	75	4,1
2017/18	4737	96,5	174	3,5	2926	96,2	117	3,8	1811	96,9	57	3,1
2018/19	4702	96,1	191	3,9	2887	95,7	130	4,3	1815	96,7	61	3,3
2019/20	4466	96,0	186	4,0	2994	96,1	120	3,9	1472	95,7	66	4,3
2020/21	3946	95,2	197	4,8	2441	94,9	130	5,1	1505	95,7	67	4,3

Nota: Inscritos em mobilidade internacional (mobilidade de crédito) não incluídos.

Fonte: DGEEC (RAIDES 2012-2020); DGES (2021).

A Tabela 33 apresenta a distribuição dos inscritos no 1A1V, com 23 ou mais anos de idade, em licenciaturas e mestrados integrados, através do concurso M23, por área CNAEF do curso, entre 2011/2012 e 2019/2020.

A análise da Tabela 33 mostra que se verifica, ao longo dos anos, uma grande concentração de inscritos na área das ciências empresariais e administração (25,8%) seguida da área das ciências sociais e comportamentais (11,9%). Se juntar a estas áreas a percentagem de estudantes inscritos na área do direito (6,7%), verifica-se que é nas áreas das ciências sociais e direito que se inscreve quase metade dos candidatos que superam as provas de avaliação que permitem o ingresso por esta via.

A área da saúde (9,0%), das engenharias e tecnologias afins (8,3%) e dos serviços pessoais, assumem uma segunda posição, com semelhante capacidade de atração. As áreas com menor procura ao longo do período em análise são a matemática e estatística (0,08%) e os programas e qualificações interdisciplinares que envolvem as artes e humanidades (0,04%).

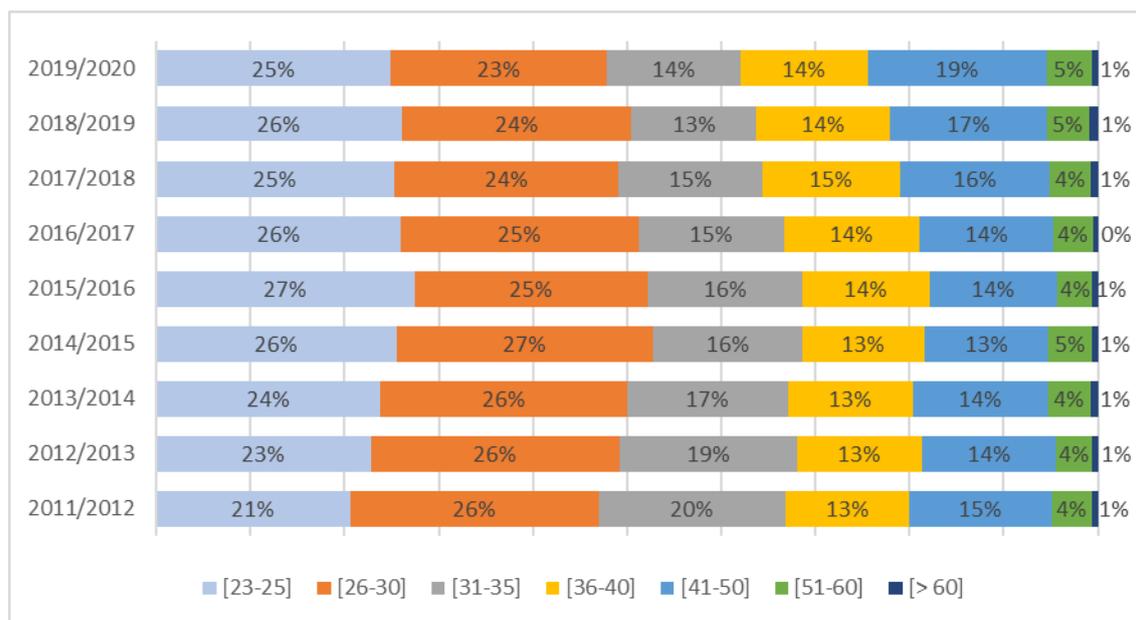
Tabela 33 - Inscritos no 1A1V, com 23 ou mais anos de idade, em licenciaturas e mestrados integrados, através do concurso M23, por área CNAEF do curso - 2011/2012 a 2019/2020.

Área CNAEF do curso	Ano Letivo								
	2011/1 2	2012/1 3	2013/1 4	2014/1 5	2015/1 6	2016/1 7	2017/1 8	2018/1 9	2019/2 0
011 - Educação	443	243	209	131	166	152	185	197	233
021 - Artes	483	326	271	240	253	220	245	250	200
022 - Humanidades exceto línguas	151	107	110	91	88	80	116	102	123
023 - Línguas	138	112	103	117	89	101	142	137	141
028 - Programas artes e humanidades	2		2	4	3	2	1	4	3
031 - Ciências sociais e comportam.	785	547	519	556	537	635	669	646	704
032 - Jornalismo e informação	175	111	102	79	69	55	68	85	50
041 - Ciências empres e administ.	2085	1557	1314	1411	1283	1258	1151	1122	1006
042 - Direito	549	418	372	289	277	299	331	347	292
051 - Ciências biológicas e afins	37	30	32	24	27	37	23	36	39
052 - Ambiente	56	43	40	35	33	34	43	39	43
053 - Ciências físicas	25	10	46	26	13	28	29	25	28
054 - Matemática e estatística	7	7	4	1	4	3	3	1	6
061 - TIC	285	200	174	151	130	160	155	141	120
071 - Engenharia e afins	634	451	454	393	369	414	404	403	393
072 - Indústrias transformadoras	37	14	27	29	35	16	9	13	19
073 - Arquitetura e const	256	125	66	91	77	95	77	90	76
078 - Programas engenharia e	51	40	24	37	30	34	44	42	37
081 - Agricultura	84	61	91	63	70	71	68	57	59
082 - Silvicultura	20	7	11	17	2	2	2	4	3
084 - Ciências veterinárias	29	26	17	21	26	36	33	37	29
091 - Saúde	502	470	437	435	418	557	522	561	570
092 - Proteção social	378	254	159	157	155	162	169	142	144
101 - Serviços pessoais	514	387	363	347	397	324	321	322	249
102 - Serv. higiene e saúde ocupacional	84	50	25	33	23	32	24	25	19
103 - Serviços de segurança	46	31	51	36	49	68	66	52	58
104 - Serviços de transporte	7	4	5	4	7	4	6	8	2
999 - Área desconhecida		3	5	2	7	2	5	5	6
Total	7863	5634	5033	4820	4637	4881	4911	4893	4652

Fonte DGEEC (RAIDES 2012-2020)

A idade dos estudantes inscritos no 1A1V em licenciaturas e em mestrados integrados que ingressaram através do concurso M23 varia entre os 23 e mais de 60 anos, mas a maioria dos inscritos nos anos de 2011/2012 a 2019/2020 situa-se nos grupos etários entre os 23 e 35 anos, sendo progressivamente menor à medida que se aproxima do grupo etário dos 50 e mais anos, como se pode comprovar na Figura 5. Contudo, 33,6% dos estudantes que ingressaram por esta via tem idade superior a 35 anos.

Figura 5 - Inscritos no 1A1V, com 23 ou mais anos de idade, em licenciaturas e mestrados integrados, que ingressaram através do concurso M23, por grupo etário, de 2011/12 a 2019/20.



Fonte: DGEEC (RAIDES 2012-2020)

De 2011/2012 a 2019/2020 verifica-se que cerca de 53% dos estudantes admitidos através do concurso M23 era do género masculino e 47% do feminino. Esta distribuição vai na tendência oposta quando se compara com o total de inscritos no ensino superior, podendo existir questões de género entre os possíveis motivos que podem explicar esta diferenciação (Tabela 34).

Tabela 34 - Inscritos no 1A1V, com 23 ou mais anos de idade, em licenciaturas e mestrados integrados, através do concurso M23, por género, de 2011/2012 a 2019/2020.

Género	2011/12		2012/13		2013/14		2014/15		2015/16		2016/17		2017/18		2018/19		2019/20	
	nº	%																
Homem	4328	55	3049	54,1	2817	56	2551	52,9	2460	53,1	2537	52,0	2549	51,9	2527	51,6	2269	48,8
Mulher	3535	45	2585	45,8	2216	44	2269	47,1	2177	46,9	2344	48,0	2362	48,1	2366	48,4	2383	51,2
Total	7863	100	5634	100	5033	100	4820	100	4637	100	4881	100	4911	100	4893	100	4652	100

Fonte: DGEEC (RAIDES 2012-2020)

Os estudantes maduros, maiores de 23 anos, são uma população heterogénea dificilmente tipificável, tendo maior probabilidade de assumir, em simultâneo, um extenso rol de responsabilidades e papéis sociais, o que se traduz em ultrapassar uma série de obstáculos que se colocam à sua participação na vida académica. Numa sociedade ainda marcada por diferenças de género, é possível colocar a hipótese de que as mulheres tenham maiores dificuldades em conciliar as responsabilidades financeiras, profissionais e familiares com a frequência do ensino superior, podendo ter um esforço acrescido de gestão do tempo entre família e trabalho (Fragoso et al., 2013; Quintas et al., 2014; Almeida et al., 2016). Outra hipótese possível em termos de género, pode resultar da mais oferta pós-laboral ou noturna, se centrar em áreas de engenharia e gestão (Fragoso et al., 2013).

Numa estratégia futura de captação de adultos ativos para ingressar ou regressar ao ensino superior, importa ter algumas questões em consideração, como a introdução de maior flexibilidade curricular, pedagógica e organizativa que pode ser favorável à conciliação do trabalho e do estudo, como já foi mencionado.

6.2.2.1. Percurso no Ensino Superior dos Estudantes Admitidos pelo Concurso M23

A relevância das políticas de alargamento da base de acesso ao ensino superior exige mais informação sobre os resultados de aprendizagem, eficiência formativa, reconhecimento económico e social das formações frequentadas pelos candidatos, entre outros aspetos (Fragoso et al., 2018). Este é um caminho indispensável para se poder contar com conhecimento que sustente o reforço ou reformulação de políticas governamentais e práticas institucionais neste domínio. Quinze anos volvidos sobre a publicação do Decreto-Lei nº 64/2006, de 21 de março, que regulamentou as provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/2014, de 16 de julho, os estudos disponíveis sobre este processo são escassos e muito localizados.

No sentido de contribuir para a reflexão sobre o percurso dos estudantes maiores de 23 anos no ensino superior, apresentam-se alguns dados sobre o trajeto no ensino superior dos alunos que ingressaram em licenciaturas e mestrados integrados relativamente aos estudantes do concurso M23. Para tal, seguiu-se o trajeto individual de cada aluno ao longo do número de anos previstos de duração do curso em que se inscreveu¹⁷, tendo-se seguido os estudantes inscritos nos anos letivos de 2013/2014 a 2016/2017.

Sem entrar em discussão sobre o que é o (in) sucesso ou o abandono académico, conceitos que não são consensuais entre a comunidade académica, o que se repercute na existência de diferentes modos de os “medir”, optou-se neste relatório, tendo em conta a metodologia e os conceitos utilizados pela DGEEC na extração dos dados, por perspetivar para esta questão da seguinte forma:

¹⁷ Este trabalho foi realizado pela DGEEC, por solicitação do grupo de trabalho sobre acesso ao ensino superior 2020/2021

A-Taxa de conclusão / diplomados

Consideram-se dois indicadores: i) percentagem de alunos inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, que, de cada coorte de admitidos desde os anos letivos 2013/2014 a 2018/2019 se diplomaram, no mesmo ciclo de estudo e na mesma área CNAEF, ii) percentagem de alunos inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, de cada coorte, que se diplomou, dentro da duração normal/esperada do curso, no mesmo ciclo de estudo e na mesma área CNAEF.

B- Abandono

Considera-se que abandonou o ensino superior o estudante que não se encontra como inscrito nem diplomado um ano após inscrição no 1º ano pela primeira vez, no mesmo curso e estabelecimento de ensino, não está inscrito nem diplomado no mesmo curso noutro estabelecimento, nem está inscrito noutro curso fora ou dentro do estabelecimento de ensino superior. A taxa de abandono corresponde à percentagem de estudantes na situação descrita sobre os inscritos dessa coorte.

Relativamente aos estudantes inscritos em cursos de licenciatura, a taxa de conclusão após a duração normal do curso, como se pode ver na Tabela 35, varia entre 22 (coorte 2013/2014) e 25% (coorte 2016/2017). Segundo estudo da DGEEC (2018), esta taxa é cerca de metade da encontrada para estudantes da coorte de 2011/2012, que ingressaram em licenciaturas de três anos através do CNA, que foi de 51% e abaixo da taxa de conclusão global do total de inscritos no ensino superior após duração normal dos cursos, que é de cerca de 30% (OCDE, 2020b).

Tabela 35- Taxa de conclusão (diplomados), alunos inscritos no 1A1V, em cursos de licenciatura, com 23 ou mais anos de idade, que ingressaram através do concurso M23.

Ano letivo	1A1V, com 23 ou mais anos	Total de diplomados (desde o ano letivo 1.ª inscrição até 2018/2019)	Taxa de conclusão (ano letivo 2018/2019) (%)	Total de diplomados (após duração normal dos cursos)	Taxa de conclusão (após duração normal dos cursos) (%)
2013/2014	4888	1873	38	1058	22
2014/2015	4663	1739	37	1054	23
2015/2016	4498	1574	35	1057	23
2016/2017	4667	1159	25	1159	25

Fonte: DGEEC, 2021

Quanto à taxa de conclusão das diferentes coortes em 2018/2019, verifica-se que a mesma aumenta com o número de anos relativamente ao ano de ingresso, o que está de acordo com a ideia que estes estudantes necessitarão de mais tempo para se diplomarem.

Existe necessidade de identificar e compreender barreiras à aprendizagem e ao sucesso académico destes estudantes a fim de as ultrapassar, pois, caso contrário, de pouco adiantará continuar a melhorar o acesso destes públicos ao ensino superior, sendo expectável que a procura continue a diminuir.

A taxa de conclusão dos estudantes que ingressaram através do concurso M23, inscritos em cursos de mestrados integrados é inferior à taxa de conclusão dos adultos que ingressam, pela

mesma via, em licenciaturas (Tabela 36). Dada a duração destes cursos, só se dispõe de dados para a coortes que ingressaram em 2013/2014, em que a taxa de conclusão após a duração normal do curso foi de 10% e na coorte de 2014/2015 foi de 16%.

Da análise dos dados da coorte de 2013/2014 conclui-se que em 2018/2019, o número de estudantes que se diplomou duplicou. Não se dispõe de dados relativos à taxa de conclusão dos estudantes que ingressaram nestes cursos pelo CNA que permitam fazer comparações.

Tabela 36 - Taxa de conclusão (diplomados), alunos inscritos no 1A1V, em cursos de mestrado integrado, com 23 ou mais anos de idade, que ingressaram através do concurso M23.

Ano letivo	1A1V, com 23 ou mais anos	Diplomados (desde o ano letivo da 1.ª inscrição até 2018/2019) (Nº)	Taxa conclusão (2018/2019) (%)	Diplomados (após duração normal dos cursos) (Nº)	Taxa de conclusão (após duração normal dos cursos) (%)
2013/2014	145	29	20	14	10
2014/2015	156	25	16	25	16

Fonte: DGEEC, 2021

Tabela 37- Taxa de abandono, alunos inscritos no 1A1V, em licenciaturas e mestrados integrados, com 23 ou mais anos de idade, que ingressaram através do concurso M23, nos anos letivos 2015/2016 a 2017/2018.

Coorte	2015/2016			2016/2017				2017/2018		
	1A1V 2015/16	RNI 2016/17	Taxa de abandono (%)	1A1V 2016/17	RNI 2017/18	Taxa de abandono (%)	Inscritos 1A1V 2017/18	RNI 2018/19	Taxa de abandono (%)	
L	4489	1241	27,6	4661	1277	27,4		4 725	1 183	25,0
MI	136	27	19,9	204	34	16,7		174	39	22,4

Fonte: DGEEC, 2021. L- Licenciatura; MI- mestrado integrado; inscritos 1º ano pela 1ª vez (1A1V); Registo não encontrado como inscrito (RNI).

Em síntese, o fluxo de candidatos que ingressam com mais de 23 anos estagnou, nos últimos anos, tendendo a diminuir. Não existem dados que permitam perceber as razões desta diminuição que podem, eventualmente, estar relacionadas quer com as provas de avaliação da capacidade para a frequência dos cursos, quer com representações negativas sobre as condições efetivas de possibilidade de sucesso destes públicos no ensino superior.

As características destes estudantes não são bem conhecidas, tal como não se conhece o trabalho que as instituições de ensino superior têm feito no sentido de adequar os ciclos de estudos às necessidades destes estudantes, do ponto de vista dos planos curriculares, dos modelos pedagógicos e da flexibilidade organizacional para a sua frequência. No entanto, importa prestar atenção especial à oferta formativa dirigida a estes públicos e aos processos de ensino aprendizagem desenvolvidos, uma vez que a diversidade de públicos no ensino superior

exige um compromisso das instituições e dos docentes com a promoção da justiça social e a mudança.

A investigação sobre os estudantes que entraram no ensino superior, através do concurso M23 numa dada universidade portuguesa desenvolvido por Fragoso e colaboradores (2013), mostra que os obstáculos à aprendizagem no ensino superior que os estudantes mais velhos enfrentam têm múltiplas causas, sendo a mais frequente e que constitui a maior barreira ao sucesso e a dificuldade de compatibilização de horários de trabalho com as responsabilidades inerentes à vida familiar e vida académica. Foi ainda apontada a falta de apoios específicos, a dificuldade de compreender determinados conteúdos programáticos e, com menor frequência, o facto de o curso não corresponder às expectativas, motivos financeiros e a falta de motivação. Por sua vez, as principais dificuldades encontradas dizem respeito ao primeiro ano de frequência.

Alguns destes aspetos são situacionais, como as responsabilidades familiares, laborais, económicas da família, transcendendo em muitos casos as condições de possibilidade de intervenção das instituições de ensino superior, mas existem outros de natureza institucional, em que se pode intervir proactivamente.

O sucesso desta tipologia de oferta passa pela adequação dos ciclos de estudo a este público não tradicional, maior flexibilidade, designadamente desfasamento de horários (tempo parcial, pós-laborais), combinação de ensino presencial e a distância, privilegiar novas metodologias como de projeto envolvendo mais os estudantes na aprendizagem; reconhecimento, estrutura modular da oferta formativa, ciclos distendidos e o reforço da formação curricular que articule investigação e experiência em contextos reais de trabalho (estágios curriculares ou outros projetos). Pode passar ainda por iniciativas de promoção de integração alargadas e monitorização para identificar quem necessita de apoio específico, por serviços de apoio, de aconselhamento e orientação, pela introdução no 1º ano dos ciclos de estudos de projetos extracurriculares (reconhecíveis no âmbito do sistema ECTS e/ou suplemento ao diploma) desenhados intencionalmente para desenvolver competências como aprendizagem autodirigida, gestão do tempo, literacia de informação e análise crítica. Importa também sublinhar a experiência de ensino que torne visível a aplicação prática da teoria e que permita perceber a relevância para os interesses e objetivos futuros, o reforço da participação dos estudantes em projetos de inovação e empreendedorismo, com envolvimento de empresas, entre outros.

Assim, tal como foi identificado em relatórios anteriores, é prioritário iniciar um processo de avaliação desta via de acesso ao ensino superior para entender as características dos candidatos, dos matriculados, das opções escolhidas, dos percursos académicos, das formas de inserção profissional e respetivo percurso no mundo do trabalho.

6.3. Caracterização da Oferta Educativa Não Conferente de Grau Académico no Ensino Superior

O regime jurídico dos graus e diplomas determina que as instituições de ensino superior conferem os graus académicos de licenciado, mestre e doutor que, no ensino politécnico é também conferido o diploma de técnico superior profissional, podendo ainda ser atribuídos outros diplomas não conferentes de grau (Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto).

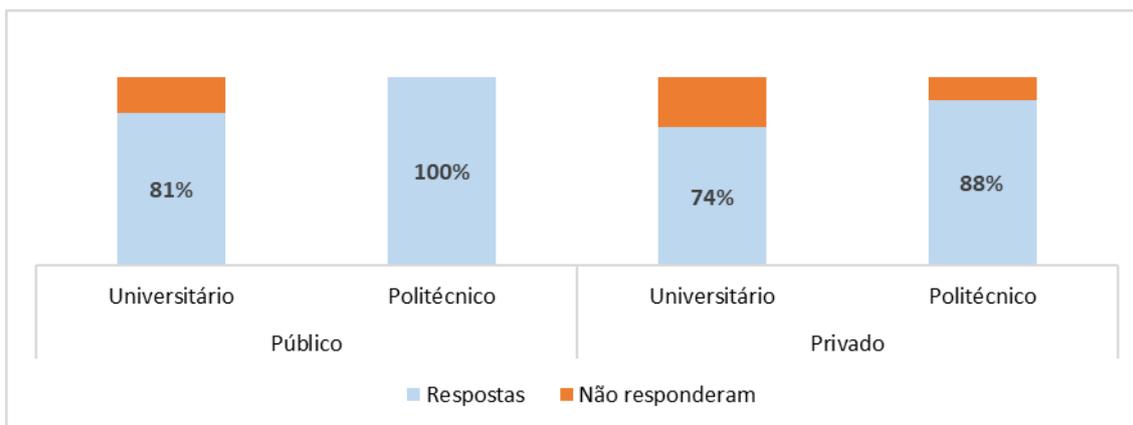
As formações não conferentes de grau não estão sujeitas a acreditação junto da A3ES, nem a registo junto da DGES, nem a inscrição dos respetivos estudantes é contabilizada anualmente no RAIDES da responsabilidade da DGEEC. Esta oferta funciona de um modo não regulado, decorrendo de iniciativas das instituições, sendo escassa a informação sobre as suas características e tipologias de estudantes.

As transformações sociais e económicas que o país atravessa decorrentes da pandemia, exigem do ensino superior uma resposta de novos formatos de formação, destinada à reconversão de competências *up-skilling* e *re-skilling* dos cidadãos. Impõe-se uma resposta às necessidades formativas de públicos diversificados, quer adultos jovens, quer adultos mais velhos (35-55 anos), ativos ou desempregados, encontrando soluções formativas em conjunto com os empregadores públicos e privados, articuladas com o tempo e espaço do trabalho.

Por este motivo, em fevereiro de 2021, a DGES efetuou o primeiro inquérito (em anexo) às instituições sobre formações não conferentes de grau académico realizadas nos últimos dois anos (2018/2019 e 2019/2020), de carácter voluntário, tendo como objetivo efetuar uma primeira caracterização da oferta e procura deste tipo de formações. O inquérito foi enviado ao universo das cem instituições, públicas e privadas, do sistema universitário e politécnico, tendo respondido 86 instituições (Figura 6).

Estas formações podem assumir diversas tipologias e duração, desde formações de curta duração (cursos breves, unidades curriculares ou módulos, correspondentes a micro certificações de competências), até formações de maior duração, como pós-graduações de âmbito profissional.

Figura 6 – Taxa de resposta ao primeiro inquérito sobre formações não conferentes de grau académico, por tipo de instituição e subsistema de ensino.

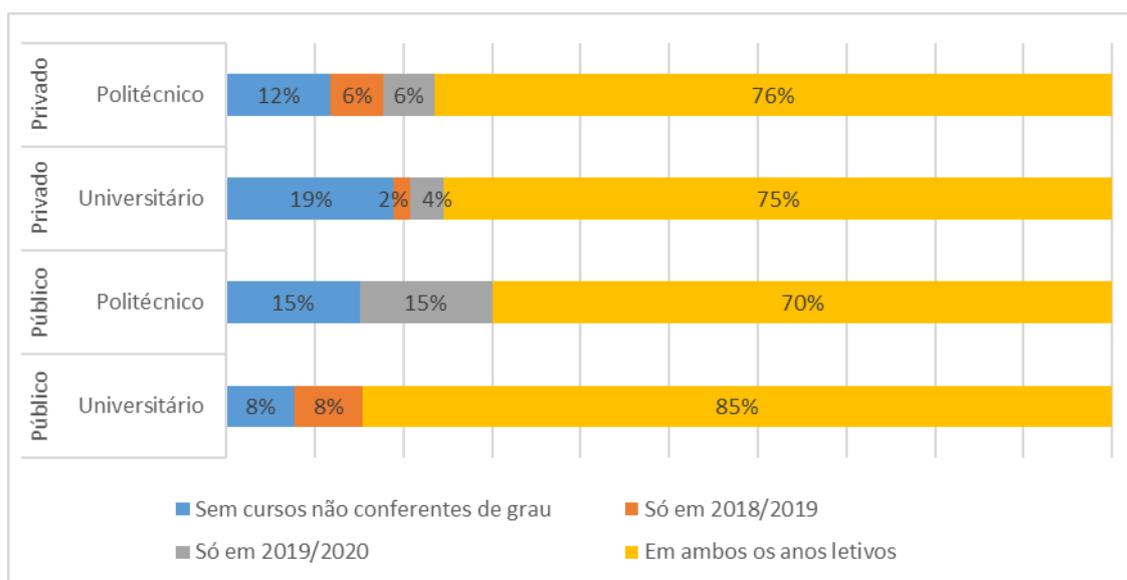


Fonte: DGES, 2021

A maioria das instituições teve em funcionamento em ambos os anos letivos inquiridos, cursos não conferentes de grau académico, com destaque para o ensino universitário público, em que somente 8% respondeu não ter em funcionamento este tipo de formações nos anos inquiridos (Figura 7).

A Tabela 38 mostra que estiveram em funcionamento em todo o sistema de ensino superior 1574 cursos não conferentes de grau em 2018/2019, tendo este número diminuído em 2019/2020 para 1443, não obstante verificar-se um movimento inverso quanto ao número de estudantes neles inscritos.

Figura 7 – Funcionamento de cursos não conferentes de grau em funcionamento nas instituições que responderam ao primeiro inquérito sobre FNCGA 2021, nos anos 2018/2019 e 2019/2020, por tipo de instituição e subsistema de ensino.



Fonte: DGES, 2021

Tabela 38 - Número de cursos não conferentes de grau acadêmico em funcionamento nas IES que responderam ao 1º Inquérito sobre FNCGA 2021, nos anos 2018/2019 e 2019/2020, por subsistema de ensino, tipo de instituição e organização ou não em ECTS.

Ano letivo	2018/2019				2019/2020			
Subsistema	Público		Privado		Público		Privado	
Tipo	Univers	Politéc	Univers	Politéc	Univers	Politéc	Univers	Politéc
Cursos Organizados em ECTS	607	99	167	145	549	100	169	150
Cursos Não Organizados em ECTS	386	43	120	7	302	31	129	13
Total	993	142	287	152	851	131	298	163
Total de cursos por subsistema	1135		439		982		461	
Total de cursos/Ano	1574				1443			

Fonte: DGES, 2021

Em ambos os anos letivos verifica-se que é o ensino superior público que oferece uma maior percentagem destes cursos, 72 e 68% respetivamente. Verifica-se também que em ambos os subsistemas, são as instituições universitárias que lideram o volume da oferta. No que se refere à organização de acordo com o sistema de créditos ECTS, 64,7% em 2018/2019 e 67% em 2019/2020 estavam organizados de acordo com o referido sistema.

A Tabela 39 mostra que estiveram inscritos nestes cursos em 2018/2019, 36920 estudantes e em 2019/2020, 37560 estudantes.

Tabela 39 - Número de estudantes inscritos em cursos não conferentes de grau acadêmico em funcionamento nas instituições que responderam ao primeiro inquérito sobre FNCGA 2021, nos anos 2018/2019 e 2019/2020, por subsistema, tipo de instituição e tipo de organização.

Ano letivo	2018/2019				2019/2020			
Subsistema	Público		Privado		Público		Privado	
Tipo	Univers	Politéc	Univers	Politéc	Univers	Politéc	Univers	Politéc
Estudantes inscritos em cursos organizados em ECTS	13 966	2 191	2 755	2 896	16 366	2 331	2 943	3 015
Estudantes inscritos em cursos não organizados em ECTS	10 642	1 103	3 225	142	8 488	619	3 016	782
Total	24 608	3 294	5 980	3 038	24 854	2 950	5 959	3 797
Total de estudantes inscritos por subsistema	27 902		9 018		27 804		9 756	
Total de estudantes inscritos/Ano	36 920				37 560			

Fonte: DGES, 2021.

A maioria dos estudantes inscreveu-se em cursos organizados em ECTS, exceto no ensino universitário privado, o qual atraiu mais estudantes para cursos não organizados neste sistema, em ambos os anos letivos.

A Tabela 40 mostra o peso relativo do número de estudantes inscrito em formações não conferentes de grau quando comparado com o dos estudantes inscritos em cursos conferentes de grau académico.

Tabela 40 - Peso dos estudantes em cursos não conferentes de grau académico em funcionamento nas IES que responderam ao primeiro inquérito sobre FNCGA 2021, nos anos 2018/2019 e 2019/2020 face aos estudantes inscritos em cursos conferentes de grau.

		Público		Privado		Total geral
		Universitário	Politécnico	Universitário	Politécnico	
Inscritos 1A1V (L+MI+M+D)	2018/2019	61 354	33 054	15 797	5 129	115 334
	2019/2020	64 203	35 362	16 409	5 263	121 237
Peso dos estudantes de cursos não conferentes de grau face a estudantes de cursos conferentes de grau	2018/2019	40%	10%	38%	59%	32%
	2019/2020	39%	8%	36%	72%	31%

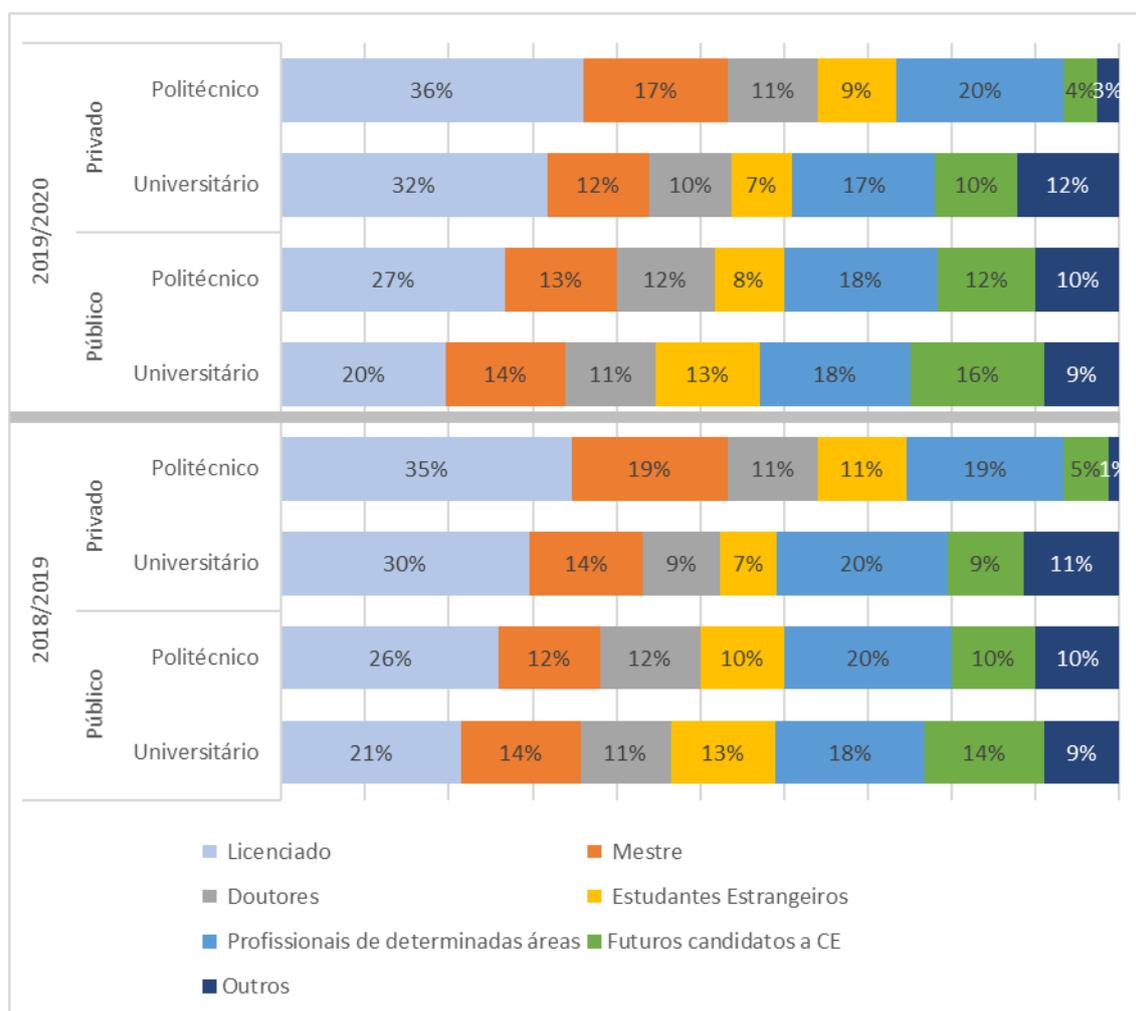
Fonte: DGES, 2021

Da sua análise resulta que nas instituições universitárias públicas, por cada 100 estudantes inscritos em cursos conferentes de grau estiveram inscritos 40 e 39 estudantes em cursos não conferentes de grau, em 2018/2019 e 2019/2020 respetivamente.

É no ensino politécnico público que esta relação é mais baixa, descendo para 10 em 2018/2019 e 8 em 2019/2020. É no politécnico privado que este ratio é maior, pois por cada 100 inscritos em cursos conferentes de grau encontram-se 59 em 2018/2019 e 72 em 2019/2020 inscritos em cursos não conferentes de grau.

A Figura 8 mostra o direcionamento desta oferta educativa, constatando-se que os públicos-alvo são diversificados, dirigindo-se maioritariamente a detentores do grau de licenciado (o grupo mais frequente, independentemente da natureza e subsistema das instituições).

Figura 8 - Públicos-alvo mais frequentes nos cursos não conferentes de grau académico em funcionamento nas IES que responderam ao 1º inquérito sobre FNCGA 2021, nos anos 2018/2019 e 2019/2020, por subsistema e natureza.

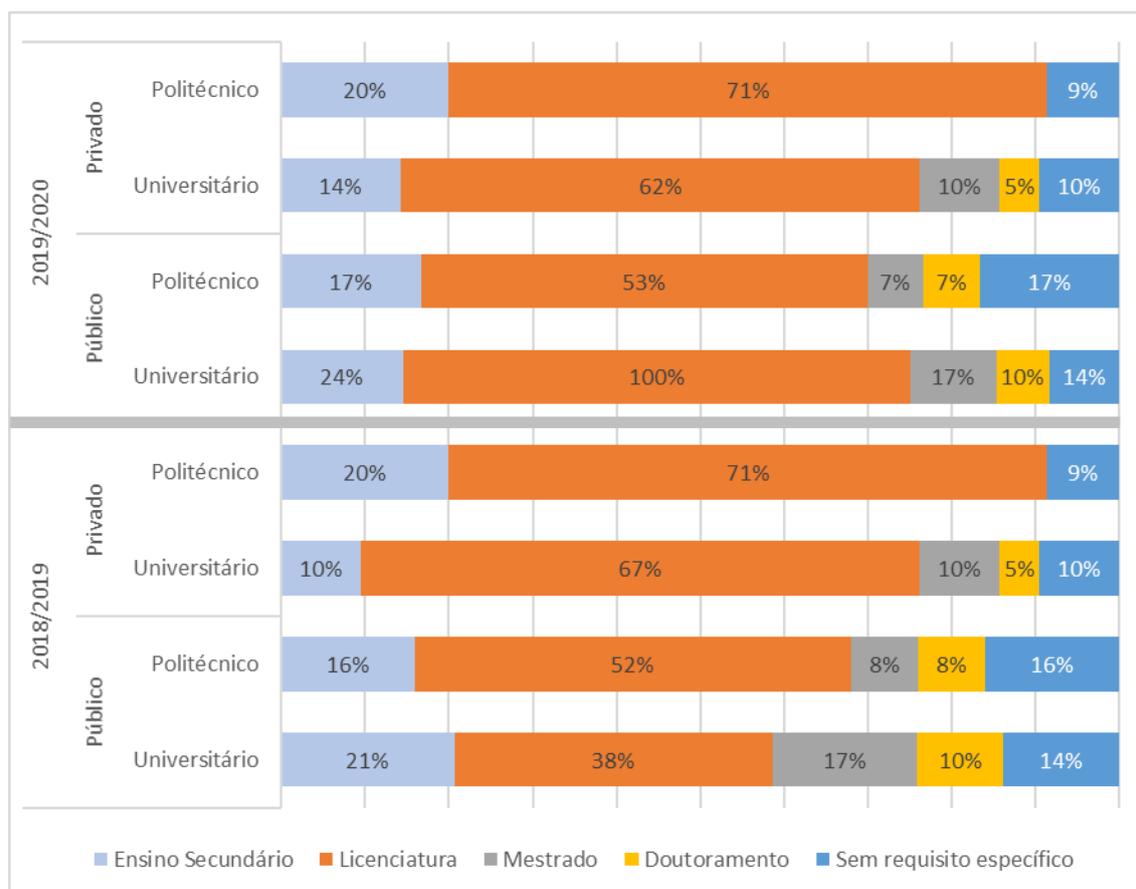


Fonte: DGES, 2021

Mas, dirige-se também a profissionais de determinada área específica, a detentores do grau de mestre, doutor, a estudantes estrangeiros, a futuros candidatos a ciclos de estudos e, por último, a outros públicos. De destacar uma oferta relativamente importante a futuros candidatos a ciclos de estudo por parte das instituições universitárias públicas.

No que se refere à exigência de uma escolaridade mínima para acesso a estes cursos (Figura 9), verifica-se que a grande maioria das instituições exige o grau de licenciado, seguido do ensino secundário, do grau de mestre e do grau de doutor, parecendo esta exigência relacionar-se com os públicos-alvo a que os cursos se dirigem. Pode ainda ver-se que uma oferta não despreciable destes cursos não faz referência a qualquer requisito habilitacional específico. Nota-se também que o ensino politécnico público já oferece cursos cujo requisito de acesso é a titularidade do grau de doutor, não acontecendo o mesmo no politécnico privado.

Figura 9 - Requisitos de acesso mais frequentes nos cursos não conferentes de grau académico em funcionamento nas instituições que responderam ao primeiro inquérito sobre FNCGA 2021, nos anos 2018/2019 e 2019/2020, por subsistema e natureza.



Fonte: DGES, 2021

Quanto à área CNAEF em que são classificados este tipo de cursos, a oferta é ampla e variada, abrangendo a maioria das áreas (Figura 10 e 11). Destacam-se as áreas das ciências sociais e do comportamento e da informação e jornalismo, presentes marcadamente no ensino universitário. As áreas das ciências da vida, das indústrias transformadoras, da agricultura, silvicultura e pescas e da proteção do ambiente, presentes somente no sistema universitário público, as áreas das ciências físicas e das ciências veterinárias, presentes somente no ensino público e ausentes no privado, enquanto os serviços de transporte existem somente no ensino privado.

Figura 10 – Distribuição dos cursos não conferentes de grau académico nas instituições que responderam ao 1º inquérito sobre FNCGA 2021, por área CNAEF, em 2018/2019.

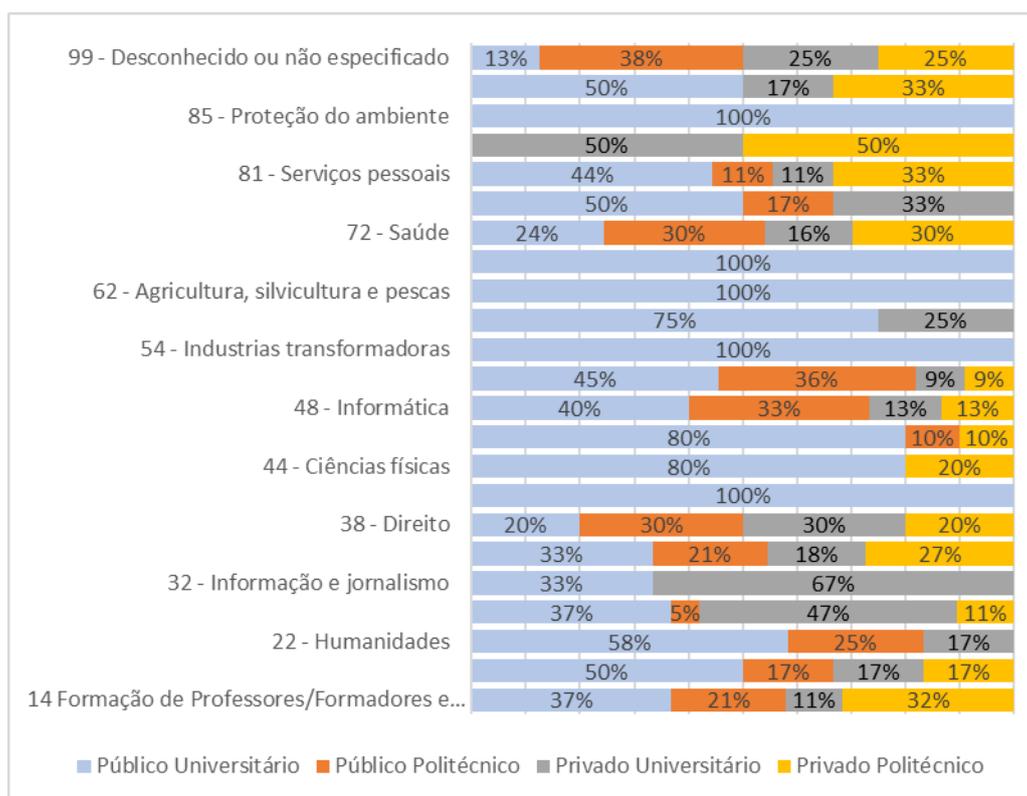
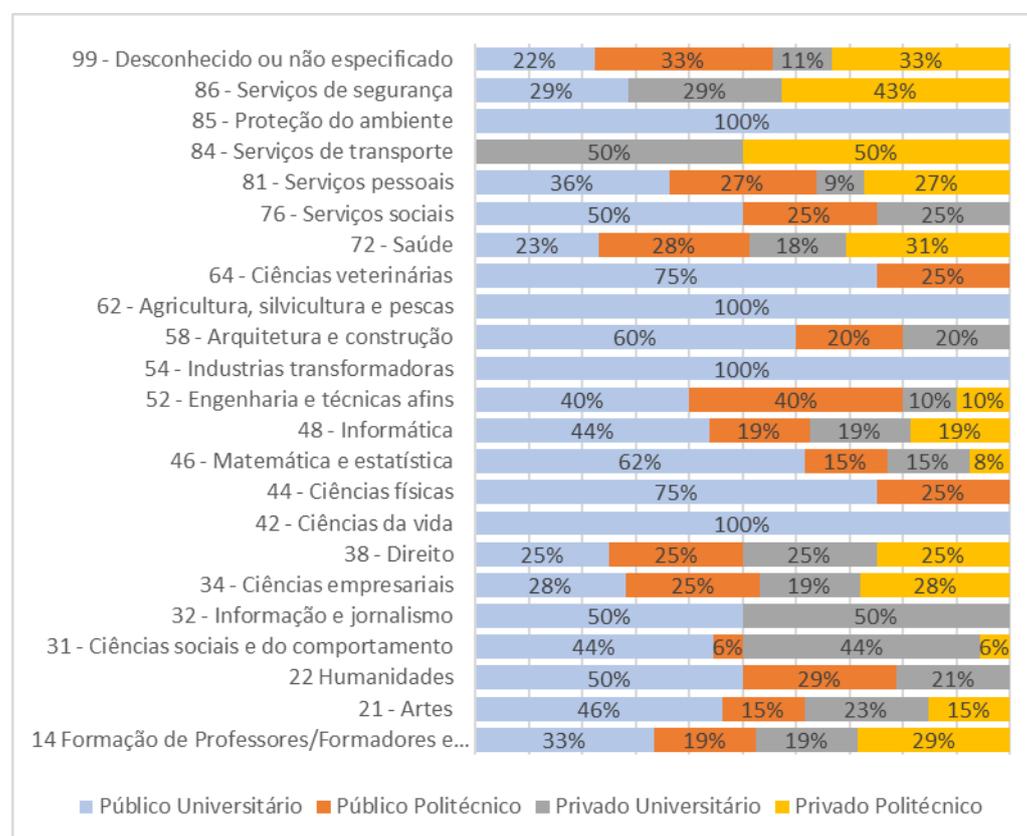


Figura 11 – Distribuição dos cursos não conferentes de grau académico nas instituições que responderam ao 1º Inquérito sobre FNCGA 2021, por área CNAEF, em 2019/2020.

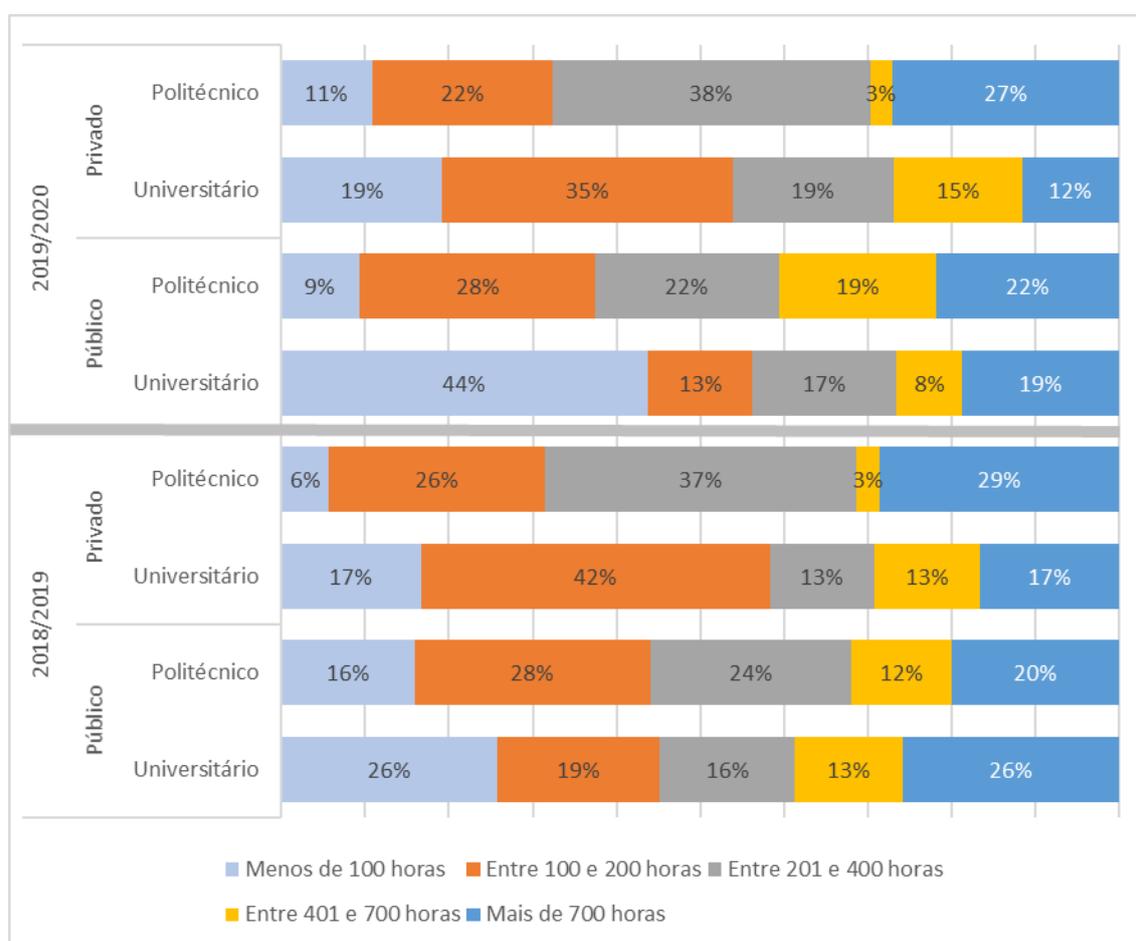


Fonte: DGES, 2021

No que diz respeito à duração dos cursos não conferentes de grau académico, expressa em número de horas conforme se pode comprovar na Figura 12, conclui-se que nas instituições públicas universitárias a duração mais comum é de menos de 100 horas (44%), assumindo esta duração menor peso nas instituições públicas politécnicas (9%).

Nas instituições de ensino privado, a duração mais comum dos cursos não conferentes de grau no ensino universitário está a compreendida entre 100 e 200 horas, enquanto no subsistema politécnico são mais comuns cursos com uma duração compreendida entre 201 e 400 horas. Esta realidade é comum nos dois anos letivos analisados (2018/19 e 2019/20).

Figura 12 - Duração mais comum dos cursos não conferentes de grau académico em funcionamento nas IES que responderam ao 1º Inquérito sobre FNCGA 2021, em 2018/2019 e 2019/2020, por subsistema e natureza.

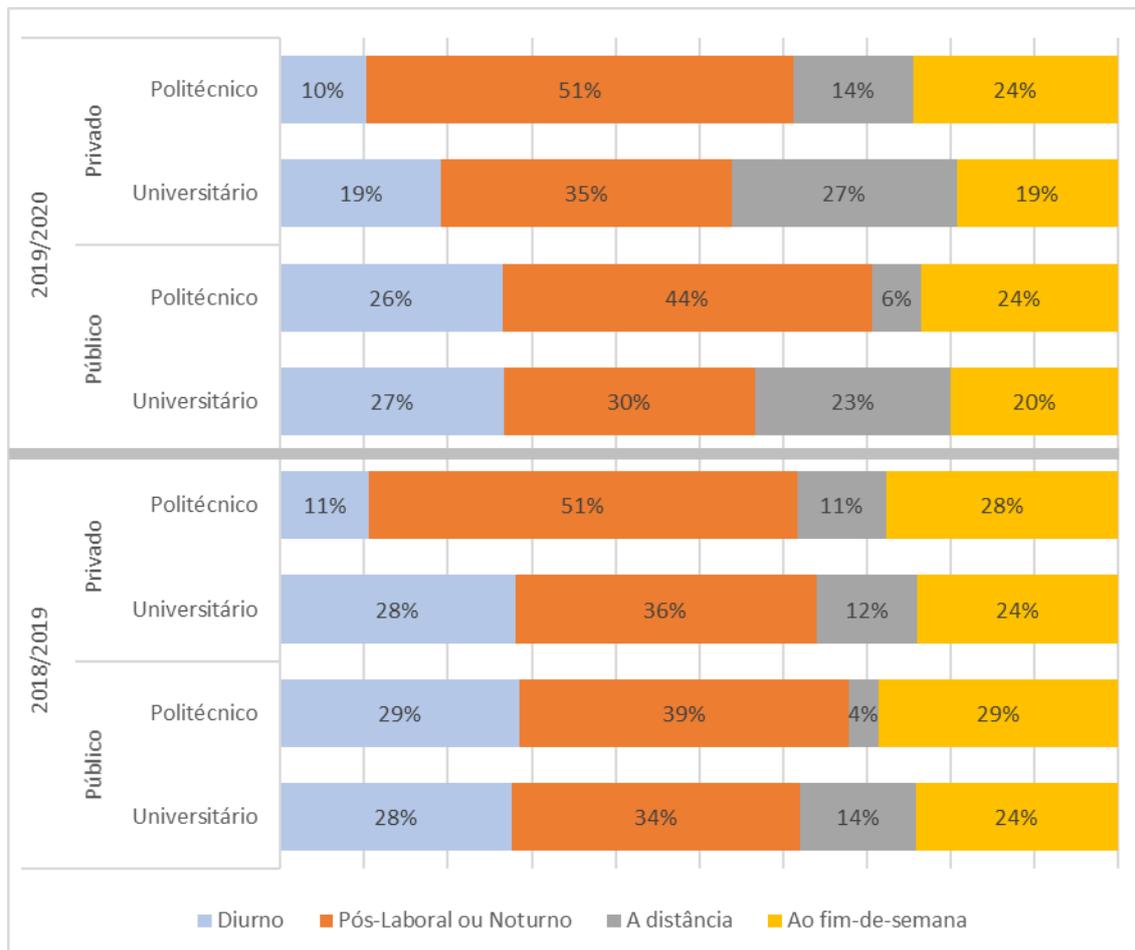


Fonte: DGES, 2021

No que se refere ao regime de funcionamento (Figura 13), em ambos os anos letivos verifica-se que a oferta destes cursos é realizada tanto em regime diurno, como pós-laboral ou noturno, à distância ou ao fim de semana.

Destaca-se ainda que a maioria dos cursos não conferentes de grau académico em funcionamento nas IES funcionou no regime pós-laboral ou noturno, tanto no sistema público como privado e tanto no ensino universitário como no ensino politécnico.

Figura 13 - Regime de funcionamento mais comum dos cursos não conferentes de grau académico em funcionamento nas instituições que responderam ao 1º Inquérito sobre FNCGA 2021 em 2018/2019 e 2019/2020, por subsistema e natureza.



Fonte: DGES, 2021

Os dados apresentados mostram o trajeto que as instituições têm feito, nos últimos anos, um esforço de adaptação a novos públicos, numa procura ativa de encontrar as melhores soluções para o acolhimento e sucesso dos estudantes que, como já mencionado, trazem consigo percursos escolares e de vida diferentes.

Pertencem a grupos etários cada vez mais variados, têm situações sócio familiares, económicas e culturais muito diversificadas e diferentes motivações e expectativas relativamente à formação.

A expectativa de aumento destes públicos, associada à necessidade de garantir elevadas taxas de retenção e sucesso, implica que este esforço seja continuado e apoiado.

Retrato Robot da Oferta de Cursos não Conferentes de Grau Académico - 2019/2020

Universitário Público	Politécnico Público	Universitário Privado	Politécnico Privado
<ul style="list-style-type: none"> •851 cursos •549 organizados em ECTS •Público-alvo: licenciados + profissionais + candidatos a ciclos de estudos •Licenciatura como requisito mínimo de acesso •Duração mais comum: menos de 100 horas •Regime de funcionamento: pós-laboral ou noturno + diurno 	<ul style="list-style-type: none"> •131 cursos •100 organizados em ECTS •Público-alvo: licenciados + profissionais + estudantes estrangeiros •Licenciatura como requisito mínimo de acesso •Duração mais comum: entre 100 e 200 horas •Regime de funcionamento: pós-laboral ou noturno + diurno 	<ul style="list-style-type: none"> •298 cursos •169 organizados em ECTS •Público-alvo: licenciados + profissionais + estudantes estrangeiros ou outros •Licenciatura como requisito mínimo de acesso •Duração mais comum: entre 100 e 200 horas •Regime de funcionamento: pós-laboral ou noturno + a distância 	<ul style="list-style-type: none"> •163 cursos •150 organizados em ECTS •Público-alvo: licenciados + mestres + profissionais •Licenciatura como requisito mínimo de acesso •Duração mais comum: entre 201 e 400 horas •Regime de funcionamento: pós-laboral ou noturno + ao fim de semana

Retrato Robot da Procura de Cursos não Conferentes de Grau Académico – 2019-2020

Universitário Público	Politécnico Público	Universitário Privado	Politécnico Privado
<ul style="list-style-type: none"> •24.854 inscritos • 16.366 inscritos em cursos organizados em ECTS •39 inscritos em cursos não conferentes de grau por cada 100 inscritos em cursos conferentes de graus académicos 	<ul style="list-style-type: none"> •2.950 inscritos •2.331 inscritos em cursos organizados em ECTS •8 inscritos em cursos não conferentes de grau por cada 100 inscritos em cursos conferentes de graus académicos 	<ul style="list-style-type: none"> •5.959 inscritos •2.943 inscritos em cursos organizados em ECTS •36 inscritos em cursos não conferentes de grau por cada 100 inscritos em cursos conferentes de graus académicos 	<ul style="list-style-type: none"> •3.797 inscritos •3.015 inscritos em cursos organizados em ECTS •72 inscritos em cursos não conferentes de grau por cada 100 inscritos em cursos conferentes de graus académicos

6.4. O Desafio da Oferta de Formações Curtas, Não Conferentes de Grau Académico e as Microcredenciais

Os avanços cada vez mais rápidos na tecnologia e no mercado de trabalho, como temos vindo a referir, exigem que os diplomados e profissionais no ativo estejam familiarizados com os conhecimentos mais avançados, e possuam as aptidões e competências necessárias para fazer pleno uso do *know-how* tecnológico e não tecnológico. Isto faz com que um número crescente de adultos, com ou sem um diploma de ensino superior, precise de formação de curta duração, para se requalificar ou melhorar as suas competências (*up-skilling* e/ou *re-skilling*), a fim de ultrapassar o fosso entre os resultados de aprendizagem das suas qualificações formais iniciais e as necessidades emergentes de competências no mercado de trabalho.

É esperado que, no quadro do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, em particular, do direito “à formação e aprendizagem ao longo da vida de qualidade e inclusiva, a fim de manter e adquirir competências para participar plenamente na sociedade e gerir com êxito as transições no mercado de trabalho” e do PRR, as instituições de ensino superior em toda a Europa deem nos próximos anos uma atenção reforçada à criação de oferta formativa de curta duração, conducente à obtenção de microcredenciais, dirigida a públicos variados, que permita percursos flexíveis e modulares, de qualidade, inovadora e centrada no aluno, que responda à necessidade urgente de aprendizagens de curto prazo, de um número cada vez maior de pessoas, para adquirir competências e aptidões específicas exigidas pelo mercado de trabalho.

A necessidade de valorizar, validar, reconhecer, garantir a qualidade, a transparência e a aceitação no mercado de trabalho das competências obtidas neste percursos curtos, tem impulsionado o movimento das microcredenciais, tendo sido assumida uma Abordagem Europeia às microcredenciais, na Agenda Europeia de Competências, com a finalidade de ajudar a alargar as oportunidades de aprendizagem e reforçar o papel do ensino superior e das instituições de ensino e formação profissional na aprendizagem ao longo da vida (Comissão Europeia, 2020). Uma abordagem europeia às microcredenciais permitirá às instituições de ensino superior oferecer cursos curtos em maior escala, de forma comparável em toda a Europa, assegurando padrões de qualidade, e facilitando o seu reconhecimento e portabilidade em toda a EU (European Commission, 2020).

As microcredenciais, tal como proposto pelo relatório da Comissão Europeia intitulado “*European approach to micro-credentials: output of the micro-credentials higher education consultation group*” de 2020, são uma “prova dos resultados de aprendizagem que um aprendiz adquiriu após uma curta experiência de aprendizagem. Estes resultados de aprendizagem foram avaliados de acordo com standards transparentes. A prova está contida num documento certificado que enumera o nome do titular, os resultados de aprendizagem alcançados, o método de avaliação, o organismo que atribui a certificação e, quando aplicável, o nível do quadro de qualificações e os créditos obtidos”.

Em Portugal, na senda do preconizado pelo Decreto-Lei n.º 27/2021, de 16 de abril, o qual adequa e moderniza o regime de incentivos à cooperação das IES com a Administração Pública e as empresas e o apoio à diversificação da oferta formativa e a aprendizagem ao longo da vida bem como dos apoios financeiros previstos no Plano Recuperação e Resiliência, é dado um impulso para que as IES prestem uma atenção reforçada à criação de ofertas formativas de

curta duração, complementando as ofertas já existentes, com base em arranjos colaborativos com a Administração Pública e com o tecido empresarial e industrial, dirigida a públicos variados, sobretudo adultos.

As microcredenciais/microdiplomas poderão desempenhar um papel de excelência na promoção da aprendizagem ao longo da vida, na aquisição de novas competências e no desenvolvimento de uma sociedade da aprendizagem, contribuindo simultaneamente para estreitar a ligação das IES com o mercado de trabalho, público privado, em mutação constante e acelerada. O reconhecimento mútuo e a portabilidade de diplomas permitirão aumentar a mobilidade de estudantes no contexto europeu, reforçando a internacionalização das instituições de ensino superior bem como a ligação a contextos de trabalho de nível internacional.

7.

CURSOS TÉCNICOS SUPERIORES PROFISSIONAIS¹⁸

Os cursos TeSPs são uma oferta formativa de ensino superior criada em 2014, ministrada por Institutos e Escolas Politécnicas. São cursos que correspondem a um ciclo de estudos superior não conferente de grau académico com uma duração de dois anos (120 ECTS), orientados para uma especialização profissional¹⁹ e cuja conclusão com aproveitamento conduz à atribuição do diploma de técnico superior profissional.

Pretendeu-se com este ciclo curto de ensino superior introduzir uma oferta educativa de natureza profissional alinhada com o nível 5 do Quadro Europeu de Qualificações, bem como com as necessidades da economia e das regiões onde seriam ministrados.

Os institutos e as escolas de natureza politécnica definem anualmente o leque de cursos TeSP que pretendem oferecer, em função das necessidades de formação identificadas na região em que se inserem e da sua capacidade instalada, fixando as áreas de formação do ensino secundário que permitem concorrer a cada curso.

A oferta de cursos TeSP tem vindo a aumentar desde a sua criação, embora com uma gestão muito flexível por parte das IES. Os cursos podem ser ministrados noutras localidades que não a da instituição de ensino superior e funcionar apenas o tempo necessário para colmatar as necessidades identificadas. O número de cursos registado é significativamente superior ao número de cursos que efetivamente funciona em cada ano letivo, assim como as vagas fixadas têm sido superiores à procura de alunos 1º ano/1ª vez, refletindo as opções de gestão das instituições numa lógica de aproveitamento da capacidade instalada e de resposta às necessidades da região.

A natureza e organização destes cursos obrigam a um forte envolvimento das IES com as entidades empregadoras, quer para garantir a oferta de estágios profissionais que se realizam

¹⁸ Este capítulo beneficiou da análise da DGES em Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) (2019). Cursos Técnicos Superiores Profissionais: um retrato de uma nova oferta formativa de ensino superior. Dezembro de 2019, DGES.

¹⁹ O regime jurídico dos cursos de Técnicos Superiores Profissionais encontra-se previsto no Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-Lei 63/2016, de 13 de setembro e pelo Decreto-Lei 65/2018, de 16 de agosto.

no quarto e último semestre dos cursos²⁰, quer na perspetiva de alinhamento da oferta às necessidades sentidas pelo mercado de trabalho. Por outro lado, pretende-se também promover redes regionais de formação, garantindo respostas de especialização profissional e de prosseguimento de estudos no ensino superior alinhadas com as ofertas do ensino secundário, em particular, com as ofertas de dupla certificação. Os titulares de diploma de técnico superior profissional podem aceder e ingressar nos ciclos de estudos de licenciatura da Instituição que outorga o diploma do TeSP, submetendo-se para tal a um concurso especial específico.

Marcado por uma forte natureza profissionalizante, de ciclo curto e significativa flexibilidade organizativa, os cursos TeSP têm constituído a resposta do ensino superior politécnico à procura crescente por especializações profissionais, em determinadas áreas, com uma rápida absorção pelo mercado de trabalho, mas também têm contribuído para aumentar o número de estudantes no ensino superior.

Com efeito, os cursos TeSP “foram criados com o objetivo de alargar e diversificar a oferta de ensino superior, aumentar o número de cidadãos com qualificações superiores e atrair novos públicos, designadamente jovens oriundos do ensino secundário profissional e adultos que quisessem requalificar-se” (DGES, 2019).

A possibilidade de dar continuidade ao percurso académico no ensino superior, com vista a adquirir um grau académico, e a proximidade do curso TeSP com o percurso de formação profissionalizante iniciado pelos jovens do ensino secundário de dupla certificação é um dos atrativos que tem vindo a trazer mais diplomados destas ofertas ao ensino superior, contribuindo deste modo para alargar a base social de acesso e frequência de ensino superior.

Por outro lado, esta é uma oferta que se pretende também apelativa para os adultos, numa lógica de formação e de qualificação ao longo da vida, embora o seu contributo para aumentar a participação de adultos no ensino superior tenha vindo a ser menor.

7.1. Evolução da Oferta e da Procura de Cursos

TeSP

A procura de cursos TeSP tem vindo a crescer desde o seu lançamento. Como se pode verificar na Tabela 41 o número de inscritos no 1A1V chegou em 2019/20 a 10.025 sendo que cerca de 75% destes se encontram no ensino superior público. O ano letivo de 2020/21 foi o primeiro ano, desde a existência destes cursos, em que a procura se reduziu face ao ano anterior, registando-se 9.396 inscritos no 1º ano pela 1ª vez.

²⁰ Os Cursos TeSP têm uma duração de quatro semestres curriculares e organizam-se em três componentes: formação geral e científica; formação técnica e formação em contexto de trabalho (estágio), com duração não inferior a um semestre.

Tabela 41 - Inscritos em CTeSP no 1A1V, por natureza do estabelecimento de ensino (2014/15 a 2020/21).

Natureza do estabelecimento de ensino	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21
Público	345	5131	5539	5563	6316	7506	6999
Privado	50	1018	1293	1542	2003	2519	2397
TOTAL	395	6149	6832	7105	8319	10025	9396

Fonte: DGES, 2021.

Ainda assim, o total de alunos a frequentar os dois anos destes cursos é maior em 2020/21 do que no ano anterior, mas o seu crescimento foi, de facto, muito inferior ao registado em anos anteriores. Desde 2017/18 que o número de alunos inscritos em cursos TeSP aumenta anualmente cerca de 2.000 alunos, o que não se verificou no último ano (Tabela 42).

Tabela 42 - Inscritos em cursos TeSPs de 2017/18 a 2020/21 (total de Inscritos em todos os anos curriculares).

Natureza do estabelecimento de ensino	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21
Público	10 243	11 342	13 152	12877
Privado	2 528	3 452	3 748	4213
TOTAL	12 771	14 794	16 900	17090

Fonte: DGES, 2021.

As áreas de educação e formação de ciências sociais, comércio e direito, de engenharia, indústrias transformadoras e construção e de ciências, matemática e informática apresentam a maior expressão com, respetivamente, 24, 20 e 19% de estudantes inscritos (Tabela 43). Estas três áreas têm-se mantido predominantes na oferta e na procura de cursos TeSP ao longo dos anos, revelando um padrão de especialização característico destes cursos.

Tabela 43 - Inscritos em CTeSP no 1A1V, por área CNAEF em 2020/2021.

Cód. CNAEF	Área CNAEF	Total
1	Educação	23
142	Ciências da educação	5
146	Formação de professores e formadores de áreas tecnológicas	18
2	Artes e humanidades	789
212	Artes do espetáculo	20
213	Audiovisuais e produção dos media	682
214	Design	87
3	Ciências sociais, comércio e direito	2236
311	Psicologia	40
312	Sociologia e outros estudos	7
340	Ciências empresariais	16
341	Comércio	722

Cód. CNAEF	Área CNAEF	Total
342	Marketing e publicidade	227
344	Contabilidade e fiscalidade	224
345	Gestão e administração	827
346	Secretariado e trabalho administrativo	47
347	Enquadramento na organização/empresa	37
349	Ciências empresariais - programas não classificados noutra área de formação	21
380	Direito	68
4	Ciências, matemática e informática	1806
421	Biologia e bioquímica	73
442	Química	79
481	Ciências informáticas	1654
5	Engenharia, indústrias transformadoras e construção	1862
520	Engenharia e técnicas afins	64
521	Metalurgia e metalomecânica	401
522	Eletricidade e energia	297
523	Eletrónica e automação	438
524	Tecnologia dos processos químicos	78
525	Construção e reparação de veículos a motor	354
529	Engenharias e técnicas afins - programas não classificados noutra área de formação	22
540	Indústrias transformadoras	10
541	Indústrias alimentares	48
543	Materiais (indústrias da madeira, cortiça, papel, plástico, vidro e outros)	7
581	Arquitetura e urbanismo	41
582	Construção civil e engenharia civil	102
6	Agricultura	475
621	Produção agrícola e animal	338
623	Silvicultura e caça	10
640	Ciências veterinárias	127
7	Saúde e proteção social	827
724	Ciências dentárias	7
726	Terapia e reabilitação	15
729	Saúde - programas não classificados noutra área de formação	222
761	Serviços de apoio a crianças e jovens	311
762	Trabalho social e orientação	272
8	Serviços	1378
811	Hotelaria e restauração	328
812	Turismo e lazer	502
813	Desporto	297
815	Cuidados de beleza	57
851	Tecnologia de proteção do ambiente	16
861	Proteção de pessoas e bens	157
862	Segurança e higiene no trabalho	21
Total		9396

Fonte: DGES, 2021.

Os cursos com maior procura são as ciências informáticas, seguidos da gestão e administração, comércio, audiovisuais e produção dos media, turismo, eletrónica e automação, metalurgia e metalomecânica. O leque de cursos TeSP com alguma expressão inclui ainda outras áreas, como sejam, a eletricidade e energia, a construção e reparação de veículos a motor, a produção agrícola e animal, a hotelaria e restauração e o desporto.

Uma distribuição dos cursos TSPs que se mantem relativamente estável e característica “permite definir com maior clareza a oferta de licenciaturas nos Institutos Politécnicos que organizam TeSP, admitindo que um fluxo significativo dos diplomados destas formações pretenderá transitar para as licenciaturas”²¹.

Por outro lado, esta distribuição é muito próxima da que caracteriza a oferta de cursos secundários de dupla certificação, tendo em conta que esta é também uma oferta com forte implantação regional e crescente proximidade aos Institutos Politécnicos e em que uma significativa parte dos seus diplomados que prossegue para o ensino superior, dá continuidade à sua formação através dos cursos TeSP.

Com efeito, o acesso aos cursos TeSP é efetuado ao abrigo do regime jurídico de graus e diplomas, mediante as seguintes condições:

- Titulares de ensino secundário ou equivalente;
- Aprovados nas provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos;
- Titulares de diploma de técnico superior profissional;
- Titulares de diploma de especialização tecnológica;
- Titulares de grau de ensino superior.

Tabela 44 - Inscritos em CTeSP no 1.º ano pela 1.ª vez, por forma de acesso em 2017/18, 2018/19 e 2019/20.

Forma de Acesso	2017/18	2018/19	2019/20
Curso de Especialização Tecnológica		1	
Diploma de Especialização Tecnológica	127	45	53
Diploma de Técnico Superior Profissional	5	18	31
Concurso de acesso a CTeSP		13	241
Concurso Local de Acesso - CET/CTeSP			98
CTeSP			22
CTeSP - Concurso Secundário		31	
TeSP-TCES	13		
TeSP-TDET/ES	2		
TeSP-Titul. Ens. Secundário - C.Científico-	16		
TeSP-Titul. Ens. Secundário - C.Profissionais	82		
TeSP-Titul. Ens. Secundário-Outros Cursos/ Modalidades	11		
Ens. Sec. Artístico		31	29
Ens. Sec. Científico-Humanístico	1 600	2 022	1 486
Ens. Sec. Profissional	2 848	3 435	4 177
Ens. Sec. Outro	2 103	2 333	3 223
Estudante Internacional			426
Estudante Internacional - CTeSP			92

²¹ Grupo de trabalho sobre o acesso ao ensino superior (2020). Relatório do grupo de trabalho sobre o acesso ao ensino superior. Despacho 1307/2020, maio 2020.

Forma de Acesso	2017/18	2018/19	2019/20
Titular ensino secundário	26		
Bacharel	1	4	5
Licenciado	55	73	38
Mestre	3	13	7
Doutor		1	
Maiores de 23	67	70	59
Mudança de Par Instituição/Curso	1	21	
N/A	145	208	38
TOTAL	7 105	8 319	10 025

Fonte: Grupo de trabalho sobre o acesso ao ensino superior (2020).

Como se pode verificar na Tabela 44, a grande maioria dos alunos em cursos TeSP acedem a estes cursos como titulares de ensino secundário ou equivalente (89% em 2019/20). Destes, grande parte não provém dos cursos científico-humanísticos, mas sim dos cursos profissionais e de outros cursos do ensino secundário que, embora não estando especificados, se enquadrarão na modalidade de dupla certificação.

Os dados mais recentes, relativos ao ano letivo 2020/21 (Tabela 45), continuam a mostrar que a procura mais frequente dos cursos TeSP se faz pelos titulares de cursos secundário, provenientes de cursos profissionais e de outras ofertas que se enquadram na dupla certificação. Os alunos provenientes dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário representam apenas 17% do total de inscritos no 1A1V em cursos TeSP em 2020/21.

Tabela 45 - Inscritos em CTeSP no 1A1V, por forma de acesso em 2020/2021.

Forma de Acesso	Total
Bacharel	3
Licenciado	60
Mestre	10
Diploma de Especialização Tecnológica	118
Diploma de Técnico Superior Profissional	14
Ens. Secundário	162
Ens. Sec. Científico-Humanístico	1626
Ens. Sec. Artístico	42
Ens. Sec. Profissional	3697
Titulares de curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente	507
Ens. Sec. Outro	2598
Estudante Internacional	490
Maiores de 23	62
Reingresso	7
Total	9396

Fonte: DGES, 2021.

É de referir, contudo, que a redução na procura de cursos TeSP que se notou no ano letivo 2020/21 foi evidente nestas duas formas de acesso, traduzindo-se, de um ano para o outro, em menos 1.105 alunos vindos do ensino secundário de dupla certificação.

Esta dinâmica pode ficar a dever-se a duas circunstâncias novas que ocorreram no último ano letivo: por um lado, as alterações introduzidas nas provas do CNA que motivaram um maior volume de candidaturas ao ensino superior por esta via e o aumento das notas de candidatura; por outro lado, a introdução do concurso especial para os diplomados de cursos secundários de dupla certificação que abriu mais uma alternativa de acesso ao ensino superior dirigida a um segmento de diplomados que, como vimos, tem vindo a constituir também uma parte significativa da procura dos cursos TeSP. Estas duas circunstâncias podem ter originado a redução que se fez sentir pela primeira vez, desde o lançamento desta oferta, no número de inscritos no 1A1V em cursos TeSP.

Tabela 46 - Inscritos em CTESP no 1A1V, por grupo etário em 2020/2021.

Grupo Etário	Total	Público	Privado
[< 20]	5801	4427	1374
[21-25]	2251	1571	680
[26-30]	588	448	140
[31-35]	260	191	69
[36-40]	181	135	46
[41-45]	161	110	51
[46-50]	95	77	18
[51-55]	32	20	12
[56-60]	21	15	6
[> 60]	6	5	1
Total	9396	6999	2397

Fonte: DGES, 2021.

O perfil de procura destes cursos não se terá, contudo, alterado. Em 2020/21, 62% dos inscritos em TeSP têm 20 ou menos anos de idade (Tabela 46).

Tabela 47 - Inscritos em CTESP no 1A1V, por distrito de funcionamento (2017/18 a 2020/21).

Distrito/ Concelho	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21
Almada	0	0	0	7
Aveiro	436	501	935	543
Beja	244	306	333	301
Braga	530	718	892	1081
Bragança	316	476	427	401
Castelo Branco	209	270	226	161
Coimbra	387	270	299	211
Évora	0	0	0	0
Faro	162	172	144	174

Distrito/ Concelho	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21
Guarda	184	192	594	241
Leiria	936	1010	1042	1133
Lisboa	664	700	764	747
Portalegre	170	142	145	125
Porto	1071	1363	1654	1652
Santarém	447	611	797	680
Setúbal	499	601	574	709
Torres Vedras	0	0	0	19
Viana do Castelo	413	465	527	392
Vila Real	41	75	97	87
Viseu	274	297	392	465
R.A.Açores	18	5	7	6
R.A.Madeira	104	145	176	261

Fonte: DGES, 2021.

Embora os TeSP sejam uma oferta formativa que, pela sua duração, organização e natureza profissional, tenha vindo a contribuir para captar mais estudantes para a continuação de estudos no ensino superior, não apenas estudantes jovens, mas também procurando ampliar a participação dos adultos, a verdade é que continuam a ser fortemente procurados por jovens. Em 2020/21, 86% dos inscritos no 1º ano pela 1ª vez tem 25 ou menos anos de idade.

Em 2020/21 a cobertura regional da rede de cursos TeSP continua muito expressiva, inclusive com dois novos concelhos com alunos inscritos no 1º ano dos cursos, pela primeira vez (Almada e Torres Vedras), conforme

Tabela 47. Porto, Leiria e Braga são os distritos com maior número de novos alunos inscritos em TeSP, tendo este número aumentado significativamente em Braga. Setúbal viu também crescer os alunos inscritos em cursos TeSP. Já outros distritos, com uma forte expressão desta oferta, revelam uma quebra significativa neste ano letivo, como é o caso de Aveiro, Santarém e Viana do Castelo.

7.2. Diplomados dos Cursos TeSP

O fluxo de diplomados destes cursos tem vindo a aumentar ao longo dos anos (Tabela 48). Em 2018/19, foram 4.181 os diplomados dos cursos TeSP, representando 5% do total de diplomados do ensino superior no ano.

Tabela 48 - Diplomados em CTeSP (2015/16 a 2018/19).

Curso/Ciclo de estudos	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
Curso técnico superior profissional	170	3 213	3 756	4 181
TOTAL	73 086	77 034	79 849	81 138

Fonte: Inquérito ao registo de alunos inscritos e diplomados do ensino superior, DGEEC.

Cerca de 77% destes diplomados são de cursos TeSP promovidos pelo subsistema de ensino superior politécnico público (Tabela 49), à semelhança da distribuição que a oferta e os inscritos registam.

Tabela 49 - Diplomados em CTeSP, por natureza e tipo de ensino, em 2018/19.

Natureza e tipo de ensino	Diplomados em CTeSP
Ensino Superior Público	3 226
Ensino Superior Privado	955
TOTAL	4 181

Fonte: Inquérito ao registo de alunos inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC.

Tabela 50 - Diplomados em CTeSP, por área de educação e formação - área geral, em 2018/19.

Área de educação e formação - área geral	Diplomados em CTeSP
Educação	-
Artes e humanidades	437
Ciências sociais, jornalismo e informação	11
Ciências empresariais, administração e direito	824
Ciências naturais, matemática e estatística	80
Tecnologias da informação e comunicação (TIC)	678
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	808
Agricultura, silvicultura, pescas e ciências veterinárias	265
Saúde e proteção social	463
Serviços	615
TOTAL	4 181

Fonte: Inquérito ao registo de alunos inscritos e diplomados do ensino superior, DGEEC.

As áreas com maior número de diplomados de cursos TeSP são as ciências empresariais, as engenharias, as tecnologias de informação e comunicação e ainda os serviços (Tabela 50).

Contrariamente ao que acontece nos restantes ciclos do ensino superior e níveis CITE (6, 7 e 8), a maioria dos diplomados dos cursos TeSP são do género masculino. Em 2018/19,

representaram 57,6% do total de diplomados (Tabela 51). Já nos restantes ciclos do ensino superior, os diplomados do género masculino foram, nesse ano, cerca de 41% do total.

Tabela 51 - Diplomados em CTeSP, por género, em 2018/19.

Género	Diplomados em CTeSP	%
Homens	2 410	57,6
Mulheres	1 771	42,4
TOTAL	4 181	100

Fonte: Inquérito ao registo de alunos inscritos e diplomados do ensino superior, DGEEC.

A maioria dos diplomados dos cursos TeSP são jovens, na medida em que estes cursos são sobretudo frequentados por alunos jovens. Em 2018/19, 44% dos diplomados tinha 21 ou 22 anos, sendo a expressão dos diplomados com 20 ou menos anos semelhante à dos diplomados com 23 a 29 anos de idade (cerca de 24% cada), conforme expresso na Tabela 52.

Tabela 52 - Diplomados em CTeSP, por escalões etários, em 2017/18 e 2018/19.

Escalão etário	2017/18		2018/19	
	nº	%	nº	%
20 ou menos	897	23,9	992	23,7
21 e 22	1 695	45,1	1 850	44,2
23 - 29	883	23,5	1 008	24,1
30 - 39	168	4,5	197	4,7
40 e mais	113	3,0	134	3,2
TOTAL	3 756	100	4 181	100

Fonte: Inquérito ao registo de alunos inscritos e diplomados do ensino superior, DGEEC.

7.3. Prosseguimento de Estudos dos Diplomados dos Cursos TeSP

Os trabalhos da DGEEC sobre o prosseguimento de estudos entre os jovens que concluem cursos TeSP nas instituições portuguesas de ensino superior politécnico (públicas e privadas) têm vindo a permitir calcular as taxas de transição para cursos de licenciatura e outros cursos superiores, ao determinar a situação destes jovens perante os estudos um ano após a conclusão dos cursos TeSP.

Com base nos dados mais recentemente publicados²², pode-se verificar que uma parte significativa – mais de metade dos diplomados destes cursos – tem vindo a transitar para licenciaturas (Tabela 53), aproveitando a possibilidade de utilizar as condições preferenciais que os TeSP proporcionam para o efeito. Naturalmente que esta é uma das saídas expectáveis para os diplomados dos TeSP, a de ingresso em licenciaturas oferecidas nas mesmas Instituições, e uma das razões de organização por parte dos Institutos Politécnicos e as Escolas Politécnicas desta oferta. Com efeito, dos alunos que se encontram inscritos em licenciatura no ano seguinte, a grande maioria está inscrito na mesma instituição²³.

Tabela 53 - Situação dos diplomados de cursos TeSP no ano letivo seguinte (2015/16 a 2018/19).

Diplomados em CTESP		Situação dos diplomados no ano letivo seguinte	
Ano letivo	Nº de diplomados	Inscrito em licenciatura (%)	Não encontrado no ensino superior (%)
2015/16	170	51	48
2016/17	3213	61	38
2017/18	3756	58	42
2018/19	4181	56	43

Fonte: DGEEC, dezembro 2020.

Estes dados mostram que os cursos TeSP se apresentam como uma forma alternativa de acesso ao ensino superior e que, desse modo, têm contribuído para alargar o número de alunos que prossegue os seus estudos a este nível. Estas taxas de transição registam, no entanto, algumas variações ao longo dos anos, que podem refletir, entre outros aspetos, o comportamento do mercado de trabalho. Admite-se que em períodos de maior desemprego essa progressão para o ensino superior seja maior e que, quando as condições do mercado de trabalho melhoram e a procura de técnicos especialistas por parte dos empregadores aumenta, a possibilidade de continuar os estudos para licenciatura seja mais limitada, sobretudo no ano seguinte à conclusão do curso TeSP. Esta variação pode ainda ser considerável por área de educação e formação e região do país.

A Tabela 54 mostra as taxas de transição para licenciatura por área de educação e formação do curso TeSP. Em todas as áreas, mais de 50% dos diplomados transitaram para licenciaturas, com exceção das artes e humanidades em que essa transição ficou ligeiramente abaixo dos 50%, o que se poderá explicar pela reduzida oferta de licenciaturas que o sistema politécnico tem nesta área.

²² Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2020). Prosseguimento de estudos entre os diplomados de cursos de Técnico Superior Profissional, 2018/19. DGEEC: dezembro de 2020.

²³ DGEEC, 2020

Tabela 54 - Situação dos diplomados de cursos TeSP no ano letivo seguinte, por área de educação e formação do CTeSP (2018/19).

Diplomados em CTeSP		Situação dos diplomados no ano letivo seguinte	
CNAEF	Nº de diplomados	Inscrito em licenciatura (%)	Não encontrado no ensino superior (%)
Agricultura, silvicultura, pescas e ciências veterinárias	265	69	29
Artes e humanidades	437	43	5
Ciências empresariais, administração e direito	824	53	46
Ciências naturais, matemática e estatística	80	69	31
Ciências sociais, jornalismo e informação	11	73	27
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	808	55	45
Saúde e proteção social	463	64%	35
Serviços	615	5	46
Tecnologias da informação e comunicação	678	59	40

Fonte: DGEEC, dezembro 2020.

A maior parte dos diplomados dos cursos TeSP em 2018/19 que continuam inscritos no ensino superior em 2019/20, mantiveram-se nas mesmas áreas de educação e formação. De sublinhar que os cursos superiores em “engenharia, indústrias transformadoras e construção” atraíram, em 2019/20, 91% dos diplomados de cursos TeSP da mesma área, mas atraíram igualmente 59% dos diplomados de cursos TeSP das áreas de ciências naturais, matemática e estatística e das tecnologias de informação e comunicação²⁴, sendo que estes últimos assumem uma expressão muito significativa no total de diplomados que prosseguem estudos para o ensino superior.

Do ponto de vista regional, a Tabela 55 mostra as taxas de transição para licenciatura registadas pelos diplomados dos cursos TeSP, em 2018/19, em cada distrito das instituições. Embora na maioria dos distritos, mais de metade dos diplomados se encontrava no ano seguinte a frequentar licenciatura, em Aveiro e em Braga esta transição é muito inferior (na ordem dos 20 e dos 30%, respetivamente), o que certamente reflete a capacidade de absorção do mercado de trabalho nessas regiões.

²⁴ DGEEC, 2020.

Tabela 55 - Situação dos diplomados de cursos TeSP no ano letivo seguinte, por distrito da instituição de ensino superior (2018/19).

Diplomados em CTeSP		Situação dos diplomados no ano letivo seguinte	
CNAEF	Diplomados (Nº)	Inscrito em licenciatura (%)	Não encontrado no ensino superior (%)
Aveiro	225	20	78
Beja	136	68	30
Braga	354	31	68
Bragança	324	79	21
Castelo Branco	130	82	18
Coimbra	189	67	32
Faro	80	53	48
Guarda	99	68	32
Leiria	566	53	46
Lisboa	345	49	51
Portalegre	112	59	41
Porto	635	63	36
R.A. da Madeira	78	12	88
R.A. dos Açores	6	0	100
Santarém	254	69	30
Setúbal	278	52	48
Viana do Castelo	228	57	41
Viseu	142	72	27

Fonte: DGEEC, dezembro 2020.

Pelo mesmo motivo, encontra-se também taxas de transição mais moderadas, na ordem dos 50%, nos distritos de Lisboa, Setúbal, Leiria e Faro. Como já anteriormente sugerido, no âmbito das propostas deste grupo de trabalho, “no futuro, deverá valorizar-se uma estrutura organizativa dos TeSP que permita conciliar o trabalho profissional com o estudo, através da opção de cursos pós-laborais, noturnos ou com uma maior duração”²⁵, de modo a tornar estes cursos uma hipótese viável para jovens trabalhadores e adultos poderem dar continuidade à sua formação à medida que investem no seu percurso profissional.

²⁵ Grupo de Trabalho sobre o Acesso ao Ensino Superior (2020).

8.

ESTUDANTES INTERNACIONAIS

Ao nível da distribuição regional destes estudantes, persistem diferenças significativas, com alguns distritos com valores bastante significativos (Bragança, Castelo Branco, Évora, Lisboa e Porto) e outros com valores ainda pouco significativos, caso dos Açores, Madeira, Portalegre, Setúbal, Viana do Castelo e Vila Real.

O peso destes estudantes face ao CNA é também bastante diverso (Tabela 56). Nalguns distritos como Bragança, Castelo Branco e Évora, ultrapassa já os 20%. Em contraste, o seu peso continua a ser reduzido nos Açores e da Madeira e nos distritos de Aveiro, Braga, Coimbra, Leiria, Lisboa, Setúbal e Vila Real, todos com valores inferiores a 6%.

Quando se comparam os anos de 2020 e 2019, verifica-se que as perturbações do último ano foram mais significativas em alguns distritos, nomeadamente de Aveiro, Faro, Guarda e Porto. Pelo contrário, em sentido claramente positivo, destaca-se o distrito de Évora.

Tabela 56 - Índices distritais de estudantes internacionais.

Índices Distritais – Público					
Distrito	Matrículas EI 2020	Matrículas EI 2019	Diferença Matrículas	Varição Matriculados (%)	EI 2020 / Vagas CNA 2020 (%)
Açores	32	19	13	68,4	5,03
Aveiro	109	182	-73	-40,11	4,68
Beja	101	102	-1	-0,98	17,78
Braga	139	191	-52	-27,2	3,64
Bragança	441	467	-26	-5,57	20,42
Castelo Branco	505	545	-40	-7,3	21,75%
Coimbra	281	332	-51	-15,36	4,6
Évora	362	228	134	58,77	28,89
Faro	183	294	-111	-37,76	10,64
Guarda	81	336	-255	-75,89	8,00
Leiria	128	146	-18	-12,33	5,96
Lisboa	382	387	-5	-1,29	2,65
Madeira	3	6	-3	-50,00	0,39
Portalegre	63	51	12	23,5	10,68

Índices Distritais – Público					
Distrito	Matrículas EI 2020	Matrículas EI 2019	Diferença Matrículas	Varição Matriculados (%)	EI 2020 / Vagas CNA 2020 (%)
Porto	568	727	-159	-21,87	6,82
Santarém	213	205	8	3,90	14,39
Setúbal	67	59	8	13,56	2,75
Viana do Castelo	76	89	-13	-14,6	6,47
Vila Real	37	36	1	2,78	2,37
Viseu	157	146	11	7,5	11,86

O ano de 2020 foi também particularmente complexo ao nível dos estudantes internacionais, cujo contingente apresentava forte crescimento a partir da sua criação em 2014. Dum modo geral, observou-se uma redução, sobretudo nas IES que tinham atingido patamares mais elevados de estudantes inscritos por este contingente. Nalguns casos, as quebras foram muito significativas em termos absolutos e relativos, destacando-se os casos da UP, da UA e do IPG. Em contra-ciclo, destacam-se a UE, o IPT e o ISCTE (Tabela 57).

Tabela 57 - Índices institucionais de estudantes internacionais.

Instituição	Matrículas EI 2020	Matrículas EI 2019	Diferença	Varição Matriculados (%)	EI 2020 / Vagas CNA 2020 (%)
U. Açores	32	19	13	68,42	5,03
U. Algarve	183	294	-111	-37,76	10,6
U. Aveiro	109	182	-73	-40,11	4,68
U. Beira Interior	225	220	5	2,27	16,83
U. Coimbra	207	251	-44	-17,53	6,17
U. Évora	362	228	134	58,77	28,89
U. Nova de Lisboa	75	70	5	7,14	2,5
U. Minho	93	134	-41	-30,60	2,99
U. Porto	436	595	-159	-26,72	9,29%
UTAD	37	36	1	2,78	2,37
U. Madeira	3	6	-3	-50,00	0,39
U. Lisboa	203	263	-60	-22,81	2,62
I.P. Beja	101	102	-1	-0,98	17,00
I.P. Cávado e Ave	46	57	-11	-19,3	6,43
I.P. Bragança	441	467	-26	-5,57%	20,42
I.P. Castelo Branco	280	325	-45	-13,85	28,43
I.P. Coimbra	68	79	-11	-13,92	2,87
I.P. Guarda	81	336	-255	-75,89	8,00
I.P. Leiria	128	146	-18	-12,33	5,96
I.P. Lisboa	39	27	12	44,44	1,44
I.P. Portalegre	63	51	12	23,53	10,68

Instituição	Matrículas EI 2020	Matrículas EI 2019	Diferença	Varição Matriculados (%)	EI 2020 / Vagas CNA 2020 (%)
I.P. Porto	132	132	0	0,00	3,91
I.P. Santarém	33	74	-41	-55,41	3,59
I.P. Setúbal	56	48	8	16,67	4,38
I.P. Viana Castelo	76	89	-13	-14,61	6,88
I.P. Viseu	157	146	11	7,53	11,86
I.P. Tomar	180	131	49	37,40	32,03
ISCTE - IUL	70	26	44	169,23	5,2
ES Enfermagem de Coimbra	6	2	4	200,00	1,88
ES Enfermagem de Lisboa	2	0	2		0,6
ES Náutica Infante D. Henrique	4	12	-8	-66,67	2,29

O peso destes estudantes representa já valores significativos, nomeadamente quando comparado com o CNA, na UBI, UE e nos IPBeja, IPB, IPCB e IPT. Em contraste, o seu peso é pouco significativo nas instituições universitárias de Lisboa e das Regiões Autónomas e na Universidade do Minho, bem como nos IPC, IPLeiria, IPL, IPP, IPS e IP Setúbal e nas Escolas Superiores.

Tabela 58 - Estudantes internacionais matriculados por área CNAEF em 2019 e 2020.

Área CNAEF	Matrículas EI 2020	Matrículas EI 2019	Diferença nas Matrículas	Varição Matriculados (%)
1	106	121	-15	-12,40
2	546	669	-123	-18,39
3	1636	1988	-352	-17,71
4	357	386	-29	-7,51
5	1086	1300	-214	-16,46
6	116	104	12	11,54
7	388	468	-80	-17,09
8	233	438	-205	-46,80
9	2	3	-1	-33,33
14	106	121	-15	-12,40
21	350	441	-91	-20,63
22	196	228	-32	-14,04
31	496	578	-82	-14,19
32	125	124	1	0,81
34	783	962	-179	-18,61
38	232	324	-92	-28,40
42	158	178	-20	-11,24
44	51	65	-14	-21,54
46	24	17	7	41,18

Área CNAEF	Matrículas EI 2020	Matrículas EI 2019	Diferença nas Matrículas	Varição Matriculados (%)
48	124	126	-2	-1,59
52	799	907	-108	-11,91
54	32	41	-9	-21,95
58	255	352	-97	-27,56
62	90	74	16	21,62
64	26	30	-4	-13,33
72	313	377	-64	-16,98
76	75	91	-16	-17,58
81	180	357	-177	-49,58
84	3	10	-7	-70,00
85	28	62	-34	-54,8
86	22	9	13	144,44
99	2	3	-1	-33,33

Tabela 59 - Estudantes internacionais matriculados em 2020 oriundos de países de língua portuguesa.

Matriculados	2020					
	Brasil	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Angola	Outros	Total
Lisboa	340	44	27	192	96	603
Porto	551	20	56	48	23	675
Outros Litoral	467	49	7	53	41	576
Outros	499	926	594	128	282	2147
Total	1857	1039	684	421	442	4001
Matriculados	2019					
	Brasil	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Angola	Outros	Total
Lisboa	520	15	7	247	76	789
Porto	817	91	3	72	64	983
Outros Litoral	682	35	3	59	46	779
Outros	819	785	695	143	298	2442
Total	2838	926	708	521	484	4993
Varições por grupo (%)	Brasil	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Angola	Outros	Total
Lisboa	-34,62	193,33	285,71	-22,27	26,32	-23,57
Porto	-32,56	-78,02	1766,67	-33,33	-64,06	-31,33
Outros Litoral	-31,52	40,00	133,33	-10,17	-10,87	-26,06
Outros	-39,07	17,96	-14,53	-10,49	-5,37	-12,08
Total	-34,57	12,20	-3,39	-19,19	-8,68	-19,87

Foram calculados também quocientes para avaliar o predomínio de estudantes de determinadas nacionalidades por distrito, comparando essa distribuição com o todo nacional.

Assim, se quociente for superior a 1, quer dizer que a proporção de estudantes matriculados daquela nacionalidade é superior ao verificado a nível nacional. Por outro lado, se o quociente for inferior a 1, quer dizer que a proporção de estudantes matriculados daquela nacionalidade é inferior ao verificado a nível nacional. Finalmente, se o quociente for igual a 1, quer dizer que a proporção de estudantes matriculados daquela nacionalidade é idêntica ao verificado a nível nacional.

Deste modo, observa-se uma preponderância de estudantes oriundos do Brasil nas grandes áreas metropolitanas e nos principais distritos do litoral. Por outro lado, existe uma preponderância significativa neste contingente de estudantes oriundos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau nos restantes distritos e uma menor presença nas grandes áreas metropolitanas e nos demais distritos do litoral. Observa-se ainda uma grande concentração dos estudantes angolanos nas IES do distrito de Lisboa e uma também maior concentração de estudantes de outros países no distrito de Lisboa e demais distritos fora do litoral (Tabela 59).

Tabela 60 - Quocientes de estudantes internacionais oriundos de países de língua portuguesa.

	2020				
	Brasil	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Angola	Outros
Lisboa	1,214838	0,280988	0,261914	3,02601	1,44112
Porto	1,758751	0,114098	0,485285	0,675809	0,30844
Outros Litoral	1,746832	0,327587	0,071087	0,87446	0,644329
Outros	0,500755	1,660856	1,618329	0,566584	1,188949
	2019				
Lisboa	1,517173	0,13413	0,081867	3,925577	1,300207
Porto	2,12945	0,726923	0,031343	1,022239	0,978121
Outros Litoral	2,083105	0,327639	0,036731	0,981643	0,823856
Outros	0,671121	1,971461	2,282869	0,638304	1,43186

Quando se compara os resultados de 2020 com ano anterior, verifica-se que houve uma maior redução proporcionalmente de estudantes de nacionalidades brasileira, cabo-verdiana, guineense e angolana nos distritos onde estavam mais concentrados. Embora a quebra afete todos os distritos, tende a manifestar-se mais pronunciadamente naqueles onde era maior a sua concentração.

9.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, A. C. P. F. de, Quintas, H. L. e Gonçalves, T. I. C. (2016). Estudantes Não-Tradicionais No Ensino Superior: Barreiras À Aprendizagem E Na Inserção Profissional. *Laplage Em Revista*, 2(1), 97–111. <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201621122p.97-111>.

Amorim, J. P. (2018). Mature students' access to higher education: A critical analysis of the impact of the 23+ policy in Portugal. *European Journal of Education*, 53(3), 393–413. <https://doi.org/10.1111/ejed.12283>.

Bakshin, H., Downung, J.M., Osborne, M.A. e Scheneider, P., 2017. The future of skills. Employment in 2030. Oxford Martin School, 121 p.

Comissão Europeia (2020). A European Approach to Micro.Credentials. Output of the micro.credentials higher education consultation group, december 2020.

European University Association (2021). *Universities without walls - A vision for 2030*. (February). Retrieved from <https://www.eua.eu/resources/publications/957:universities-without-walls---eua's-vision-for-europe's-universities-in-2030.html>.

EURYDICE, E. (2014). *A Modernização do Ensino Superior*. Retrieved from <http://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/192.html>.

Figueiredo, H. ug., Portela, M., Sá, C., Cerejeira, J., Almeida, A. e Lourenço, D. (2017). *Introdução Ao Estudo: Benefícios do Ensino Superior*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Fragoso, A., Quintas, H., Gonçalves, T. e Ribeiro, C. (2013). *Estudantes maiores de 23 anos na universidade do algarve: uma contribuição para a melhoria do sucesso*, Faro.

Maor, D. (2003). The Teacher's Role in Developing Interaction and Reflection in an Online Learning Communityfile:///Users/cbento/Desktop/texto ingles mature studants/mature students' access to higher education, a critical analysis of the impact of the 23+ policy in Portug. *Educational Media International*, 40(1–2), 127–138.

Marques, J. F., Martins, M. H., Doutor, C. e Gonçalves, T. (2016). Univers(al)idade. Estudantes «não tradicionais» no ensino superior: Transições, Obstáculos e Conquistas. In *Univers(al)idade. Estudantes «não tradicionais» no ensino superior: Transições, Obstáculos e Conquistas*. Faro: Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações (CIEO) e Universidade do Algarve.

O'Carroll, J., Ennis, C., Loscher, K., Ryan, D. e Dixon, N. (2017). Strategies for Enhancing the Mature Student Experience in Higher Education Recommended Citation. *Learning, Teaching & Technology*, 1–8. Retrieved from <http://arrow.dit.ie/ltcpgdprp>.

OCDE. (2020a). Portugal. In “Portugal”, in *Education at a Glance 2020: OECD Indicators*. <https://doi.org/10.1787/9b2aef3d-en>.

OCDE. (2020b). *Regards sur l' éducation 2020: Les indicateurs de L' OCDE*. Paris: OCDE.

Pordata, 2020. <https://www.pordata.pt> › Europa2020

Quintas, H., Gonçalves, T., Ribeiro, C. M., Monteiro, R., Fragoso, A., Bago, J. e Fonseca, H. M. (2014). Estudantes adultos no Ensino Superior: O que os motiva e o que os desafia no regresso à vida académica. *Revista Portuguesa de Educação*, 27(2), 33. <https://doi.org/10.21814/rpe.6245>.

Remenick, L. (2019). Services and support for nontraditional students in higher education: A historical literature review. *Journal of Adult and Continuing Education*, 25(1), 113–130. <https://doi.org/10.1177/1477971419842880>.

Teixeira, P. e Sarrico, C. (2019). *O Ensino Superior na Europa , uma perspetiva comparada*. Lisboa Portugal.

Toynnton, R. (2005). Degrees of disciplinarity in equipping mature students in higher education for engagement and success in lifelong learning. *Active Learning in Higher Education*, 6(2), 106–117.

World Economic Forum (2021). *Upskilling for Shared Prosperity*, Geneva.

